



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVII — Nº 45

TERÇA-FEIRA, 20 DE OUTUBRO DE 1992

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 43ª SESSÃO CONJUNTA, EM 19 DE OUTUBRO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Questão de Ordem

Suscitada pelo Sr. Chico Vigilante e acolhida pela Presidência, relativamente à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão, tendo o Sr. Ronan Tito se manifestado sobre o tema.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATAS DE COMISSÃO

Ata da 43ª Sessão Conjunta, em 19 de outubro de 1992

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Mauro Benevides

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Afonso Camargo — Albano Franco — Alufzio Bezerra — Antonio Mariz — Bello Parga — Beni Veras — Carlos De'Carli — Carlos Patrocínio — Chagas Rodrigues — Cid Saboia de Carvalho — Dario Pereira — Elcio Álvares — Esperidião Amin — Eptácio Cafeteira — Flaviano Melo — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves Filho — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Humberto Lucena — Hydekel Freitas — Jarbas Passarinho — João Calmon — João Rocha — Josaphat Marinho — José Eduardo — José Fogaça — José Paulo Bisol — José Sarney — Jutahy Magalhães — Lavoisier Maia — Levy Dias — Lourival Baptista — Magno Bacelar — Mansueto de Lavor — Márcio Lacerda — Marco Maciel — Mauro Benevides — Nabor Júnior —

Nelson Carneiro — Ney Maranhão — Odacir Soares — Pedro Teixeira — Raimundo Lira — Ronan Tito — Teotônio Vilela Filho — Valmir Campelo.

OS SRS. DEPUTADOS:

RORAIMA

JOAO FAGUNDES

PMDB

AMAPA

GILVAM BORGES

PMDB

LOURIVAL FREITAS

PT

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

PARA'		JOSE GERALDO	PMDB
		OSMANIO PEREIRA	PSDB
MARIO MARTINS	PMDB	SANDRA STARLING	PT
		WAGNER DO NASCIMENTO	BLOCO
RONDONIA		ESPIRITO SANTO	
PASCOAL NOVAES	BLOCO		
RAQUEL CANDIDO	PTB	JORIO DE BARROS	PMDB
ACRE		RIO DE JANEIRO	
JOAO MAIA	PTR	SIDNEY DE MIGUEL	PV
TOCANTINS		SAO PAULO	
FREIRE JUNIOR	BLOCO	NELSON MARQUEZELLI	PTB
CEARA		RICARDO IZAR	PL
GONZAGA MOTA	PMDB	MATO GROSSO	
SERGIO MACHADO	PSDB	JONAS PINHEIRO	BLOCO
PIAUÍ		DISTRITO FEDERAL	
JOSE LUIZ MAIA	PDS	BENEDITO DOMINGOS	PTR
PAES LANDIM	BLOCO	CHICO VIGILANTE	PT
PERNAMBUCO		EURIDES BRITO	PTR
INOCENCIO OLIVEIRA	BLOCO	PARANA	
LUIZ PIAUHYLINO	PSB	REINHOLD STEPHANES	BLOCO
BAHIA		WERNER WANDERER	BLOCO
HAROLDO LIMA	PCdoB	SANTA CATARINA	
PRISCO VIANA	PDS	ANGELA AMIN	PDS
MINAS GERAIS		RIO GRANDE DO SUL	
AVELINO COSTA	PL	ADYLSO N MOTT	PDS
HUMBERTO SOUTO	BLOCO		

CELSON FERNARDI
FERNANDO CARRION
FETTER JUNIOR
ODACIR KLEIN

PDS
PDS
PDS
PMDB

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — As listas de presença acusam o comparecimento de 47 Senhores Senadores e 38 Senhores Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a Sessão.

Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

O Sr. Chico Vigilante — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. CHICO VIGILANTE (PT — DF. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, com base no art. 28 do Regimento Comum, considerando o número de Parlamentares presentes, peço a suspensão da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência vai cumprir o que determina o Regimento: acionar as campanhas e convocar, no prazo de 30 minutos, os Srs. Deputados e Senadores.

A Presidência visualiza pelo menos 12 Srs. Senadores presentes. V. Exª constata que os seus colegas não estão em plenário.

A Mesa adotará, através do Presidente Ibsen Pinheiro, a sanção indispensável àqueles que faltarem a esta reunião. Será este, a partir de agora, o procedimento da Mesa. É regimentalmente aceitável o que V. Exª solicita, Vamos cumprir, realmente, a letra do Regimento.

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, queria fazer um apelo aos colegas que se encontram na Casa, neste momento, para que acorram ao plenário, a fim de que possamos dar cumprimento à convocação de V. Exª, pois esta sessão tem muita importância não só para o Congresso Nacional, mas para o Brasil. Houve uma união nacional em torno do projeto de **impeachment**, e todos sabíamos que, após a vacância da Presidência da República, ocupada pelo Sr. Fernando Collor de Mello, assumiria o Sr. Itamar Franco. O Congresso não fez isso como cabreca, mas com consciência e impulsionado pela opinião pública nacional.

Este Congresso, Sr. Presidente, no meu entendimento, encontra-se comprometido com o Presidente Itamar Franco na tarefa de organizar o País, para que não tenhamos tanto desemprego e tantas pessoas que vivem às custas de excitar as paixões. E nos previne muito bem o grande Gustave Lebon, que diz: “Muitas vezes agrada mais o povo quem excita as paixões do que quem resolve os seus problemas”.

Como todos nós devemos estar, neste momento, determinados a resolver os grandes problemas nacionais, que devem começar pela leitura da medida provisória que procura reordenar administrativamente a Presidência, peço a V. Exª que,

através do microfone, convoque todos os Srs. Parlamentares presentes na Casa a acorrerem ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência vai cumprir a solicitação do nobre Deputado Chico Vigilante e pede à Secretaria-Geral da Mesa que apure, no âmbito da Câmara dos Deputados, já que o requerente pertence àquela Casa Legislativa, as presenças nesta sessão, a fim de que a Mesa possa enviar ao Presidente Ibsen Pinheiro, para as sanções regimentais cabíveis, a lista dos que faltaram a esta reunião.

A sessão, portanto, fica suspensa, nos termos do art. 28, invocado pelo ilustre representante do PT.

A Presidência presta ainda um esclarecimento. O Senador Esperidião Amin e a Deputada Maria Luíza Fontenelle haviam requerido uma CPI, e a Presidência se comprometera a dar uma explicação na presente sessão. A Presidência se penitencia diante dos ilustres Parlamentares, já que há um requerimento insuperável, porque lastreado no Regimento Interno.

A Presidência espera que os Srs. Deputados e Senadores estejam aqui presentes dentro de trinta minutos, pois vamos proceder à abertura do painel, a fim de que possamos obter a listagem de comparecimento e aplicar a sanção pecuniária àqueles que, no âmbito da Câmara dos Deputados, tiverem faltado à presente sessão.

Está suspensa a sessão por trinta minutos.

(Suspensa às 19 horas e 10 minutos, a sessão é reaberta às 19 horas e 28 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Está reaberta a sessão.

A Presidência comunica à Casa que alguns Deputados registraram presença e outros não o fizeram.

A Presidência indaga do nobre Deputado Chico Vigilante se, como Líder do PT, mantém o pedido de verificação, obrigando seus colegas a registrarem presença.

O Sr. Chico Vigilante — Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Como o nobre Líder Chico Vigilante mantém seu requerimento e como alguns dos Parlamentares presentes não registraram presença porque assim não o desejaram, a Presidência chega à constatação, pelo painel, de que apenas 38 Srs. Deputados estiveram presentes.

O Sr. Deputado Prisco Viana, uma das grandes figuras do Congresso Nacional, está chegando.

A Presidência, por outro lado, se regozija com o Senado Federal pela presença de mais de 22 Srs. Senadores, o que mostra a assiduidade dos integrantes daquela Casa do Congresso Nacional.

A Presidência registra também a visita do ilustre Governador do Ceará, Ciro Ferreira Gomes, uma das grandes figuras da vida pública brasileira, ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência convoca, para amanhã, às 11h30min, sessão do Congresso Nacional, esperando que os Srs. Deputados compareçam, bem assim o nobre Líder Chico Vigilante, para que exerça sua vigilância habitual no cumprimento do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 29 minutos.)

COMISSÃO ESPECIAL MISTA

Criada através do Requerimento nº 810, de autoria do Senhor Senador Beni Veras, destinada a estudar o problema do desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro e propor soluções.

8ª Reunião, realizada em 4 de junho de 1992

Às dez horas e cinquenta minutos do dia quatro de junho de mil novecentos e noventa e dois, na sala número 5 (cinco) da Ala Senador Alexandre Costa, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada, presentes os Senhores Parlamentares: Beni Veras, Marluce Pinto, Maviel Cavalcanti e Ariosto Holanda. Deixam de comparecer por motivos justificados os demais membros. Havendo número regimental, assumi a Presidência o senhor Senador Beni Veras, Relator da Comissão que deu como aberto os trabalhos, comunicando o objetivo da reunião, debate sobre "Desigualdades Regionais no Brasil — Enfoque Institucional", com as presenças dos senhores Deputado Federal Roberto Magalhães e Dr. Osmundo Reboulças, membro da Comissão da Reforma Fiscal e ex-Secretário de Planejamento do Estado do Ceará, convidando os mesmos para tomarem assento à mesa. Em seguida o Senhor Presidente faz elogios aos convidados e passa a palavra ao senhor Deputado Roberto Magalhães. Concluída a exposição do Senhor Deputado, o Senhor Presidente passa a palavra ao Dr. Osmundo Reboulças. Não havendo mais expositores, o Senhor Presidente dá início à fase de interpelações, onde fazem uso da palavra os Senhores Parlamentares Ariosto Holanda e Marluce Pinto. Terminada à fase de interpelações o aenhor Presidente faz comentários a respeito das exposições, agradece a presença dos Senhores Parlamentares, convidados e demais presentes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Adalberto de Menezes Dantas, Assistente da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

ANEXO A ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 810, DE 1991-CN, DE AUTORIA DO SENHOR SENADOR BENI VERAS, DESTINADA A ESTUDAR O PROBLEMA DO DESEQUILÍBRIO ECONÓMICO INTER-REGIONAL BRASILEIRO E PROPOR SOLUÇÕES.

Presidente: Deputado César Maia

Vice-Presidente: Senador Elcio Alvares

Relator: Senador Beni Veras

(Íntegra do Apanhamento Taquigráfico da Reunião)

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Vamos dar prosseguimento aos trabalhos da Comissão Mista para o Estudo do Desequilíbrio Econômico Inter Regional Brasileiro.

Convidamos para trabalhar conosco aqui hoje o Deputado Roberto Magalhães.

Ele é o professor e advogado; foi Governador do Estado de Pernambuco; é formado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; tem doutorado em Direito Privado na Universidade Federal de Pernambuco; foi vice-Governador de 1979 a 1982 no Estado de Pernambuco; foi Governador de 1983 a 1987; é Deputado Federal pelo PFL e foi Secretário de Educação e Cultura de Pernambuco e Consultor-Geral do Estado.

O Dr. Roberto Magalhães tem uma longa experiência no trato das questões do Nordeste e possui uma visão muito interessante sobre o problema institucional. Por isso, nós o convidamos para fazer a exposição de hoje, buscando tratar o problema das desigualdades regionais do Brasil sob o enfoque institucional.

Também convidamos o Dr. Osmundo Reboulças, ex-Deputado federal, membro da Comissão de Reforma Fiscal, que está fazendo um levantamento e um estudo sobre o problema da reforma fiscal.

O Dr. Osmundo foi Secretário de Planejamento do Estado do Ceará; foi professor de Economia da USP; professor de Economia do Setor Público; tem mestrado na Universidade Federal do Ceará e PhD da Universidade de Harvard; é também assessor do Ciclo Industrial do Ceará e nosso querido amigo.

Com a palavra o Dr. Roberto Magalhães.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES — Senador Beni Veras, Dr. Osmundo Reboulças, ilustres participantes desta reunião de trabalho.

Antes de mais nada, quero ressaltar que a minha visão quanto aos problemas regionais é, sobretudo, referenciada ao Nordeste, que é a minha Região, de onde trago a experiência de quatro anos de Governo em Pernambuco, de 83 a 87.

Recentemente, fiz um pronunciamento da tribuna da Câmara exatamente cuidando do problema dos desníveis regionais e, particularmente, o do Nordeste.

Naquela oportunidade, eu começava fixando uma premissa: é que no trato das questões das desigualdades regionais cabe a nós, que defendemos a redução e, se possível, a eliminação dessas diferenças, provar que as regiões deprimidas são economicamente viáveis.

No sentido de provar a procedência dessa premissa, naquele pronunciamento nós mostrávamos que na década de 60, quando ainda não se havia sentido os efeitos da ação da Sudene, o País cresceu a uma taxa média anual de 6.1% e o Nordeste de 3.5%, ou seja, quase a metade da taxa de crescimento do País.

Na década de 70, já com 11 anos de estímulos por parte de programas da Sudene, e dentro de uma nova visão, sobretudo de uma nova mentalidade desenvolvimentista, quando se passou a considerar que o Nordeste para se desenvolver não bastava cuidar de seca e não bastava o Denocs, o País cresceu 8.6% e o Nordeste 8.7%.

Quer dizer, queiramos ou não, comprovou-se que o Nordeste, desde que estimulado adequadamente, respaldado por instrumentos de desenvolvimento, por políticas e por planos, não só regionais, mas também nacionais que o contemplem, é capaz de dar resposta positiva. Tanto que cresceu, em uma década, mais do que a média do País.

E o que vale para o Nordeste certamente vale para as outras Regiões; vale para o Norte e para o Centro-Oeste, principalmente porque sabemos que o Centro-Oeste já é celeiro do País em matéria de grãos, e tem excelente potencial para se desenvolver e o Norte, sobretudo se cuidarmos adequadamente da exploração mineral, também não fará por menos. O Estado do Amazonas é um caso indiscutível, comprovado de que também há uma vocação industrial naquela região, que o digam os pólos que estão lá implantados, o pólo de duas rodas, o pólo eletrônico, e assim por diante.

Na década de 80, enquanto a taxa do Produto Interno Bruto Nacional foi de apenas 1.5%, a do Nordeste foi de

4%, quer dizer, mesmo num ano em que já vivíamos uma recessão, no Governo Figueiredo, uma recessão que durou de dois a três anos, aproximadamente, mesmo assim o Produto Interno Bruto da Região Nordeste cresceu mais do que o Produto Interno Bruto nacional. E, em resumo, se fizermos uma apreciação dos últimos 30 anos, que vão de 1960 a 1990, o País e o Nordeste cresceram numa mesma taxa média de 5,4%.

Então, não cabe aceitar que se queira admitir, a discussão a respeito da tese antibrasileira, mas sobretudo antinordestina, de que o Nordeste e outras regiões deprimidas são um saco furado, quer dizer, não adianta investir porque elas não dão resposta e que o certo seria aquela diretriz política que trata o documento desta Comissão, por sinal um documento muito bem feito sobre o desequilíbrio econômico interregional brasileiro, quando começa por falar na industrialização retardatária, que implicou na necessidade de concentrar esforços em alguns centros dinâmicos nacionais. Na realidade, a partir de 1964 essa foi a diretriz que predominou e que penalizou terrivelmente o Nordeste. O Governador João Alves, do Sergipe, que é pela segunda vez Governador e que teve uma brilhante atuação na Sudene, durante todo o seu primeiro período de governo, quando, segundo também governador, pude testemunhar o seu trabalho, ele repisava sempre que as perdas com a redução do Finor a partir de 1964, os cortes nos recursos do Finor, perfaziam em 1984 mais de 1 bilhão de dólares.

Ainda no sentido de comporvar a viabilidade das regiões deprimidas e particularmente o Nordeste, iríamos para um outro indicador que é a renda *per capita*. Na década de 60, a renda do homem nordestino representava apenas 55% da média da renda do brasileiro. Em 1990, a renda *per capita* do homem nordestino fixou-se em 62% em relação à renda média do homem brasileiro. Houve um crescimento apreciável, contínuo, apesar das políticas nacionais, que não contemplaram o Nordeste durante mais de 15 anos e o esvaziamento do sistema de incentivos do Finan e do Finor.

É uma miríade pensar que o Brasil possa aspirar à escalada ao Primeiro Mundo sem antes se integrar internamente e vencer as desigualdades e os contrastes regionais. Sabemos bem o quanto se critica o Nordeste brasileiro nos outros "Brasis" afluentes, sobretudo no Sul e Sudeste, havendo até mesmo manifestações inconsistentes, levianas de quem desconhece a história deste País e a sua realidade econômico-cultural, preconizando o separatismo, que consideramos um verdadeiro crime de lesa-pátria. Esquecem esses separatistas que o Nordeste, mercê da política protecionista nas importações, vem se constituindo a longo tempo reserva de mercado para os seus produtos industrializados e que a nossa região, como denuncia precedentemente o Professor Gustavo Maia Gomes, da Universidade Federal de Pernambuco, tem o seu crescimento industrial marcado pela dependência e complementariedade do setor produtivo do Sul e Sudeste.

Mas a verdade insofismável é que o Nordeste tem sido o grande esquecido e marginalizado ao longo do tempo. Recordo que ao tempo em que fui governador de Pernambuco tive negado um empréstimo, então, de 30 milhões de cruzeiros velhos para o aterro da área em Suape, que se destinava, como se destinou posteriormente, à instalação da tancagem de combustível para que se transferisse do Recife para aquele complexo portuário industrial e que me foi negado.

Numa semana em que o Ministro do Planejamento me negou esse empréstimo em Brasília, e esse empréstimo seria

via BNDEŚ, não era dinheiro a fundo perdido, tive, logo em seguida, a surpresa e o desprazer de tomar conhecimento, era enviado para São Paulo um bilhão de duzentos milhões de cruzeiros velhos. Naquela época, bilhão era uma linguagem pouco falada. Negaram a Pernambuco trinta milhões, mas mandaram para São Paulo um bilhão e duzentos milhões.

O argumento era o de que o Ministro do Planejamento, paulista, queria na realidade destinar a São Paulo, naquele momento, apenas seiscentos milhões para as obras do metrô paulistano. Todavia, as pressões do Governador Franco Montoro eram no sentido de que eram necessários os seiscentos milhões para as obras de drenagem e despoluição do Tietê. Como se tratava de São Paulo, a solução foi simples. Mandem seiscentos para o metrô e seiscentos para o Tietê, para o Nordeste disse não para trinta milhões que pedi.

Lutei muito e consegui um ano depois esse empréstimo. Hoje a tauragem está transferida. Recife ficou livre de um pesadelo, porque já tinha ocorrido um incêndio de grandes proporções naquela tauragem que fica no porto. Só no meu Governo houve dois riscos iminentes, um vazamento e depois a explosão de um navio de GLP.

Esta mentalidade no sentido de não se privilegiar e até não deveria se privilegiar pelo menos se equalizar o tratamento entre as regiões mais afluentes e as regiões mais deprimidas é o grande desafio para os políticos e principalmente aqueles que têm função de liderança a nível federal e a nível regional, como primeiro caminho a ser aberto, ou pelo menos o segundo passo. O primeiro é comprovar que somos viáveis e o segundo é o tratamento que se não for diferenciado no sentido de ser melhor para as regiões deprimidas que pelo menos se dê o tratamento igual.

Os planos regionais — é preciso que seja dito — às vezes têm efeito perverso. Elabora-se um plano regional, destina-se uma importância, se não irrisória, insatisfatória para determinados programas, visando as regiões deprimidas e a parte do Leão que é o restante do Orçamento nacional fica para as regiões mais afluentes. Isso ocorreu e vem ocorrendo ainda hoje neste País.

Nos últimos quinze anos os incentivos destinados à Sudene, do antigo Sistema 3418, hoje Finor, caíram de forma drástica, não passando atualmente de 18% do que já foram no ano passado.

Outra constatação: o Governo Federal e, especialmente, o Ministério da Agricultura assistiram inermes à queda da produção e o quase desaparecimento da cultura do algodão na região nordestina. Seja pela ação do bicudo, seja pela total falta de estímulo a uma das melhores fibras algodoeiras do mundo. Sabemos que o Ceará, o Rio Grande do Norte e até certo ponto Pernambuco já tiveram um algodão que chegava a concorrer com o algodão egípcio que é, inquestionavelmente, o que melhor se produz no mundo. Trata-se do algodão de fibra longa, o nosso seridó.

Há iniciativa louváveis no sentido de se recuperar a cultura do algodão no Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte e na Paraíba. Mas esse esforço tem sido obra predominante dos Governos estaduais. Não há nenhuma verba expressiva ou nenhum engajamento em termos de prioridade do Governo Federal.

E mais, os Estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte vêm sendo penalizados há mais de três anos pelo não pagamento do subsídio de equalização do preço da cana, levando à pré-falência a indústria açucareira, que somente em Pernambuco emprega diretamente mais de

150 mil homens e mulheres, possibilitando mais de 400 mil empregos indiretos.

O que isso significa? O açúcar é produzido em mais de 90 países, quem tem o menor custo é São Paulo. Depois, vem a África do Sul, e um terceiro país africano e, finalmente, em quarto lugar o Nordeste.

Logo, em mais de 90, o Nordeste, no caso o Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, nós estamos em quarto lugar do mundo. Não estamos plantando cana num terreno impróprio e nem desaconselhável. Temos uma posição privilegiada.

A nossa falta de sorte é termos São Paulo em primeiro lugar. Então, o que é que o Governo vinha fazendo ao longo do tempo? Aquilo que se pratica em todos os países vizinhos desenvolvidos, em todos os países que têm agricultura forte, que é o subsídio. Ninguém subsidia mais o agricultor do que a Europa, o Mercado Comum Europeu e, em segundo lugar, os Estados Unidos.

Eu, como advogado, já tratei de assuntos açucareiros de grupos franceses e eles me diziam que a diferença entre o preço interno e o preço internacional chegava a mais de 400 dólares, e quando eles exportavam o governo francês entrava com a diferença. Quer dizer, uma diferença que é mais do que o preço do açúcar na bolsa de Nova Iorque, uma diferença superior.

Então, vejam bem o que ocorre. Na realidade, é que fazem quase três anos que o Governo não paga o subsídio.

Então, a cana-de-açúcar que em Pernambuco tem um custo de 30% mais alto do que em São Paulo, não tem o subsídio para cobrir a diferença. Como uma agroindústria pode subsistir com uma diferença de 30% do preço, por inadimplência do Governo Federal? Não pode subsistir, está indo para a falência. Metade das usinas estão em estado de insolvência. E aquelas usinas que eram prósperas, que não iam ao banco, estão indo ao banco. Empresário que vai ao banco com uma inflação de 20% ao mês não precisa dizer qual é o seu destino, qual é a sua perspectiva.

Situação análoga é a do álcool carburante, que não pode economicamente concorrer com a gasolina, pois o barril da gasolina está a 22 dólares, enquanto o do álcool está a 40.

Todavia, temos que considerar primeiro que o álcool é produzido no Brasil com mão-de-obra brasileira; segundo, estrategicamente, é um combustível que não depende dos azares e das ocorrências do Golfo Pérsico, das regiões conflitivas do mundo. E, terceiro, é o álcool um carburante não poluente.

Consideramos que a solução é aquela que o norte-americano utiliza: fazer a fixação dos preços através da fórmula mix que a Petrobrás já usa.

A Petrobrás quando fixa o preço do diesel, do óleo combustível e da gasolina, não o faz necessariamente em função dos custos de cada um. Analisa o custo global dos subprodutos do petróleo e vai fazendo de acordo com a sua política energética.

Pela primeira vez agora, há um mês, o álcool entrou nesse mix. Esta é a única forma; não vemos outra, de entrar o álcool no mix. O preço do combustível terá que ser fixado não em duas planilhas distintas à do álcool e à dos derivados do petróleo, mas numa só em que o álcool entra nesta repartição de custos, a partir do custo global dos subprodutos do petróleo.

As vacilações e as inseguranças das políticas governamentais tem acarretado prejuízos incalculáveis para o Nordeste.

A produção do açúcar em Pernambuco, nos últimos cinco anos, reduziu-se em 6 milhões e meio de sacas de cinquenta quilos, o que corresponde, teoricamente, ao fechamento de dez usinas de porte médio, ou seja, de dez usinas com produção anual acima de seiscentas mil sacas.

Não gostaria de ficar preso aos problemas de Pernambuco e do Nordeste, porque sei que esta Comissão, na realidade, trata das diferenças regionais do Brasil, mas cometeria aqui uma grave omissão, se não fizesse a afirmação — já que os Parlamentares presentes certamente concordarão comigo — de que se não fosse a ação enérgica, pronta, objetiva, das Bancadas de Deputados e Senadores do Nordeste, o Governo Federal já teria — para isso havia disposição e a proposta já estava feita às Lideranças — suspenso o fundo constitucional de 3% administrado pelo Banco do Nordeste, e já teríamos tido 80% do que resta do Finor e do Finam suspensos por dois anos, para pagar as dívidas dos Estados. Sabemos que foi a reação das Bancadas que fez com que o Governo recuasse.

O meu papel aqui deve ser principalmente o de oferecer sugestões. Afinal, estou aqui não como um estudioso dos problemas do Nordeste, ou como alguém que pertence a assessorias, ou a centros de estudos. Na realidade, sou alguém que veio porque teve experiência de Governo e integra a Bancada de um Estado nordestino que tem, com Bancadas de outros Estados, feito uma permanente vigília para a proteção dos interesses da região, e infelizmente menos para avançar e mais para preservar o pouco que conquistamos.

Nesse caso, vou apresentar as sugestões que fiz da tribuna da Câmara dos Deputados no mês passado como minha contribuição principal a esta Comissão.

Quais os caminhos a serem percorridos para se começar a retomada de um trabalho, a nível nacional, para a redução das diferenças regionais?

Em relação ao Nordeste — mas o que vou dizer vale também para outras regiões —, a primeira recomendação feita na tribuna da Câmara dos Deputados, e que reitero, neste momento, foi a de o Governo cumprir todos os dispositivos constitucionais que, de forma imperativa ou programática, direcionam a ação do Governo em favor da região e, particularmente, no sentido da redução das disparidades regionais.

Temos aqui um apanhado de vários dispositivos constitucionais direcionados em favor do Nordeste. Pinçamos alguns deles para poder aqui mostrar a sua importância.

O art. 3º da Constituição Federal, quando cita os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, diz no seu inciso III:

“III — erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;”

Está aí esse problema, guindado à condição de objetivo nacional fundamental. Será que isso está sendo observado? Faço parte da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Fui Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no ano passado; relatei uma das emendas constitucionais envidadas pelo Governo Federal no ano passado, exatamente aquela que tratava da questão tributária da reforma fiscal, evidentemente não a reforma fiscal, essa atual que não chegou aqui ainda, mas a primeira em nível constitucional. Fui eu que dei o parecer, inclusive com muito esforço consegui aprovação da emenda naquela comissão técnica, e quero dizer o seguinte: de todas as experiências que eu tenho tido aqui no Congresso, eu não sinto, absolutamente, que essa diretriz

esteja sendo adotada. Esse objetivo fundamental não está norteando as ações do Governo, porque, se estivesse, o Governo não teria proposto a suspensão por dois anos do fundo constitucional de 3%, administrado pelo Banco do Nordeste, e que, pasmen V. Ex^{as}, no ano passado já havia financiado 42 mil projetos. Para que se tenha uma idéia, a Sudene não tem em curso, atualmente, mais de mil e 200 projetos financiados.

Pois bem, o fundo constitucional, que está sendo gerido pelo Banco do Nordeste, já ia em 42 mil, já deve ter ultrapassado bastante esta marca. Então, o Governo não está observando a Constituição naquilo que se refere a um dos objetivos fundamentais, que é esse da redução das desigualdades sociais. Daí a grande importância desta Comissão. Tenho a certeza de que esta Comissão vai fazer essa crítica e advertir o Governo de que isto aqui é a vontade da Nação, porque esta Carta não foi escrita por nordestinos. Não, esta Carta foi escrita por brasileiros de todos os rincões.

Um outro artigo que nós pinçamos:

“Art. 42 § 3º Nas áreas a que se refere o § 2º do inciso IV, a União incentivará a recuperação de terras e cooperará com os pequenos e médios proprietários rurais para o estabelecimento, em suas glebas, de fonte de água e de pequena irrigação.”

E eu indago: Como anda a irrigação neste País? Se nós fizermos um paralelo, verificaremos que a China já passou de 30 milhões de hectares irrigados; o México tem muito mais de 30 milhões; a Índia, e nós, talvez, não passamos de 2 milhões de hectares irrigados.

Outro dispositivo. O art. 65, § 7º: “Os orçamentos previstos no § 5º, incisos I e II deste artigo” — que são todos os orçamentos: o fiscal, o orçamento de programa, os investimentos — “serão compatibilizados com o plano plurianual, terão, entre suas funções, a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional”.

O que é isso? Isso se chama regionalização do Orçamento. Não está sendo cumprida. Nem se está cumprindo na elaboração — Art. 165, § 7º — nem se está cumprindo quando da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nem se está cumprindo na elaboração da lei orçamentária.

Outro dispositivo constitucional, o Art. 170: “A ordem econômica, fundada na valoração do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: VII — redução das desigualdades regionais e sociais”.

Quer dizer, além de ser um dos objetivos nacionais fundamentais, a redução das desigualdades regionais está na Constituição, é adotada como um dos princípios. Fala em ditames e princípios da ordem econômica nacional. Bem, penso que não precisaria citar outros, são tantos, mas esses já deixam claro que o Constituinte de 1988 esteve preocupado, em todos os momentos de elaboração da Carta, com a questão das desigualdades regionais. E nós temos o exemplo da Europa. O que ela tem feito do Mercado Comum Europeu? Tem procurado, primeiro, reduzir os desníveis para, depois, integrar os seus membros. Portugal está sendo fortemente subsidiado. Para quê? Para poder ser integrado, pois com desigualdades gritantes não pode haver integração. Não se pode integrar regiões deprimidas com regiões afluentes. É preciso, primeiro, reduzir as desigualdades.

E será que a Europa do Mercado Comum não é um bom exemplo para nós? Se não nos inspirarmos nesses exemplos, nós o faremos em quais? A União Soviética não cuidou bem das desigualdades entre as repúblicas. Hoje ela paga o preço da própria desintegração.

É claro que não farei uma comparação como Aspásia Camargo e direi que o Brasil corre o risco de desagregação ou de separatismo. Não! Lá há o problema de etnias. Nós, ao contrário, temos a unidade, até racial, uma raça morena que está por surgir, uma unidade cultural, uma unidade de fé, e assim por diante — fé cristã. Mas, inevitavelmente, os que não buscaram reduzir as desigualdades pagaram preços altos. Cito a União Soviética, que é o caso mais recente.

A minha segunda sugestão é fortalecer em cada Estado nordestino, ou seja, em cada Estado das regiões deprimidas a base de suas respectivas economias, com ênfase na cultura regional. No meu caso, eu falava do algodão, das indústrias sucro-alcooleiras, e nas vocações agro-industriais. Mas como estou falando em desigualdades do Brasil, fico nas vocações estaduais. Por quê? Porque planos regionais podem não contemplar, necessária e satisfatoriamente, as vocações de cada Estado. Se ficarmos apenas nos interesses comuns e regionais estaremos cometendo um grave equívoco, porque estaremos esquecendo as vocações de cada Estado. O que tem a ver o Ceará com a cana-de-açúcar? Nada. O que tem Alagoas com o algodão? Praticamente nada. É claro que temos que pensar na região, visualizada globalmente, mas também em cada estado de per si.

A terceira sugestão é incentivar o crescimento industrial do Nordeste — e das demais regiões deprimidas — de modo auto-sustentável, ou seja, sem que isso signifique apenas uma consequência da expansão industrial do Sul-Sudeste; sem que haja uma relação essencial de dependência e de complementariedade, senão seremos sempre vagões, jamais seremos locomotiva. Se não fugirmos dessa situação de apêndice do Sul-Sudeste, continuaremos vítimas das chamadas indústrias turísticas, que chegam em nossa região, sugam o que podem dos incentivos e depois vão embora; que quando termina o prazo dos incentivos recolhem as máquinas e voltam a sua região, ou vendem ou passam adiante a indústria ou o complexo industrial.

Quarta sugestão: prioridade aos programas de irrigação já existentes e ampliar ao máximo novas linhas de ação, nessa estratégia de grande relevância para o semi-árido, seguindo o exemplo da China, da Índia, do México, dos Estados Unidos, que têm na Califórnia um dos mais férteis celeiros do mundo.

Quinta sugestão que faço à Comissão: restaurar a consistência, o status e a eficiência da Sudene e da Sudam, e dos demais organismos regionais, que não podem ser abandonados à sua própria sorte, sem que se comprometa ainda mais o quadro de debilitação econômico-social de várias regiões brasileiras.

Sexta: equacionar a questão fundiária, não apenas nas áreas urbanas mais populosas, mas, sobretudo, na área rural. Não estamos sentindo, como víamos no Governo Figueiredo — quero fazer justiça — a vontade de se buscar solução para o problema da terra.

Pernambuco é um Estado de dimensões reduzidas. Não obstante, com a ajuda do INPE, com a ajuda do Banco Mundial, titulamos em apenas 3 anos mais de quinhentos mil hectares, além de várias microexperiências de colonização na mata e no agreste pernambucano. A titulação foi maior no sertão;

as experiências de colonização foram maiores no agreste e na mata.

E, digo, aos senhores: reforma agrária feita sem demagogia, feita com racionalidade, levando não apenas à terra, mas levando o crédito, a assistência técnica, levando apoio à comercialização, opera milagres. Vi regiões em que famílias, na pobreza absoluta, viviam em silos abandonados — isto, na região de São Bento do Una, no Gama, e eu digo o nome do município e da região, lá no agreste pernambucano — em que as famílias, à noite, tinham que ter um de seus membros dando sentinela, para que os ratos não roessem os pés das crianças. Pois bem. Em pouco tempo, com a ação da Emater, com lote de terra doado, com material para que fizesse a sua casa, não de taipa, mas de tijolos, fizeram com que toda aquela região, que é uma região, é verdade, com tradição na agricultura, sobretudo na cultura do tomate, onde no passado havia a indústria Peixe, com grande fluência. Em pouco tempo eles estavam transformados em classe média rural, uns com televisão, outros com sua vaquinha, outros com seus porcos e suas galinhas, vivendo dignamente.

Sétima proposta: atuar, prioritariamente, na área social onde o binômio Saúde e Educação tem relevância absoluta; e a habitação, o emprego e a renda se constituem dados inseparáveis dessa problemática, quer dizer, não basta cuidar da economia *stricto sensu*. Temos que cuidar do homem, porque ele é o agente destinatário das ações econômicas.

Finalmente, a oitava proposta: desprestigiar o modelo de relações de poder paternalista, clientelista, retrógrado e reacionário que ainda viceja em vários bolsos geopolíticos das regiões deprimidas. Nós temos que fazer, também a nossa *mea culpa*. Temos que abrir estradas e caminhos. Não podemos permitir que a pobreza fique sendo instrumento de manipulação e de caminho para a escalada ao poder. Nós sabemos que há muitos líderes, há muitos grupos políticos, que fazem da pobreza ou dela se alimentam para sobreviverem e prosperarem politicamente.

Sr. Presidente, nobre Senador Beni Veras, gostaria de terminar esta minha participação, agradecendo a honra do convite para, aqui comparecer, citando um escritor, muito atual, que é Cristóvão Buarque. Em seu livro *A Desordem do Progresso*, ele diz:

“O homem é o único animal que faz da evolução uma aventura. Nos últimos cinco séculos, todos os continentes foram conquistados. Nos últimos anos, o foi uma parte do espaço sideral. A ciência está sendo capaz de penetrar em todos os meandros dos mistérios do mundo, inclusive da vida. Não restaria, assim, em breve qualquer eventura a ser realizada.”

E conclui:

“A dominação da estupidez do sistema econômico pode oferecer a última fronteira da aventura.”

Faço votos de que assim seja e que possamos, através de uma nova visão da economia aplicada, dos planos econômicos e das políticas governamentais econômico-financeiras, vencer os óbices da estupidez e da miopia. Finalmente, através da redução das disparidades regionais, integrar verdadeiramente o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Poderíamos passar à fase de perguntas, uma vez que a participação do Dr. Osmundo terá alguma relação no plano institucional, mais especifi-

camente na reforma fiscal. Então, poderíamos caminhar buscando conhecer melhor o pensamento do Dr. Roberto Magalhães.

Com a palavra o Sr. Ariosto Holanda.

O SR. ARIOSTO HOLANDA — Professor Roberto — permita-me que o chame de professor porque o tenho na conta de quem conhece profundamente a região — gostaria de me aprofundar em algumas abordagens que V. Ex^a fez, principalmente no que diz respeito, em primeiro lugar, à política de industrialização da Região Nordeste.

Até que ponto, dentro de um análise de V. Ex^a, e na época em que foi Governador, se hoje V. Ex^a voltasse ao Governo de Pernambuco, que outras diretrizes V. Ex^a tomaria dentro de uma política de industrialização. Ênfase principalmente no que diz respeito — e tenho visão que houve, até certo ponto, uma política predatória entre os diferentes Estados da Região até no sentido de uma briga de incentivos entre Estados, havia sempre aquela briga de quem dá mais. V. Ex^a disse muito bem quando falou nas indústrias turísticas. E realmente foi o que aconteceu. Naquela ânsia de atrair o empresário do Sul, os incentivos iam desde o Imposto de Renda, incentivos dos distritos industriais, no próprio ICM, que era a arrecadação do Estado. Havia Estado que dava 100% do ICM. E havia até uma briga entre os Estados para buscar os empresários que às vezes vinham se instalar numa região, não para explorar os seus recursos naturais. Por conta dessa política, diria que perdemos alguns complexos industriais no Estado. Lembro-me muito bem da briga da refinaria, da briga do Projeto Itacaia, da Alca Norte, a própria pobreza ficava se digladiando e não se chegava a nada.

V. Ex^a acha que houve uma distorção, dentro da sua visão, da política contemplada inicialmente pela Sudene, dentro daquele documento histórico do GTDN? Parece-me que ele buscava o desenvolvimento a partir dos recursos naturais da região, começando na produção de alimentos do interior para a capital. Aí também faço uma crítica, na década de 70, onde se priorizou muito o Finor para a industrialização e esquecemo-nos do DNOCS, que iria trabalhar na área da irrigação. O interior, dentro da minha visão, ficou esperando chuva para praticar uma agricultura de subsistência.

Quando V. Ex^a diz que houve um crescimento — e apresentou números na década de 60, de 70 — questiono muito esses índices, professor Roberto. São taxas de crescimento, renda *per capita*, e vemos que a qualidade de vida do nosso povo diminuiu, quer dizer, aconteceu realmente uma concentração de renda muito grande?

Quando o senhor diz os artigos que contemplam realmente ações que poderiam promover, minorar esse desequilíbrio regional e enxergamos que todos eles passam por recursos. Pelo conhecimento que tenho do orçamento hoje do País, realmente está falido por mais que ele queira fazer, não fará se não promovermos, com urgência, uma reforma fiscal profunda, porque praticamente tudo está comprometido com a seguridade social, com a transferência de recursos estaduais, municipais ou com a própria educação, com o serviço da dívida externa, com a folha de pagamento.

Então, tive acesso a esse orçamento e sobram 5% para brigar na Câmara, quer dizer, temos de fazer uma reforma fiscal profunda, o senhor invocou muito bem esses artigos que contemplam, direcionam para a promoção do desenvolvimento das regiões mais pobres.

Agora, centro a questão em um ponto e gostaria de ouvir a opinião de V. Ex^a: entre o elenco das prioridades que o

senhor abordou de sugestões, no total de oito, eu destacaria a sétima, que é prioridade zero, quando o senhor diz que o homem é o centro de tudo, quando o senhor fala atuar na área social, especialmente na educação, quer dizer, quando diz que o universo é o homem, creio que aí está o cerne da questão. Tenho a visão de que se não investirmos no homem, e, a melhor maneira é através da educação, nunca sairemos desse estágio de subdesenvolvimento.

Em termos de educação, o Nordeste vai mal, mas acoplar a educação a uma ação também de desenvolvimento científico e tecnológico, porque hoje, como disse o escritor Alvin Tofler, quando analisa as mudanças do poder, que quem tem poder é quem tem conhecimento, e, dentro da minha visão, essas desigualdades tenderão a aumentar se não promovermos, com urgência, uma ação da educação do nosso homem, acompanhada de um desenvolvimento científico e tecnológico, que, na Região Nordeste, deixa muito a desejar.

Temos algumas ações isoladas no Estado de Pernambuco, como o Itep, com suas universidades; o Ceará tem o Luterc. O problema da extensão rural está falido neste País. Quando o senhor entra na área da assistência técnica, concordo perfeitamente, mas está falida a assistência, porque acabaram com a Embratel e transferiram os encargos para os estados que, falidos, não podem dar continuidade.

Considero gravíssimo o problema da educação e da ciência e tecnologia do País. Inclusive, acabamos de fechar um documento da CPI que apura as causas do atraso tecnológico e chegamos à conclusão de que estamos no fundo do poço.

Então considero educação prioridade zero, e aí até para o homem escolher melhor os seus representantes. E quando o senhor se refere ao item 8, no qual diz que praticamos uma política clientelista, concordo. Penso que sem a educação não vamos a lugar nenhum.

São essas as colocações que gostaria de fazer a V. Ex^a. E se o senhor voltasse hoje ao Governo de Pernambuco, considerando que é uma outra realidade, que análise crítica o senhor faria da situação anterior? Como direcionaria uma proposta de desenvolvimento para o seu Estado?

O SR. ROBERTO MAGALHÃES — O Deputado Ariosto Holanda aborda questões com muita objetividade, com muita clareza. Na realidade, fere todos os pontos importantes do meu depoimento.

A política de industrialização, concordo com V. Ex^a inteiramente, fez-se nas primeiras décadas na Sudene com algumas graves distorções. A primeira é que se buscou na industrialização a solução de tudo. Assim como se havia no passado errado em pensar que bastava combater a seca para desenvolver o Nordeste, também foi uma visão demasiadamente setorial pensar que a industrialização haveria de resolver o problema.

A segunda distorção foi que, talvez pela lei da inércia ou a lei do caminho mais fácil, procurou-se industrializar muito mais importando indústrias do Centro, do Sul e do Sudeste, do que procurando criar indústrias que pudessem, como diz V. Ex^a, utilizar não só nossa mão-de-obra como também nossos recursos naturais. Quer dizer, ficamos macaqueando o modelo de desenvolvimento paulista.

A terceira distorção foi a de que, na medida em que a Sudene voltou-se para a industrialização, sobretudo para o sistema de incentivos, ela caiu na armadilha, porque o incentivo é, por definição, concentrador de renda.

O que vou dizer agora está sob censura: se quiserem podem retirar, ouço críticas ao Finor aqui dentro e fora daqui,

às vezes, partindo de Deputados nordestinos e digo se fizermos o jogo do Sul e Sudeste, criticaremos também o Finor e admitiremos que ele seja extinto ou transformado numa mera agência de financiamento, o que vai acontecer? Esse recurso do Finor, que dizem ser concentrador de renda e que não está indo pela melhor forma, não irá mais e não irá nenhum outro. Então, é muito melhor que vá para o Nordeste e para a Amazônia um recurso que concentra renda, mas que, de qualquer maneira, ajuda, do que não ir nenhum.

Sou muito pragmático em relação a isso. Penso que nordestino não tem que criticar o Finor, a não ser que me indiquem uma alternativa para ele e possamos nos convencer que há uma alternativa melhor, um incentivo para a área industrial, a área de pecuária e também a área de alimentos, porque o Finor hoje também atua na área de produção de alimentos.

São, então, três distorções graves que cito. Nessa hora, se voltasse a ser Governador de Pernambuco, iria preocupar-me muito mais em estimular médias e pequenas indústrias na periferia das cidades de porte médio do que estar em São Paulo adulando empresários para fazer sucursal em Pernambuco. Seria essa a grande mudança que faria se voltasse a ser Governador no tocante à industrialização.

Aliás, Deputado, no fim o meu Governo, comecei a mudar. Abri uma fábrica de queijos na pedra, em funcionamento, uma indústria de produtos agrícolas em Serra Talhada, para não dizer aquilo que não dependeu de mim, mas que tive uma participação pequena, que é o extraordinário desenvolvimento do pólo tomateiro, em Petrolina, que, infelizmente, hoje, está ameaçado pelo Mercosul. Não sei como vamos poder concorrer com o argentino em matéria de tomates e de outros produtos agrícolas e pecuários.

Então, realmente, voltaria com esta visão. E por que cidade de porte médio? Porque o exemplo europeu é de pequenas cidades, com excelente infra-estrutura e com boa renda. Na Alemanha e nos Estados Unidos há cidades com vinte mil habitantes que têm tudo o que uma cidade de um milhão de habitantes oferece. No Brasil, não. Uma cidade, às vezes, de oitenta mil habitantes, cem, cento e vinte mil habitantes é uma cidade-dormitório. Em Pernambuco, há um caso excepcional, Olinda, trezentos mil habitantes e ainda é um pouco cidade dormitório, ainda é um pouco dependente do comércio do Recife. A questão da política urbana, é fundamental.

Então, a primeira resposta seria essa. Quanto à concorrência predatória entre os Estados, digo a V. Ex^a que nenhum Estado foi mais penalizado do que Pernambuco.

No primeiro momento da Sudene — isso está dito no meu discurso — Pernambuco foi o Estado que mais se beneficiou com a Sudene, porque era o que tinha a melhor estrutura e tradição industrial mas depois, quando começou a luta, e como os incentivos vinham para todos e como havia uma estrutura regional para todos, os outros começaram a crescer e Pernambuco começou a ter um crescimento relativamente menor. E, hoje, Pernambuco é um Estado — na minha opinião — que tem o menor crescimento, em termos relativos, dentro do Nordeste. Pelo menos nos últimos quatro anos foi assim.

Essa concorrência predatória é terrível. O ex-Senador José Lins, uma pessoa de que gosto e admiro muito, que está aqui como assessor, ainda dando a sua contribuição, tinha uma idéia de que Pernambuco era rico e que o Ceará era miserável. Toda conferência dele era assim. E, por conta disso, tirou-se a Grande Recife da faixa "A", purgamos uns doze ou treze anos sem projetos importantes da Sudene. E, a Bahia, beneficiada com o pólo petroquímico; Sergipe, com a salgema

Ceará, com o pólo Têxtil. O nosso acabando, e o do Ceará vicejando.

Então, ninguém foi mais vitimado com isso que V. Ex^a tão bem chamou de concorrência predatória do que Pernambuco.

O seu segundo questionamento é sobre os índices. Eu também tenho muito receio de índice. Agora, de qualquer maneira, digo o seguinte: esses índices, como renda *per capita*, por exemplo, no Kuwait não quer dizer nada. E, no Nordeste, também há grandes distorções, porque há uma pobreza miserável, na zona rural e na periferia das grandes cidades, que contrasta com as mansões. Enfim, toda uma classe dominante, para usar a expressão das esquerdas.

Agora, o que acontece é que, de qualquer forma, há uma inter-relação, salvo o Kuwait e algum outro país. De um modo geral, quando a renda *per capita* é alta, há uma melhoria para todos, embora seja justa. Constatado isso com Pernambuco, que no Governo de Marco Maciel, 16% do PIB; em 4 anos. No meu, cresceu 20%. E, no onde Miguel Arraes, decresceu 1,5%. Foi um crescimento negativo em 4 anos. E nós sentimos a pobreza, que está nos índices e está saltando aos nossos olhos. Visitar hoje Pernambuco é realmente um exercício para nós, pernambucanos, de autopaedecimento muito sério.

Concordo que esses números não são confiáveis, porque a renda *per capita* é teórica. Mas, de qualquer maneira, diria que há sempre uma inter-relação, quando cai a renda *per capita* aumenta a pobreza, de qualquer sorte não são só os ricos que deixam de ser mais ricos.

Terceiro. Todas as minhas sugestões importam em investimentos, e o País está falido. Concordo que o País esteja falido, mas, infelizmente, não vejo desenvolvimento sem investimento.

E, digo mais, quando há decisão política, o dinheiro surge. Eu nunca vi ou o Governador ou o Presidente fazer um projeto para não ter dinheiro. Não vai faltar dinheiro para os CIAC, não faltou para a Linha Vermelha, não faltará para nenhum programa que, realmente, seja prioritário para o Presidente. Agora também se não for, não vem, não haverá dinheiro, sempre há onde se buscar dinheiro, sempre há uma forma de fazê-lo surgir.

Agora, o que não pode é acontecer o que está ocorrendo agora, não sei se os senhores estão sabendo. Chegou anteontem um projeto do governo propondo um crédito especial para a Comissão de Orçamento, se não me engano, de 7 bilhões de cruzeiros para comprar cerca de mil e oitocentos ônibus que serão distribuídos a vários municípios que nós não sabemos quais são e cuja finalidade é o transporte de alunos.

Sabe quais são as verbas que estão cortadas para ensejar o crédito especial? Quarenta e seis bilhões, são todas as verbas que constam das dotações do Orçamento para menores excepcionais.

Quer dizer, como é prioridade do governo, corta-se o dinheiro do excepcional, mas, naturalmente, o Congresso não vai concordar com isso, porque o Líder do meu partido, que é o PFL, que é governista, já declarou, enquanto eu for Líder, não se tira um centavo de um menor excepcional. E eu concordo com S. Ex^a, porque mesmo que ele não pensasse assim, eu penso e eu não daria o meu voto.

Vamos certamente aqui estancar essa heresia, esse absurdo e propor outra solução, mas é uma prova de que quando se quer dinheiro vai buscá-lo nem que seja o do excepcional.

Quarta observação, do Deputado Ariosto Holanda, que considera que é prioridade zero no sentido, não é zero negativo, é zero positivo, antes do 1.

É claro, sem promover o homem, tudo o mais cai no vazio. Eu, aliás, como candidato, como governador, cansei de repetir, dizendo o seguinte: a riqueza de um povo não está no solo nem no subsolo, nem nas chaminés das fábricas, nem na beleza de seus ousados viadutos, nem nas avenidas largas, mas nos seus recursos humanos. Sem recursos humanos. Sem recursos humanos a estrutura é apenas um aparato, não tem sentido.

E nós, nordestinos, sabemos que pelo volume de água que está acumulada no Nordeste já era para termos uma outra situação em termos de agricultura.

Eu tive uma audiência no Parlamento israelense, em Jerusalém, com o Ministro de Agricultura que era então Ministro para Assuntos do Parlamento, um velhinho muito simpático, e ele me dizia: olha, vocês lá no nordeste se conseguissem utilizar 2% da água de seus rios que correm para o mar apenas 2%, vocês seriam o celeiro do mundo. Ouvi isso de um israelense, e acho que ele está certo, é isso mesmo.

E por que esta água está correndo e nós, não conseguimos, conseguimos até armazená-la, mas, não damos consequências. Voamos de helicóptero, e mesmo de avião, pelo Nordeste, temos açudes e mais açudes sem um pé de couve plantado nas suas bordas. Vou ao exemplo israelense — Visitei o Brohaine, que é um Kibutz hispano-brasileiro, e lá me levaram para ver um campo de irrigação de 400 hectares. Havia jojoba, algodão e milho, tudo computadorizado, sistema de gotejamento etc. levaram-me para ver o reservatório de água e ele tinha capacidade máxima para 200 mil metros cúbicos, o que para o que há armazenado no Ceará, ou em Pernambuco, não é nada, é um micro-açude. Fiz açudes de 1 milhão de metros cúbicos em municípios que a maioria dos pernambucanos não sabe nem que existem como em Terezinha, um município tão distante que para chegar a ele, apesar de ser Pernambuco, temos que passar pela Paraíba, voltar, e chegar a ele. É o açude Cascudo — com 1 milhão de metros cúbicos. Até hoje não se fez a adutora para colocar água na cidade! Mas ele está servindo à região, de qualquer maneira.

Sabem V. Ex^a que água era aquela? Água de despejos sanitários e de cozinha. Eles fazem um tratamento rudimentar para não perder os fertilizantes daquele despejo. Vi aquilo e fiquei espantado. Quando voltei para Pernambuco, eu havia feito um açude em Bodocó, com 10 vezes mais água, 23 milhões de metros cúbicos, e perguntei o que é que se havia plantado. “Nada!” Por que nada?” “Porque não há eletrificação rural!” Mande colocar a eletrificação rural no açude e quando voltei lá como candidato ao Senado, continuavam sem nada plantado. Disseram o seguinte: “Os deputados de Ouricuri pressionaram e fez-se a eletrificação do lado onde há pecuária, o lado de Ouricuri, é não se fez do lado de Bodocó, que é o agrícola”.

Não mais no meu Governo se fez a eletrificação rural do lado agrícola e não acontece nada. Há o peixe. É fácil. Joga-se o peixe lá e ele se reproduz. Qual é o problema? Recursos humanos. Se nós trouxermos para Bodocó aquela mentalidade do Brohaine lá de Israel, a esta altura aquilo seria um celeiro. Vi lá — não sei quantas pessoas há aqui que conhecem Israel — um riacho, que é o rio Jordão; sobe-se no Gola e olha-se e está tudo plantado. São 200 mil hectares de terra plantados às margens de um riacho. E nós com esses mananciais praticamente desaproveitados! É uma política clientelista!

Estou confiando no Ceará, no exemplo do Ceará. Não tenho ido lá. Há muito tempo que não vou ao Ceará, mas pelo que ouço, pelo que vejo, pelo que leio, tenho a impressão de que o Ceará é uma cidadela, uma trincheira contra o clientelismo, contra a política do atraso. Estou confiando que o exemplo do Ceará prospere. Espero que V. Ex^a, que é cearense, e outros, possam exportar esta nova mentalidade que o Ceará está exibindo ao Brasil, para alegria de todos nós. Não sei se o nobre Deputado ficou satisfeito!

O SR. ARIOSTO HOLANDA — Tive a oportunidade de ser Secretário da Indústria e Comércio do Governo Tasso Jereissati, e como tal a nossa preocupação maior quando o Governo determinou que a ação da Secretaria entrasse interior adentro foi aquele quadro da falência educacional, quer dizer, o homem totalmente desqualificado, sem saber fazer nada e, sabemos, a ferramenta da industrialização, mesmo que seja ela de fundo de quintal, se chama tecnologia.

Surgiu a idéia — e nós chegamos a implantá-la no Ceará, em regiões estratégicas, o que nós chamamos de fábrica-escola e liceu de artes e ofícios. A fábrica-escola era com cenário de fábrica. A melhor definição é essa, onde o homem iria aprender a trabalhar com os recursos naturais. Então, implantamos a fábrica-escola de processamento de frutos. Aprendia-se a fazer um suco, uma geléia, um néctar, uma cajuína; a outra, quanto ao processamento do leite, como fazer queijo, doce etc. Construímos fábricas-escolas. Ao lado delas, abrimos aqueles velhos liceus de artes e ofícios, ensinando o homem em áreas de serviços técnicos — eletricitista, bombeiro hidráulico, mestre-de-obra. Agora, quem era o agente, o professor. Acionamos quem! Onde havia o conhecimento, ou seja, nas universidades e nos institutos de tecnologia. A partir dessas ações, chegamos à época a implantar mais de 120 empresas comunitárias, trabalhando nisso, dentro da linha colocada por V. Ex^a. Fiquei muito feliz quando disse: "orientaria a minha industrialização na área das médias empresas e dentro de cidades de porte médio." Foi basicamente nisso que trabalhamos.

Se V. Ex^a concorda com esse programa, venho, através de uma colocação minha, que é saber como poderia nos ajudar na sua implantação, que hoje estamos negociando na Ação Social. Poderia, então, perguntar, por que no Ministério da Educação? Não é uma ação educativa? Certo. Mas, lá não existe esse compromisso com esse ensino informal. A coisa está muito formalizada em termos de CIAC. Fala-se em CIAC, e a primeira coisa que se aparece aos olhos são os prédios, não se fala em professor, em magistério. Isso é uma deturpação. E o Ministro Ricardo Fiúza abraçou essa idéia e disse que vai implantá-la a nível nacional: as fábricas-escolas, os liceus de artes e ofícios.

Um avanço, que considero muito importante no ensino, são das videotecas profissionalizantes. Transformam, numa linguagem que o povo entenda, aquilo que foi gerado nas universidades. Então, chegamos a fazer no Ceará os primeiros vídeos. Há um vídeo de como fazer sabão, detergentes e desinfetantes, isso, numa escola com uma rede de 6 mil vídeos em todo o País. Já pensou uma videoteca profissionalizante nas escolas mais afastadas? Ter-se-ia, então, acesso àqueles conhecimentos, usando-se tecnologia moderna.

Gostaria de perguntar se isso é uma idéia boa, se poderíamos avançar e qual ajuda poderia nos dar nesse programa?

O SR. ROBERTO MAGALHÃES — A ajuda é complicada. Quando muito, poderíamos ir ao Ministro Ricardo Fiúza para vender a idéia para Pernambuco. Não a idéia da video-

teca, mas a de um programa para cidade de porte médio, que já houve, acabou-se, porém, a nível nacional. Por isso, tentei fazer o programa estadual, mas aí terminou o Governo, porque, na realidade, o mandato do Governador é de 3 anos e meio, 3 anos e pouco. Geralmente ele sai para se desentocar. Estou pronto para, juntos, conversarmos com o Ministro Fiúza, em dia e hora marcados. Seria muito interessante, porque ajudaríamos o Ministro com uma boa idéia e eu estenderia a Pernambuco as suas idéias, ainda que em parte.

Essas suas idéias batem inteiramente com o que eu vi nos Estados Unidos. Fui lá nos anos 70, só para ver o sistema educacional. Eu era, então Secretário de Educação em Pernambuco. Pois bem, não há um ginásio nos Estados Unidos que não tenha marcenaria, serralheria, datilografia, estenografia, certamente, hoje, por meio da computação, porque forma o homem não apenas para ter conhecimentos propedêuticos, mas, dá a ele uma iniciação para o trabalho. Aqui se tentou fazer por lei, aos poucos, e deu errado. Não acredito em programas grandiosos. Creio que eles devem, primeiro, começar com programas pilotos, experiências, para se obter resultado. Aqui, no Brasil, pensa-se logo em 5 mil Ciacs, ou 2.500 deles. Não dá. Tanto faz ser 50 e 100 ou 5.000. Só que em 5.000 se jogará muito mais dinheiro fora. Por exemplo, construí uma grande adutora em São Francisco. O meu Secretário da Casa Civil pediu que construísse quatro. Eu respondi: não vou começar quatro para não terminá-las. Os que vierem depois, se der certo, que as façam. O chato é que deu certo e ninguém mais fez. Aí, paciência. Aí é o problema dos recursos humanos. O recurso humano não é só a criança que está estudando, não é só o adolescente que está se engajando no trabalho, nem é só o homem que está na força de trabalho. Nós, políticos, somos também. Nós também temos um pouco de subdesenvolvimento na nossa cabeça, porque estamos numa sociedade subdesenvolvida. Então, não há continuidade nos programas, muitas vezes até há o sentimento de se querer desfazer aquilo que foi feito pelo outro. Por exemplo, essa grande adutora que fiz, que leva água para cinco municípios e tem 172 quilômetros, foi construída com o dinheiro do Estado, não tem um vintém emprestado. Pois bem, no Governo Arraes me criticavam dizendo que a adutora era elitista, porque só levava água para as cidades e não para o homem da zona rural. Começaram a abrir hidrantes e a fazer irrigação. Ora, uma adutora feita para abastecimento não suporta irrigação, porque a necessidade de água é dez vezes maior. E com essa irrigação, propiciaram a plantação de maconha com água tratada de adutora. O que é isso? Subdesenvolvimento. É o problema de recursos humanos. Quer dizer, vamos ainda esperar muito tempo para sermos desenvolvidos. Agora estou preocupado é com o tempo. O assunto ali é muito importante, assim como eu disse que a prioridade zero no País teria um nome, quer dizer, educação, saúde etc., como ação social, digo que hoje no Brasil, a curto prazo e a nível de Governo, a minha prioridade um é a reforma fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO — Sr. Presidente, Deputado Roberto Magalhães, infelizmente, não ouvi todo o seu pronunciamento, porque estava em outra Comissão. Mas ouvi o final e a pergunta do Deputado Ariosto Holanda. Realmente, o Nordeste, embora tenha as suas peculiaridades, é uma região muito diferente da região Norte. Isso tenho ouvido

das palestras aqui e, mais ainda, por ser nordestino, porque sou cearense, embora represente um dos estados da região Norte, o mais novo da Federação brasileira, Roraima. Roraima hoje não só tem a sua cultura, na sua participação do homem que para lá migrou, tem também a cultura nordestina do que a própria cultura do Norte. Hoje temos na periferia da cidade um grande número de cearenses e, na área rural, de maranhenses. Então, aquelas tendências para o trabalho são exatamente oriundas dessas regiões do Nordeste. E quando se fala hoje na agricultura e na irrigação, assuntos tão voltados para a região Nordeste — até já conversei particularmente com o meu colega Beni Veras — temos em Roraima uma área de campos naturais com mais de 40 milhões de hectares de terra, que se adapta muito bem a esse programa de irrigação...

O SR. ROBERTO MAGALHÃES — Mais de quanto?

A SRA. MARLUCE PINTO — Mais de 40 milhões. Infelizmente, hoje em Roraima perdemos grande parte das nossas terras com aquele decreto, por causa de áreas indígenas, a reserva dos Ianomamis. Isso é uma sugestão minha, não ouvi de nenhum político, de nenhuma autoridade, que possa haver um retrocesso e que possamos recuperar parte dessas terras. Pelo menos temos conversado, esperamos passar essa Eco-92, porque acho mesmo que muitas coisas hoje no nosso Brasil, não quero aqui particularmente fazer crítica a nenhuma autoridade porque a culpa é mesmo nossa, a culpa é do homem de um modo geral e das autoridades; de nós, políticos, mais até do que das autoridades constituídas no Poder Central. Então se não nos unirmos através de um trabalho muito grande, onde se possa fazer, não só com os políticos da região Norte, mas Norte, Nordeste e o Centro-Oeste, não vamos nunca melhorar essa distorção que existem nas nossas regiões. Lembro-me muito bem, como Constituinte que fui, que só conseguimos alguns êxitos através dos trabalhos na Constituinte, quando houve aquela união do Norte, Nordeste e o Centro-Oeste, ao menos para aprovação das emendas dos Deputados dessas regiões.

Portanto, fiquei aqui a escutar o muito que V. Exª fez para Pernambuco, como Governador. Eu, àquela época, ia muito ao Ceará, embora já não morasse lá, mas acompanhei o seu trabalho. Na época do Governador Marco Maciel, eu morava em Fortaleza e V. Exª falou que no Governo Marco Maciel houve um crescimento de 16% e no de V. Exª, de 20%; que no governo Arraes, houve um decréscimo de 1,5%. Sabemos que daquela época até a do Governo Arraes, o Brasil empobreceu um pouco mais.

Não vou fazer nenhuma crítica, pois sei da capacidade administrativa de V. Exª e também do ex-Governador. E não é pelo fato de o Senador Beni Veras fazer parte do PSDB, mas, hoje, eu me sinto orgulhosa de ser cearense e ver o que se tornou o Estado do Ceará. Desde criança e na minha adolescência sempre ouvi dizer que o Ceará era o Estado mais pobre do Brasil. Naquela época se falava tão pouco no Norte que os Estados daquela região não eram nem citados. Todo apoio era dado pelo ex-Senador Virgílio Távora e por tantos outros políticos. Eu nunca acompanhei, no Estado do Ceará, uma situação como a de então, não só em termos de beleza das cidades, mas como de crescimento. E foi exatamente o que falou aqui o nosso Deputado, que eu nem sabia que havia sido Secretário da Indústria e Comércio. Estamos iniciando esse movimento de microempresas no nosso Estado. Realmente, o que melhorou a situação do Ceará foi o apoio

dado pelo ex-Governador Tasso Jereissati àquelas empresas. Ele passou a ser um grande Estado exportador, a partir das chamadas indústrias de quintal, como dizemos na rotina, atuando na confecção de sapatos, de roupa e de outros produtos. Isso, hoje, é um crescimento; é muito bom que se diga, porque muitas vezes se investe em obras faraônicas, em prédios bonitos. Não sei se estou errada, mas não é do meu conhecimento que na época do Governador Tasso Jereissati tenham sido feitas grandes obras. Às vezes até dizem: investi, mas não há obras.

Chego à seguinte conclusão: o nosso Brasil, em termos de obras, já tem o suficiente para não nos preocuparmos. Devemos nos preocupar, isso sim, com o pouco que restou, como disse tão bem aqui o nosso Deputado; para o investimento, que foi 5% do nosso Orçamento. O que está faltando é investir no homem.

Não vou falar sobre outros assuntos que achei relevantes, dado o tempo, mas poderemos até, em outras oportunidades, convidar Deputados do Norte e do Nordeste e fazermos um levantamento para as autoridades.

V. Exª falou que poderia acompanhar o Deputado ao Ministro Ricardo Fiúza. Tantas vezes já fui ao Ministro Fiúza, mostrar-lhe as riquezas naturais existentes no nosso Estado, que poderiam não só ajudar Roraima como também outros Estados da Região Norte, que não têm aquelas riquezas naturais aqui o nosso tem.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para solicitar de V. Exª solidariedade para as áreas de livre comércio de Roraima, já que não beneficiarão apenas aquele Estado. Já conversei com o Ministro Calmon e fiquei satisfeita em ouvi-lo dizer que esse foi um dos assuntos que o levou àquele seminário do Presidente com os Ministros sobre a comercialização com a Venezuela, através do Caribe. Poderemos obter benefícios, Deputado Roberto Magalhães, através da comercialização com a Venezuela de produtos que têm preços bastante baixos em relação aos que temos aqui, no Brasil, não só os produtos betuminosos como todos os produtos para a construção civil.

Só para dar um exemplo, em março, na Venezuela, fizemos a aquisição de cimento para a construção de casas em regime de doação para o nosso Estado porque, com o fechamento do garimpo, os garimpeiros ficaram sem emprego e sem moradia; compramos o saco de cimento a quatro mil cruzeiros, quando em Roraima já custava vinte e um. Acho que o cimento vem de São Paulo via Manaus e chega a Roraima. Não é preciso exemplo melhor para mostrar que precisamos agilizar aquelas áreas de livre comércio.

Existe uma portaria beneficiando Manaus e Tabatinga. Poderíamos, através do Ministério da Economia, conseguir uma outra mais abrangente: que esses produtos, ao menos para os Estados do Norte e do Nordeste, pudessem ser adquiridos para o consumo — não para a revenda — e até para obras sociais (a portaria poderia até ser específica para obras sociais). Se não temos dinheiro para investir e se um dos maiores problemas do brasileiro é a moradia, por que não fazer este intercâmbio e comprar o ferro, o cimento e até o fertilizante. O Nordeste, precisa de fertilizante para suas áreas agricultáveis. Por exemplo, com o fertilizante comprado a preço subsidiado na Venezuela, através da Portaria nº 11-A, nós tivemos uma safra recorde de arroz e nós estamos comercializando 60% desse produto fora de Roraima, porque não dá para consumi-lo só no Estado. E até o ano de 90 importava-se arroz do Maranhão para o consumo local. Através do Gover-

no, com seus poucos recursos, compramos fertilizantes e aviões destinados à agricultura, a preços muito baixos, utilizados para o combate à praga da lagarta. Como isso nós tivemos essa safra recorde.

Acho que nós, representantes do Norte e do Nordeste devemos nos sentar para conversar e fazer um programa unificado dessas duas ou três regiões, incluindo a Região Centro-Oeste. Devemos levá-lo a esses Ministros e, com essas pequenas verbas que são direcionadas aos nossos Estados, fazer um programa de atendimento bem melhor para o homem carente do que o que, com tantos esforços dos parlamentares não temos conseguido fazer nesses anos já passados.

Era essa a sugestão que eu queria dar, não só para os presentes, mas até mesmo para o Senador Beni Veras, que está sendo Relator desta Comissão importante, que examina a distorção regional. Se, através desta Comissão, nós não pudermos executar, essa idéia, brevemente ela se á esquecida, apesar de todo este trabalho que foi feito através de bons palestrantes e do nosso empenho em busca do desenvolvimento. Mas isso será totalmente eliminado com o tempo e nada poderemos fazer com relação a estas regiões sofridas que não têm verbas suficientes para solucionar os seus problemas. Cada habitante desses nossos Estados está sempre à nossa espera porque somos os seus representantes e representamos os salvadores da pátria. Esta é a realidade.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Agradeço a contribuição muito valiosa e faço a seguinte pergunta: Qual é o percentual de área do Estado de Roraima que os índios Yanomami vão ocupar?

A SRA. MARLUCE PINTO — Nós temos em Roraima 234 mil quilômetros de terra. E quase aproximadamente 39%, de toda a área do Estado, através de decreto, foi repassada para os Yanomani. E não estamos sinceramente, falando, sem nenhuma demagogia, sem interesse contra índios, o que não somos. Nós não temos nem cinco mil índios Yanomani. E para os índios macuxi não há necessidade de um tratamento tão diferenciado, porque a própria Funai não tem recursos nem para manter escolas. Todas as escolas, hospitais, o apoio que tem sido dado, através da agricultura, para os índios Yanomami, tem sido através do Governo do Estado. E para que V. Ex^a tenham certeza que eles não precisam de um tratamento diferenciado, hoje, os nossos índios de Roraima, principalmente nos municípios, muitos políticos fazem questão de serem apresentados como candidatos para disputarem cadeiras municipais, porque o contingente é grande e se não houver esse apoio, indígena muitas vezes, eles, políticos, não lograrão êxito. São professores, motoristas, professores nas próprias escolas indígenas. Já há índios com curso superior. Então, o que nós deveremos aproveitar, dos índios macuxi é o potencial que eles podem dar para a contribuição do desenvolvimento do Estado como não-índio. Porque a inteligência é a mesma, a vontade de trabalhar, idem. Eles ficaram ociosos exatamente porque nunca tiveram oportunidade para o trabalho. Mas desde que lhes foi dada essa oportunidade, tem havido um retorno tão promissor como do não-índio. Hoje, nós temos índios trabalhando na agricultura que são pequenos agricultores e pequenos pecuaristas. Não havia a necessidade de demarcação de terra naquela quantidade. Esses 38% a que me refiro são só com referência à Região Norte, porque existem outras áreas que estão querendo demarcar, na área dos índios macuxi, onde existe o maior contingente dos pecuaristas, onde os seus ancestrais têm títulos definitivos há mais de cem anos, como acontece em uma região

chamada Serra do Sol Maloca da Raposa. Recentemente, o Procurador concedeu uma liminar para que os pecuaristas se retirassem da área com trinta dias. Foi o que conseguimos na área federal.

Então, são tantos os problemas, mas não seriam tão grandes se os questionássemos conjuntamente, porque para um Parlamentar, ou quatro, ou cinco questionarem determinados problemas se torna muito difícil. Tenho certeza de que com um apoio maior dos Parlamentares poderemos fazer muito pelos Estados do Norte e do Nordeste, porque se nos juntarmos, em todas as reivindicações feitas pela Região Nordeste os Parlamentares da Região Norte poderão contribuir.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES — Avalio o trans-torno de Roraima pelo que vejo em Pernambuco. Não temos propriamente índios em Pernambuco. Nossos índios são índios de carteirinha tanto que quem os lidera na área pesqueira é um caminhoneiro. E temos tido problemas, inclusive invasões de propriedades. Um eleitor meu foi baleado com um tiro de espingarda 12, quase perde um rim; e tudo isso ocorreu num Estado que quase não tem índios. O que há lá são resquícios de nações indígenas. Imagino o que não ocorrerá na Amazônia, o que não ocorre no Estado de V. Ex^a

Tenho a impressão, Senadora, de que assim como a Constituição de 88 nos criou esse problema, porque deu respaldo à Funai para que, por portaria, que esse tipo de demarcação — e é que está havendo em Pernambuco, invasões e mais invasões de terras... Há proprietários de tempos imemoriais, com terras dos seus bisavós, e chaga o índio e invade, ocupa e a Polícia Federal pouco pode fazer. E há o CIMI por trás deles e, às vezes, o PT também — porque o PT de lá não é o PT daqui; o daqui é um PT civilizado.

A SRA. MARLUCE PINTO — Só para fazer uma ressalva, nobre Deputado.

Realmente, V. Ex^a pensa que os nossos índios questionam isso? Os ianomamis nem falam, são pessoas que não têm nenhuma cultura, não têm condições de reivindicar direitos, porque os desconhecem totalmente. E os macuxis não querem essa briga. Eles sabem que nisso os únicos prejudicados serão eles próprios, porque se se retirar o apoio do Governo do Estado aos índios, a Funai não tem nenhuma condição de mantê-los como estão sendo mantidos no momento.

Então é como V. Ex^a falou. Às vezes são partidos oposicionistas que são contra a administração e que manipulam os índios para fazer essa política. E conseguem, assim — não digo meia dúzia, mas um pouco mais daqueles que são trazidos para passear, se entusiasmar; conhecem outro mundo, outras culturas e, então, se entusiasma com aquilo. Mas a maior parte, quase que — não digo a unanimidade — 90% dos índios em Roraima não estão em conflito com o não-índio. A maior parte é tumulto.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES — Tenho uma sugestão a fazer. Sabe qual é?

A SRA. MARLUCE PINTO — Entendi muito bem o que V. Ex^a falou. Às vezes há uns poucos que incendeiam casas e aí se diz que os índios estão contra os garimpeiros.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES — A minha sugestão é a que na revisão constitucional deveríamos inserir, no capítulo que trata dos índios, um limite *per capita* para essas demarcações, porque também temos que pensar no País. Temos que defender os interesses dos silvícolas, mas devemos, também, pensar que temos um País organizado politicamente, dotado de soberania, que está hoje sediando uma excepcional

conferência internacional, com a presença de mais de 178 países. Então, temos que pensar também no homem branco — branco não, moreno; não há brancos no Brasil. Então, V. Exª pense nisso. Estou disposto a defender, para evitar esses exageros, que se estabeleça um limite *per capita*, porque não há necessidade de se dar, teoricamente, a um índio, uma área, como é o caso dos ianomamis, que chega a alguns milhões de hectares. Ora, o Incra considerava, não sei se considera ainda, latifúndio por extensão qualquer propriedade com mais de mil hectare. Logo, atribuir uma área de mais de dois mil ao índio, é estar dando dois latifúndios ao índio que certamente não tem condições de explorá-la, nem culturalmente nem economicamente.

Penso que cabe a nós ter a coragem, na revisão constitucional, de colocar um limite, que seja compatível aos critérios do Incra. Vamos ajustar a terra dos índios aos critérios do Incra para o homem branco ou moreno brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Vou passar a palavra ao Dr. Osmundo Rebouças.

O SR. OSMUNDO REBOUÇAS — Agradeço ao Senador Beni Veras pelo convite e queria fazer uma digressão sobre a palestra do ilustre Deputado Roberto Magalhães, que o acompanho há muitos anos, desde quando ele era Governador e eu Secretário de Planejamento. Na Sudene tinha o privilégio de ouvir suas pregações.

A respeito dos indicadores econômicos da Região Nordeste, se pegarmos o PIB da Região, veremos que o Nordeste tem avançado mais que o resto do País. Sob o ponto de vista econômico, a distância Nordeste e o resto do País tem diminuído de maneira bastante razoável. Se pusermos a distância social, essa distância já não tem se reduzido tão expressivamente.

Sugeriria que a Comissão de Desigualdades Regionais avançasse em estudos de cálculos de índice de bem-estar por cada região do Brasil. Esses índices já podem ser calculados. Terça-feira passada, participei de uma banca examinadora na Universidade Federal do Ceará e examinamos a tese de um professor titular, Professor Pedro Jorge Viana, onde ele tem um capítulo sobre índice de bem-estar.

É uma idéia interessante. Ao invés de pegarmos a renda *per capita* do Nordeste, pegamos o índice que faz uma média entre a renda *per capita* do Nordeste relativa ao Brasil, mas jogamos outros indicadores de expectativa de vida do nordestino, comparado com a média do Brasil — mortalidade infantil do Nordeste comparado com o do Brasil. Taxa de alfabetização, indicadores de saúde, saneamento, habitação —, uma série de indicadores que mostram o bem-estar da sociedade da Região Nordeste e de cada Região e aí vamos ver que as distâncias têm-se reduzido muito devagar, nesse aspecto regional.

Penso que ao invés de PIB, usássemos a renda apenas, avançamos tipo de cálculo.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — A propósito, o Ministro Veloso esteve aqui e apresentou um trabalho a esse respeito, que indicava que a condição social da população do Nordeste é 29% da população do País.

O SR. OSMUNDO REBOUÇAS — Ela é 50% mais grave no Nordeste do que no resto do Brasil. Esse tipo de estudo é muito importante para se fazer uma análise da situação regional do Brasil aqui, nesta Comissão.

Outro estudo que esta Comissão poderia estimular, era continuar a regionalização do gasto público, que o Centro

de Estudos Ficiais da Fundação Getúlio Vargas, parou em 1985. A Professora Margareth Costa fazia isso e ajudou muito em análise das disparidades regionais no Brasil. A cada região ela atribuía todas as verbas liberadas em Brasília, e fazia o rastreamento para saber onde irá parar o dinheiro. Foi um estudo que deu resultados interessantes.

Esse estudo da Fundação Getúlio Vargas, da EBAP, é interessante. Mas ele teria que fazer a metodologia que foi feita no Centro de Estudos Fiscais, lá da própria Fundação que mostra onde é que o dinheiro foi parar. Aqui, no quadro desse estudo da EBAP, mostra que a despesa da União no Nordeste, no total de 236 milhões de dólares em 1988, só regionalizou 30% da despesas federal. Os 70% estão aqui, no Distrito Federal. Não indica para onde foi. O importante é ver para onde foi todo o dinheiro.

O estudo da professora Margareth Costa apresenta isso. E pelo fato de indicar conclusões desagradáveis ao Governo Central, foi suspenso os contratos do Ipea com a Fundação Getúlio Vargas. Mas a Comissão teria que batalhar para continuar esse tipo de estudo.

Outra proposta que faço aqui, começando do final, é que essa Comissão entre firmemente na discussão do Projeto de Reforma Fiscal que vai ser entregue no fim deste mês de junho para o Governo Federal, o qual deverá mandá-lo para cá antes de terminar o semestre legislativo. A Comissão teria que tomar uma posição bem firme, congregar os parlamentares que se interessam pelo assunto regional porque, nessa reforma, acontecerão possíveis consequências regionais, algumas posições positivas, outras negativas. É uma posição dramática que sugiro que a Comissão adote.

Quanto à situação do ponto de vista fiscal em que está o Nordeste e outras regiões, é muito enganoso o valor das verbas que se aplicam nas regiões relativamente atrasadas. Existem, como na Itália foi detectado, vazamentos. O dinheiro vai para lá num dia e volta no outro, a título de compras de máquinas, de equipamentos, de remessas de lucros que vão ser gerados nos projetos. De modo que o dinheiro que o Governo Central manda para a região não vai necessariamente, gerar benefícios na própria região.

Na Itália houve esse estudo e foi indicado que metade apenas do resultado de renda gerada pelo projeto ficava no sul da Itália e a outra voltava para o norte. De modo que a política regional para o sul da Itália, na verdade, era para a Itália toda e voltava para o norte também.

Aqui, no Brasil, fiz esse estudo e conclui a mesma coisa. Que a política para o Nordeste era metade para lá e a outra para o Sudeste. O resultado que se obtinha dos investimentos da política regional era apenas a metade para a Região Nordeste, a outra metade ficava mesmo no Sudeste a título de remessa de lucro ou de subfaturamento, porque existem, ainda hoje, indústrias do Nordeste, cujas vendas são para suas coligadas no Sudeste, a título das compras para implantação do próprio investimento.

Esse tipo de vazamento não impediu que o Nordeste tivesse resposta positiva à política. Mesmo ficando só com a metade do resultado, ele tem dado uma resposta muito satisfatória para a política da região, apesar dos defeitos, de todas as distorções, dos efeitos concentradores em termos de renda pessoal ou estadual. Apesar de tudo isso, o resultado tem sido altamente favorável, de um modo geral. É claro que poderia ser bem melhor se algumas mudanças nesse tipo de política, fossem feitas.

Sem os incentivos, a situação do Nordeste seria muito pior hoje. Com eles, é razoável e poderia ser muito melhor se alguns aperfeiçoamentos fossem feitos. Essas conclusões para o Nordeste valem mesmo para o Norte e Centro-Oeste, não são exclusivas da Região Nordeste.

Existem uns dados sobre incentivos às chamadas renúncias fiscais. A Receita Federal produz um orçamento da renúncia da receita tributária para cada ano. É o anexo V do Orçamento. Nesse orçamento da renúncia da receita tributária para o exercício de 1992, que é o anexo V do Orçamento, existem conclusões em tabelas muito elucidativas.

Os incentivos fiscais, de um modo geral, representam 1,88% do PIB agora, em 992. Como a Receita Federal total representa 7% do PIB, sem o INSS. Esse percentual de 1,88%, adicionado aos fundos regionais não são consiedrados incentivos fiscais.

Os fundos regionais representam mais 02,%. Os incentivos fiscais represenam 2,1% do PIB. Considero o FNE e o FNO também como incentivos fiscais, e com isso temos 2,1% do total do PIB destinado aos chamados incentivos fiscais.

Dentro desses incentivos fiscais existem uns 30 componentes regionais — tudo tirado do Orçamento Federal — e percebemos que do total de 1,88% do PIB que é gasto em incentivos regionais, 1,6% é especialmente regional. Ou seja, 80% dos incentivos em geral concedidos e que constam do Orçamento da União são regionais.

Através do Imposto de Renda, do IPI, do Imposto de Importação, vemos, quando decomparamos os vários impostos, porque o incentivo regional abrange quase que a totalidade deles.

Temos a discriminação feita por tipo de incentivo: o que é da área de informática, o que é da Zona Franca, o que corresponde a incentivo ao meio ambiente, ao desporto amador. Há todo um quadro que nos mostra isso.

O que verificamos nos quadros divididos por regiões que acompanham as estatísticas é que, em 1992, o Nordeste tem 56,5% dos incentivos em relação a pessoas jurídicas. Do que se faz através de pessoa jurídica, através da renúncia fiscal, 56,5% é para o Nordeste; 24% para o Norte; o Sudeste tem 15% e o Sul tem 3%.

Em relação ao IPI, a Zona Franca predomina. O Imposto de Importação abrange mais a Região Sudeste.

O fato é que esse quadro de renúncia das receitas tributárias, que é chamado internamente de incentivos fiscais, não mostra tudo. Apesar de discriminar o Befiex, que abrange mais o Estado de São Paulo; o CDI, a alta tecnologia para a indústria, esse quadro não mostra tudo o que ocorre, porque existem incentivos através de política cambial, favores de localização, sistema financeiro, BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, que não constam dele.

Então esse quadro, na verdade, faz uma camuflagem do que é o incentivo fiscal; ele não mostra exatamente o que o Governo está distribuindo para as regiões. Considero que o quadro msotra uma pequena parte do que é feito; mas, em todo caso, é bom estudá-lo e fazer sugestões de como completá-lo para mostrar o que não está aparecendo.

O SR. ARIOSTO HOLANDA — (fora do microfone) — Há algum incentivo fiscal voltado para a pesquisa de ciência e tecnologia em indústria?

O SR. OSMUNDO REBOUÇAS — Oriundos do imposto de importação, existem aqui incentivos para a alta tecno-

logia; existem incentios para a informática; existem incentivos via CDI; existem algumas coisas ligadas. Em termos de tecnologia, explicitamente, existe aqui o CDI, alta tecnologia e o programa PDTI.

O SR. ARIOSTO HOLANDA — Isso representa quanto em termos de porcentagem?

O SR. OSMUNDO REBOUÇAS — Representa apenas 0,01% do PIB. É o que está escrito aqui como tecnologia.

O SR. ARIOSTO HOLANDA — Gostaria de fazer um parêntese. As empresas dos países desenvolvidos investem hoje praticamente 3,8% do seu PIB em ciência e tecnologia.

O SR. OSMUNDO REBOUÇAS — É. Aqui está especificado a título de incentivo fiscal. O Governo brasileiro — acho que o Ariosto deve saber mais do que eu — tem uma porcentagem de gastos em tecnologia considerada elevada. Se juntarmos as despesas com a Secretaria de Ciência e Tecnologia, com as escolas técnicas etc, podemos perceber isso. Porém, as empresas não têm esse tipo de gasto. As empresas brasileiras é que não investem quase nada nessa área.

O SR. ARIOSTO HOLANDA — As empresas brasileiras só investem 7% do total. Ao contrário dos países desenvolvidos, em que as empresas chegam a investir 70% do volume de recursos em ciência e tecnologia. Aqui, não chega a 7%.

O SR. OSMUNDO REBOUÇAS — Diria que o problema maior, em termos de volume, é que as empresas privadas não investem em tecnologia; elas esperam os favores do Governo.

Bem, faço uma sugestão para a Comissão observar esse documento e tentar completar o que se gasta em incentivos regionais que não seja apenas os incentivos fiscais.

Um dado que nos interessa muito refere-se às alternativas que se devem adotar para o aperfeiçoamento dos incentivos fiscais ou não para as regiões relativamente atrasadas.

O que está em estudo hoje na Comissão de Reforma Fiscal — que até o fim do mês tem que produzir um documento para ser analisado pelo Congresso — para qualquer região, Nordeste, Norte, Sul, Sudeste ou Centro-Oeste — é que, primeiro, a composição da receita federal vai mudar com a reforma fiscal. Vai acabar o IPI, vão acabar receitas do tipo do Finsocial, PIS, PASEP, adicionais de Imposto de Renda; o Imposto de Renda de pessoa jurídica deve diminuir na primeira fase. A receita federal deve sofrer uma profunda transformação, o que significa que os incentivos fiscais baseaos hoje apenas em Imposto de Renda e IPI não podem continuar com base nesses dois impostos. O incentivo terá como base a receita federal total, que não deverá cair substancialmente, mas que no primeiro ou segundo ano da reforma deverá cair um pouco.

Então, o percentual do incentivo não deverá incidir mais sobre um ou dois impostos, para evitar, inclusive, as manipulações que o Governo faz ao preferir aumentar os impostos não são distribuídos, como tem feito recentemente.

Como vai haver mudança da composição da receita federal, haverá, consequentemente, mudança no critério de cálculo do percentual dos fundos para os incentivos.

O SR. ARIOSTO HOLANDA — Ela tem reflexos no FPE?

O SR. OSMUNDO REBOUÇAS — Também. O FPE e o FPM, pelo fato de se basearem no IPI e no Imposto de Renda, também terão seus critérios de cálculo mudados.

Essas mudanças serão vistas ainda este mês, de modo a que os estados não percam, no total final, receita. Não sabemos agora qual será o valor do FPM, mas tudo indica que haverá uma redistribuição. Alguns Estados terão receita maior do que hoje têm, porque mudará o imposto estadual do ICMS para o valor agregado.

Os Estados consumidores devem ter um aumento de arrecadação, porque não pagarão mais ICMS para São Paulo. O imposto será totalmente recolhido no estado comprador: o imposto, na compra interestadual, será todo recolhido ao estado comprador, consumidor.

O SR. ARIOSTO HOLANDA — E o estado produtor, fica com o quê?

O SR. OSMUNDO REBOUÇAS — Ficarão com o imposto resultante da venda dos produtos aos seus habitantes, e haverá, também, a possibilidade de ele aumentar a alíquota de outros impostos em função do espaço deixado pelo IPI. O IPI vai acabar. O Estado de São Paulo, por exemplo, poderá aumentar a alíquota do IVA sobre produtos industrializados. Essa é a compensação que os Estados produtores, fornecedores terão.

Esses cálculos estão sendo feitos de tal sorte que, no final, cada Estado tenha uma compensação, através do FPF, que garanta que ele não sairá perdendo com a mudança. Pelo contrário, a idéia é aumentar a renda dos Estados e Municípios, porque haverá um descentralização de encargos para eles.

Essa é uma primeira consequência da reforma que será proposta.

Há pontos que estão sendo discutidos, que se referem à maneira como se fazer o processo de decisão sobre incentivo. Como se dá o processo de decisão sobre o incentivo fiscal? Deve ser, como é hoje, um percentual fixo da arrecadação, ou deve se estabelecer um valor, um percentual, mas com o Congresso Nacional podendo mudar a destinação do recurso a cada ano? Ou deve haver uma verba do Orçamento da União, a cada ano, para aquela região, em vez de haver, eternamente, um percentual da receita federal?

Existem consequências políticas muito sérias. Há grande resistência para se mudar o critério do percentual constitucional para a verba orçamentária; a tendência das bancadas regionais é não confiar nisso, porque é mais fácil se mexer no Orçamento a cada ano.

Em segundo lugar, havendo a verba para incentivos fiscais no Orçamento, ela pode não pode ser liberada. Não é uma lei impositiva, é apenas autorizativa. Podem dizer: "Não há dinheiro este mês, não se libera nada". Quer dizer, não há confiança. Esse é um tópico que tem sido discutido.

Outro tópico é o seguinte: como na Itália, por que o Governo não poderia ser obrigado a investir na infra-estrutura física de uma região, em vez de confiar apenas na empresa privada lá fazer os investimentos, que nem sempre são os melhores para a região? Por que tem que predominar o critério privado de decisão de investimento? Por que não se faz como na Itália, em que o Governo vai lá e diz que vai fazer a estrada, a eletrificação para aquele distrito industrial, o saneamento, que vai fornecer a energia, ao invés de deixar que só o empresário decida?

O empresário dizer o que vai fazer, o que quer fazer e onde tem defeitos muito sérios, que fizeram com que, em outros países, o Governo entrasse na questão e dissesse: "O investimento vai ser feito, mas eu vou fazer o investimento e vai ser nisso".

Agora, existem perigos nessa mudança. O Governo investir, em vez da empresa, porque no Brasil há um vício: quando o Governo cria uma verba para investimento em determinada região, ele reduz verba para as outras. Criaram-se o FNE e o FNO, por exemplo, e o Governo tirou o crédito do Banco do Brasil. O BNDES não investe mais nada, porque ele diz que agora há o FNE.

Então, existe esse vício de se tirar o dinheiro de uma área porque se criou uma outra verba.

O Finor é o Finam, esse é outro ponto estudado, entre outros, nessa área — o critério de debêntures, Finor etc., se deve continuar ou não. Existem vários tópicos sendo estudados, mas não há, até agora, nenhuma decisão sobre eles.

Acho difícil fazer-se mudanças nessa parte porque as reações decorrem muito da desconfiança do Parlamento no Executivo. Se quer amarrar na Constituição as coisas e evitar possíveis manipulações.

Vejo aí — é uma posição pessoal — que uma mudança importante para o Nordeste seria fazer com que a Região produzisse grandes projetos para submeter a fontes de financiamento, seria necessário batalhar com aqueles projetos na mão para conseguir financiamento para tornar a Região cada vez mais competitiva. O Nordeste deverá entrar nessa nova onda de competitividade nacional e internacional e investir — aí entra o que o Ariosto falou com muita propriedade e que eu tinha até anotado aqui — muito em tecnologia e em educação.

A busca da competitividade na indústria, na agricultura, na agroindústria no Nordeste teria que passar por uma tecnologia associada à produção, e com educação de primeira qualidade, para que a Região estabelecesse uma meta de ataque ao analfabetismo; educação de qualidade que tornasse a Região um celeiro exemplar de educação.

No Ceará, temos alguns exemplos. No pequeno Município de Icapuí, onde nasci, temos modéstia à parte, educação integral. Não há uma criança em Icapuí sem escola. Não sou petista, mas é a única prefeitura do PT.

A ONU concedeu até um prêmio, na parte de educação, que mostra como é possível se atacar o problema da educação e resolver isso não só naquele pequeno município, mas em todo o Estado e na Região.

Então, a competitividade do setor produtivo, aliada a um programa de ciência e tecnologia e com uma educação exemplar, seria o caminho que traria a salvação para o Nordeste.

Manter-se esses incentivos como estão, para não tirá-los, porque senão não vão colocar outros no lugar, mas também "entrar de sola" nesse campo da competitividade, com tecnologia e educação do povo em geral.

De sorte que a Comissão de Reforma Fiscal vai propor, e suponho que ela vai participar para ver o que se vai alterar na proposta que vem do Executivo, mas, paralelamente, penso que ela deveria estimular esse grande programa de competitividade com tecnologia e educação para as regiões relativamente atrasadas.

Falamos muito em Nordeste aqui, mas esses problemas não acontecem lá apenas. Existem três regiões relativamente atrasadas e que deveriam aplicar esse tipo de programa. Esta Comissão deveria trabalhar para isso.

Essa é minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Convidaremos, sem dúvida, o grupo que está estudando a reforma fiscal.

tentamos já esta semana, mas, infelizmente, as obrigações da Comissão não permitiram que essa reunião fosse realizada. Mas nós a faremos.

Apenas lembraria que o Osmundo realizou um estudo extenso, ao longo de vinte e tantos anos, em que demonstrou que as relações do Nordeste com o restante do País foram equilibradas, quer dizer, não houve injeções de recursos líquidos no Nordeste.

O que foi para o Nordeste, a título de Finor, por exemplo, que foram 9 bilhões de dólares ao longo de trinta anos, voltou nas formas diversas.

O SR. OSMUNDO REBOUÇAS — A taxa cambial penalizava as exportações e tributava muito as importações. Então, a Região Nordeste, que foi tradicionalmente exportadora, perdeu bilhões de dólares nessa brincadeira, em benefício do Sudeste. E assim ocorreu com outros vazamentos.

O SR. ARIOSTO HOLANDA — Sr. Presidente, ficou ainda uma dúvida na discussão.

Osmundo, você participou da Constituinte. A transferência de recursos para os Estados e Municípios realmente aumentou, comparando-se a situação atual com a da Constituição anterior? O Governo central sempre argumenta que aumentaram as transferências, mas os encargos continuaram. Pergunto: isso procede? Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta é: nessa reforma fiscal, como é que são tratadas a micro e a pequena empresa? Houve algum avanço ou elas vão ser penalizadas com esses impostos?

São essas as duas questões que quero ainda fazer.

O SR. OSMUNDO REBOUÇAS — A nova Constituição trouxe um aumento realmente expressivo das transferências de FPE e FPM. O percentual do IPI e do Imposto de Renda cresceu tanto, de 16,5% para 22,5% desses dois impostos, que a União, realmente, foi muito sangrada.

Basta ver os valores das estatísticas, que mostram que o aumento dessas transferências foi brutal.

E a União, hoje, só para darmos uma idéia, do IPI, transfere 47% para o FPM, mais 10% para os Estados exportadores, somando isso 57%, e mais 18% para a educação, o que totaliza 75% do IPI, que ela não tem qualquer liberdade de usar.

É por isso que o pessoal do Governo, do Ministério da Economia, quando se quer extinguir o IPI, acha ótimo. Dizem: é melhor que extingam, porque não dá resultados.

A transferência do Imposto de Renda também aumentou, de modo que a União foi sangrada. É só verificarmos os dados, que veremos os aumentos de transferência.

Agora não sei se esse dinheiro está sendo bem aplicado no seu destino. Desconfio que só a despesa com pessoal de Municípios e de Estados, cresceu muito. As estatísticas mostram que, em termos reais, com pessoal, a despesa aumentou de 5 para 8% do PIB em Estados e Municípios, enquanto que a da União baixou para a metade. O gasto federal com pessoal hoje está a metade do que era há três anos.

Quanto à micro e à pequena empresa, não há até agora nenhum dispositivo, nos estudos, relacionado a isso.

Penso que V. Exª terá um grande papel aqui, quando o projeto for discutido, para evitar que haja omissão nesse ponto. Micro e pequena empresas não têm e eu lhe diria o seguinte: uma das mudanças propostas se refere a criar o Imposto de Renda mínimo, chamado Imposto sobre Ativos para garantir que toda empresa pague o mínimo de Imposto de Renda, qualquer que seja o tamanho. Significa que, hoje

em dia, mais da metade das empresas brasileiras não pagam Imposto de Renda, porque dão prejuízo ou porque sonegam. Eles querem fazer o seguinte, o patrimônio é este, 2% é o piso mínimo para o Imposto de Renda, dê lucro ou não, sobre ativo.

De sorte que a tendência para a micro e pequena empresa não é de favorecimento nesse projeto, creio que é mais um ponto que deveria ser objeto de exclusão...

Também para a pessoa física propõe-se ampliar a base diminuindo a alíquota mínima de 15 para 10%, no caso da pessoa física, e como também reduzir o nível de isenção, que hoje, concordo que está bem alto, há cerca de um milhão e oitocentos mil isenções por mês. É 2,4 a renda *per capita* da isenção no Brasil. Nos Estados Unidos é de 1,6. Eu acho que a isenção poderia baixar um pouco. No Nordeste quase ninguém hoje está pagando Imposto de Renda. É de 1 milhão e 800 mil o mínimo salário para se pagar Imposto de Renda. No Nordeste, acho que ninguém está pagando, Imposto de Renda, a não ser um Alfredo Lopes desses assim.

O SR. ARIOSTO HOLANDA — O Senhor conhece bem o Nordeste, as suas prefeituras. Não existe assim algum mecanismo que a gente pudesse proteger essas transferências de recursos para esses municípios em aplicações que, realmente, resultassem no desenvolvimento da Região?

Porque hoje, qualquer um pode ser prefeito, qualquer um analfabeto pode eleger-se prefeito.

Fica muito difícil. O senhor colocou isso muito bem, quando precisamos tanto de educação, de ciência e tecnologia, não há a menor possibilidade, porque não existe nenhum prefeito investindo em educação ou preocupado em montar uma escola técnica, pois não dá retorno, não dá voto.

O SR. OSMUNDO REBOUÇAS — Veja bem, mecanismo para assegurar a destinação dos recursos para essas áreas existe. Inclusive, na área de Educação, existe a obrigatoriedade de, pelo menos, 25%. Agora o que não há, infelizmente, é mecanismo para evitar o desvio da corrupção, que é muito grande na área municipal. Aí é que não há mecanismo, infelizmente. E este, na minha opinião, é onde está o calcanhar-de-Aquiles. Eu não sou entusiasta dessa distribuição muito grande de recursos para o município, exatamente porque, além do despreparo, que não é o maior mal, há esse outro! É o prefeito com 3, 4 carros, F1000, não sei mais o quê; é a construção de mansões, ele mora numa tapera e depois de quatro anos está morando numa mansão. Esse é que é o grande problema. E aí nós caímos naquilo que o Deputado falou, falta de recursos humanos.

E a tendência na área municipal não é para a renovação.

Tenho a impressão de que em Pernambuco agora vamos ter 50 prefeitos eleitos, que já foram prefeitos e, evidentemente, nem todos bons.

O SR. ARIOSTO HOLANDA — Acho que um dos pontos para diminuir essa quantidade de corrupção seria disciplinar mais a concorrência para as obras, porque, hoje, como não tem jornal em vários municípios do interior, a licitação, como é colocada atrás da porta da prefeitura, só a vê quem está nela muito interessado. Ela é feita da seguinte maneira: É um papel batido à máquina, de licitação, para a construção do calçamento tal, escondida, de tal maneira que ninguém a vê. Fui, uma vez, a vários municípios e não encontrava as licitações. Havíamos liberado dinheiro da Seplan, do Ceará, para diversos municípios, mas não achávamos as licitações. Então me diziam: ela está ali, atrás da porta.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES — Isso, prova aquilo que eu disse, é o problema da corrupção.

O SR. OSMUNDO REBOUÇAS — Vou dizer como é que é o critério do preço da obra, e como está todo embutido o dinheiro dos amigos. Então essa mudança vai diminuir bastante esse problema da corrupção, que, na verdade, acaba afetando maior fonte no orçamento relativa às obras dos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Aproveitando a presença do Deputado Roberto Magalhães, é que poderei me confirmar isso, que uma região periférica, depende muito da condição de força política em relação ao Poder Central. A Sudene foi muito pensada nesses termos, quer dizer, ela teve um Conselho que pudesse agir como entidade única dando a maior força política ao pleito regional. Realmente, esse Conselho perdeu a substância, não tem mais nenhuma expressão política.

Eu acho que nós do Nordeste, como os do Centro-Oeste, poderíamos buscar formas alternativas, de tal maneira que as regiões pudessem ter uma expressão coletiva. Acho que este é um questionamento que a gente poderia colocar, descobrir a forma que a região possa ter uma representação política unitária. O Nordeste está muito sentido, principalmente. O Nordeste não tem condições de uma ação política coordenada, esse é o motivo das nossas preocupações.

Muito agradecido aqui aos Congressistas e até a próxima reunião.

Nada mais havendo que tratar declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 6 minutos.)

9ª Reunião, realizada em 11 de junho de 1992

Às dez horas e trinta minutos do dia onze de junho de mil novecentos e noventa e dois, na sala número 5 (cinco) da Ala Senador Alexandre Costa, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada, presentes os Senhores Parlamentares: Francisco Rollemberg, Elcio Álvares, Beni Veras, Magno Baccelar, Esperidião Amin, Mansueto de Lavor, Vicente Fialho, Luiz Girão, Ariosto Holanda, B. Sá e Oswaldo Coelho. Deixam de comparecer por motivos justificados os demais membros. Havendo número regimental, assumiu a Presidência o Senhor Senador Elcio Álvares, Vice-Presidente da Comissão, que deu como abertos os trabalhos, comunicando o objetivo da reunião, mesa redonda sobre “A Atuação de Empresas Multinacionais em Regiões Deprimidas — Sucessos e Fracassos”, com as presenças dos Senhores José Carlos Alcântara, Diretor Financeiro da RHODIA, Esmeril Stocco Vieira, Presidente do Moinho Santista, e Ivo Hering, Presidente da Hering, convidando os mesmos para tomarem assento à mesa. Em seguida o Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Relator Senador Beni Veras. Ato contínuo o Senhor Presidente passa a palavra ao Dr. José Carlos Alcântara e necessitando ausentar-se, o Senhor Presidente convida o Senhor Deputado Vicente Fialho para assumir a Presidência. Concluída sua exposição o Senhor Presidente passa a palavra ao Dr. Esmeril Stocco Vieira. Concluída sua exposição o Senhor Presidente passa a palavra ao Dr. Ivo Hering. Não havendo mais expositores, o Senhor Presidente dá início à fase de interações, onde fazem uso da palavra os Senhores Parlamentares Esperidião Amin, Mansueto de Lavor, Luiz Girão, Ariosto

Holanda, B. Sá e Oswaldo Coelho. Terminada a fase de interações o Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Relator Senador Beni Veras. Em seguida o Senhor Presidente agradece a presença dos Senhores Parlamentares, convidados e demais presentes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Adalberto de Menezes Dantas, Assistente da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

ANEXO À ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 810, DE 1991-CN, DE AUTORIA DO SENHOR SENADOR BENI VERAS, DESTINADA A ESTUDAR O PROBLEMA DO DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO INTER-REGIONAL BRASILEIRO E PROPOR SOLUÇÕES.

Presidente: Deputado César Maia

Vice-Presidente: Senador Elcio Álvares

Relator: Senador Beni Veras

(Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Elcio Álvares) — Srs. Senadores, Srs. Deputados, esta é mais uma reunião da Comissão Mista, criada através do Requerimento nº 810/91, para estudo do desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro.

Hoje, teremos uma mesa redonda sobre o tema “Atuação de Empresas Multinacionais em Regiões Deprimidas: Sucesso e Fracasso”.

Nesta oportunidade, faço referência especial aos três participantes, empresários de renome nacional e pessoas que estão inteiramente identificadas com a problemática que estamos aqui debatendo: o Dr. José Carlos Alcântara, Diretor-Financeiro da Rhodia; o Dr. Esmeril Stocco Vieira, Presidente do Moinho Santista, e o Dr. Ivo Hering, Presidente da Hering, empresa bastante conhecida em todo o País.

A nossa idéia, que nasceu pelo impulso do Senador Beni Veras e teve o entusiasmo de todos os Senadores e Deputados aqui presentes, é exatamente produzir um documento. Para nós, importa, hoje, a seriedade do trabalho que está sendo desenvolvido, o objetivo desse documento. Cada palestra, cada debate, evidentemente, será analisado por elementos que estão preocupados com a problemática nacional e daí resultará um grande documento, se Deus quiser, que será enviado ao Governo e a todos aqueles que hoje em dia têm preocupação, principalmente, com esse desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro que chega a assustar em determinados pontos do território nacional.

Neste momento, declaro instalada mais uma reunião da nossa comissão especial.

Em primeiro lugar, convido o Dr. José Carlos Alcântara para ocupar a mesa, juntamente com o Dr. Esmeril e Dr. Ivo Hering. Os três participariam, de preferência, perto do microfone para que possamos ouvi-los.

Concedo a palavra ao Senador Beni Veras, que é o nosso relator e tem sido o grande entusiasta desta Comissão, para que faça a parte introdutória desta mesa-redonda.

O SR. RELATOR (Beni Veras) — O objetivo principal da reunião de hoje é colher o depoimento de pessoas que têm investimentos importantes na Região Nordeste. Porque foram, o que encontraram, quais as dificuldades que enfrentaram na região, como vêem o conjunto de estímulos e incentivos que busca atrair essas empresas para a região, como

vêm hoje o desenvolvimento, após o trabalho que lá realizaram, e como o futuro da região.

São pessoas com bastante experiência que têm uma visão nacional importante do modelo econômico e podem, portanto, avaliar, à exceção de suas empresas no Nordeste, de uma maneira muito própria. Acho que estamos com as pessoas certas para nos dar um depoimento bastante importante a respeito da participação do empresariado no desenvolvimento da região.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Álvares). — A sistemática da mesa redonda faculta a cada um dos nossos convidados uma parte inicial expositiva, após o que entraríamos propriamente no debate.

Concedo a palavra ao Dr. José Carlos Alcântara, da Rhodia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALCÂNTARA — Começaria fazendo simplesmente um depoimento do que foi a implantação da Rhodia na região. A Sudene foi criada em 1959/1960 e, seis anos depois, em 1966, criamos, na cidade do Cabo, que dista cerca de 40km da cidade do Recife, uma filial da Rhodia, integral, chamada Rhodia Nordeste, que previa, à época um projeto de produtos têxteis sintéticos e que era, então, uma extensão do que a Rhodia já produzia na região da Grande São Paulo.

Em janeiro de 1967, ou seja, sete anos após a criação da Sudene, demos início à obra de terraplenagem, construção de uma ponte, uma vez que o terreno da Rhodia estava localizado do lado oposto de um rio que margeia a rodovia BR-101.

Em setembro de 1967, a Rhodia deu início à construção civil e, em abril de 1969, inaugurou oficialmente essa fábrica. Em seguida, em setembro de 1968, pouco antes da inauguração formal da fábrica, iniciamos uma unidade de produção de produtos farmacêuticos. Em abril de 1969, começamos a produção de produtos, fios e fibras sintéticas, matérias-primas têxteis.

Em dezembro de 1979, principiou-se a produção de uma nova atividade que são produtos de filme de poliéster que atende setores de embalagem e alguns outros mais sofisticados, como filmes para computadores e cassetes.

Em outubro de 1980, foi introduzida a produção de teflon, que é uma derivação, uma sofisticação desse filme de poliéster. É um produto que se aproxima do papel vegetal de desenho usado nos escritórios de engenharia.

No começo de 1980, saindo da cidade do Cabo, em Pernambuco, e deslocando-se para Camaçari, na Bahia, demos início à implantação de duas fábricas. Uma delas, inaugurada em 1983, produz a metionina, que é um aminoácido, componente de ração para a alimentação animal. Logo em seguida, em 1984, abriu-se uma nova unidade que reproduzia um intermediário orgânico chamado adicolitrina, que é uma matéria-prima de base para a cadeia de nylon. Nós a temos parcialmente em São Paulo. A matéria-prima dessa cadeia é produzida em Camaçari, deslocada a São Paulo e tem as suas consequências.

Isso posto, significa dizer que os investimentos somados que a Rhodia fez nessa região totalizam 364 milhões de dólares, e, com isso, temos hoje, na região, 900 empregos diretos.

Mais recentemente, em dezembro do ano que se encerrou, adquirimos a Companhia Alcool Química Internacional, produtora do VN, que está na origem da cadeia da látex. Adquirimos essa empresa junto à COPERGO, empresa ainda com cerca de 150 empregados e, circunstancialmente, é relati-

vamente vizinha da nossa unidade e oferece-nos a oportunidade de poder meditar sobre um projeto na região, ao qual deveríamos dar partida ainda neste ano, no máximo no início do próximo, que contemplaria investimentos da ordem de 200 milhões de dólares. A intenção é organizar uma fábrica de ácido acético, com tecnologia competitiva, adequada ao momento brasileiro, fábrica essa que permitiria, em seguida, a desativação de uma outra, que já temos em Paulínia, na região de São Paulo, substituindo-a por essa nova.

A grosso modo, quanto à história da Rhodia no Nordeste, do total de investimentos feitos na região, esses 360 milhões de dólares, fomos contemplados com a ajuda do Finor em torno de 30 milhões de dólares, sempre desviados do nosso próprio Imposto de Renda do Sul, ou seja, do investimento que a Rhodia fez, confrontando com o que ela recebeu da região — algo inferior a 10% do que foi investido à época — indiscutivelmente, um fator de atratividade foi o incentivo fiscal, a perspectiva da criação do mercado local, de um desenvolvimento da região. Hoje a empresa criou a massa crítica, uma estrutura administrativa, um corpo gerencial, uma competência técnica que nos permite ousar na região, independente do que podem ser as vantagens fiscais.

Então, já para esse último projeto feito na Rhodia do Nordeste, que foi uma ampliação de uma unidade de fibras de poliéster, uma implantação de uma tecnologia extremamente de ponta — essa fábrica foi inaugurada em fins de 1988, penso — contemplou um investimento de 55 milhões de dólares. Já, nesse instante, abdicamos de solicitar apoio financeiro do Finor, sobretudo porque à época os mecanismos existentes não contemplavam correção monetária dos valores de impostos que eram desviados, o que tornava quase que desinteressante essa solicitação.

A massa crítica que a empresa fez na região permite que realmente ela desenvolva uma parte da sua implantação lá, tendo já abdicado das vantagens fiscais. A grosso modo, é um depoimento para o qual eu ficaria absolutamente à disposição no sentido de debater e fazer outros comentários posteriores.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Álvares) — Solicito a opinião dos presentes a respeito da dispensa da leitura das atas da 3ª, 4ª e 5ª sessões, considerando-as aprovadas, em virtude exatamente da mecânica administrativa. (Pausa.)

Aprovada as atas, dispensada a leitura.

Concedo a palavra ao Dr. Esmeril Stocco Vieira, que é o Presidente do Moinho Santista.

O SR. ESMERIL STOCCO VIEIRA — Estou grato, Sr. Presidente. A minha intenção é fazer um relato simples, curto, dos investimentos do grupo realizados na área da Sudene.

O Moinho Santista, indústrias gerais, através do seu setor têxtil, realizou, na área da Sudene, três investimentos, que são os seguintes: o primeiro foi a instalação da imprensa chamada Santista Indústria Têxtil do Nordeste S.A., localizada em Pernambuco, na cidade Paulista. Esse investimento, realizado em três etapas, atingiu um total de 43 milhões e 500 mil dólares. Ela começou a funcionar, ou foi inaugurada, em 16 de setembro de 1970. O segundo investimento foi Toalha S.A. Indústria Têxtil da Paraíba, no valor de 21 milhões e 500 mil dólares, inaugurada em 12 de outubro de 1973. E o último, mais recente, foi a SANSE — Santista Indústria Têxtil de Sergipe S.A., em Aracaju, com um investimento de 45 milhões de dólares, inaugurada em 24 de setembro de 1990.

Esses três investimentos perfizeram um montante de 110 milhões de dólares e criaram aproximadamente 2 mil empregos diretos. Consideraram um período anterior, creio que pela própria inflação que ocorre no País, os valores desatualizados com muita velocidade. Assim, nos últimos cinco anos, geraram um lucro de 31 milhões, 298 mil dólares, e investimos, nos últimos cinco anos, 55 milhões, 616 mil dólares dos 110 mencionados. Recolhemos impostos entre municipais, estaduais e federais no montante de 67 milhões de dólares.

O que, todavia, preocupa é que os investimentos que foram rentáveis no período apresentaram, pela primeira vez no ano de 1991, um resultado negativo em função da forte recessão que atingiu o País, principalmente o setor têxtil.

Então, em 1991, tivemos o resultado negativo, nas três empresas, de 15 milhões, 662 mil dólares. Recolhemos, nesse mesmo ano, impostos no valor de 7 milhões, 912 mil dólares e realizamos um investimento, no ano de 1991, de 2 milhões, 116 mil dólares.

Se olharmos a **performance** individual de cada empresa, vamos observar que a Santista Indústria Têxtil do Nordeste é uma empresa eficiente, com uma produtividade comparada às melhores empresas do País e empregos ligados à produção. Na área de produção, uma produtividade equiparada às melhores do mundo. Essa empresa que tem funcionado regularmente todos esses 20 anos, em quatro turnos de trabalho, com exceção, agora, dessa última recessão, mas cujos resultados flutuam muito. Então, vivemos, em face das condições econômicas do País, aos solavancos, aos soluços. Em alguns anos, atingimos bons resultados, nos outros há uma queda. Há, portando, muita flutuação pela instabilidade do País.

A atual Indústria Têxtil S.A., da Paraíba tem defrontado maior dificuldade de resultados em face da fortíssima concorrência dos produtos que fabrica por unidades instaladas em Santa Catarina. Os nossos colegas desse Estado são extremamente eficientes e competitivos na linha de produtos que a toalha fabrica, tanto que estamos procurando mudar o **mix** de produção. São toalhas para rosto e banho, tecidos felpudos. E a Sanser é uma fábrica de acabamento de tecidos, que começou a operar agora em 1990, justamente no início de uma recessão bastante forte. Então, ainda está em fase de consolidação.

O que levou o grupo a investir na área da Sudene foram os benefícios que existiam na ocasião, principalmente a reaplicação de parte do Imposto de Renda gerado nas empresas do grupo localizadas na Região Sudeste, isenção de IR por um período determinado, redução de alíquotas na importação de equipamentos e facilidades de financiamento a curto adequado, principalmente do BNB, com o qual conseguimos financiamentos na ocasião.

Também nos motivou a existência de algodão produzido na área do Nordeste, produção essa que desapareceu ao longo desses anos, sendo substituída parcialmente por uma produção de algodão na Bahia, mas de qualidade incompatível com a necessidade dos produtos fabricados naquelas empresas.

Então, o algodão hoje consumido nas nossas fábricas no Nordeste vão do Sul — do Paraná, de São Paulo e do Paraguai — por via rodoviária, e 75% da produção dessas empresas voltam para o Sul, por via rodoviária.

Decorridos mais de 20 anos de nossa experiência, com incentivos na área da Sudene, hoje sentimos a seguinte negociação: os últimos pacotes econômicos emitidos pelo Governo e pela alta taxa de juros praticados no País, assim como forte recessão, as empresas têxteis, de uma maneira geral, estão

descapitalizadas. Há necessidade das seguintes medidas, para continuidade dos investimentos realizados com plena saúde econômico-financeira; linhas de financiamento de longo prazo a taxas internacionais para modernização parcial das fábricas, que já contam com 20 anos sofrendo obsolescência tecnológica, decorrentes da evolução ocorrida na produção de máquinas têxteis nessas duas décadas, principalmente na área de tecelagem. Sentimos que já temos necessidade de substituir equipamento. Hoje um tear moderno tem velocidade quatro vezes maior do que os teares funcionando nessas fábricas e produzindo com qualidade muito melhor. Para continuarem a ser competitivas, ainda mais com aberturas do mercado para o qual o Brasil se direciona, temos que procurar formas de investimentos para modernização e manter a competitividade.

Outra sugestão seria a medida de correção da infraestrutura, melhoria da malha rodoviária, porque além dos três mil quilômetros de estradas percorridas pela matéria-prima e pela produção, como sabemos, as rodovias estão em má situação, provocando um desgaste grande de veículos e um custo de transporte elevado. Isso reduz a competitividade nos mercados do Sudeste. A ausência de transporte marítimo, que seria o lógico para uma distância de três mil quilômetros ou mais. Sabemos que a cabotagem marítima, no País, não existe, não funciona. Conhecemos os problemas dos custos operativos dos postos, as dificuldades da cabotagem, e, se olharmos um pouco para a frente com o Mercosul às portas, temos que considerar que as empresas sediadas no Nordeste também terão mercados nos países parceiros no Mercosul. Por exemplo, Uruguai e Argentina. Pensar em fazer tudo isso por rodovia compromete a competitividade. Eu diria que estímulo para estabelecer que novamente a produção de algodão de qualidade compatível com as necessidades da indústria têxtil na região Nordeste, porquanto hoje todo o algodão, como eu já mencionei, é levado do Sul ou mesmo do Paraguai.

Não mencionei a criação de outros incentivos, além dos atualmente em vigor regulamentados pela Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, e pelo Decreto nº 101, que, a partir de 17 de abril de 1991, foi alterado pelo Decreto nº 153, de 25 de junho de 1991, por entendermos a frágil situação do País e a ausência absoluta de recursos do poder público.

A meu ver, no momento, os Srs. Senadores e Deputados podem avaliar a viabilidade da proposta de novos incentivos.

Considerando a abertura de mercados com redução progressiva das taxas alfandegárias, torna-se necessário o estabelecimento de normas permanentes para as empresas situadas nessa região do País e redução ou melhor distribuição das cargas tributárias. A reforma tributária deve equalizar ou distribuir melhor essa carga, que, mesmo para empresas situadas em área com benefício, V. Ex^{as} vêem que recolhemos aqui um valor impressionante de impostos.

São essas as considerações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Fialho) — Com a continuidade do nosso trabalho, passo a palavra ao Dr. Ivo Hering, Presidente da Hering.

O SR. IVO HERING — Sr. Presidente desta Comissão, Sr. Relator, é um prazer poder participar, junto com os meus colegas, desta discussão sobre formas de diminuir as disparidades inter-regionais no Brasil. Queria também dar um pouco do meu depoimento sobre a história da nossa empresa em regiões incentivadas.

A empresa foi fundada em 1860, e, até 1870, permaneceu instalada em Santa Catarina, no Vale do Itajaí, mais especificamente. E, em 1970, então, tentou o passo fora daqueles seus habitantes tradicionais. Para nós foi um passo muito ousado, sair daquela região e ir para o Nordeste instalar o nosso primeiro projeto. Como disse, em 1970, a Empresa Tekanor Têxtil Catarinense do Nordeste, que é uma fiação de algodão. Posteriormente, implantamos em 1980 a continuação da nossa atividade que é a Hering do Nordeste que faz o processamento posterior. Como somos uma empresa têxtil integrada, a Hering do Nordeste faz o processamento da malha produzida pela Tekanor, o beneficiamento, o corte e a confecção.

Essas atividades tiveram diversas etapas, diversos investimentos durante esses vinte e poucos anos. E hoje, o equivalente a 40% do **output** total da nossa área têxtil é gerado no Nordeste.

Há sete mil funcionários empregados nessas unidades, e investimos nesses vinte anos um total de US\$160 milhões a custos atualizados, dos quais recebemos aproximadamente US\$40 milhões de incentivos fiscais nos diversos sistemas que prevaleceram nesses vinte e poucos anos na região da Sudene.

Além da nossa atividade têxtil, uma atividade mais recente é a atividade agroindustrial e de alimentos, onde também temos investimentos em áreas incentivadas, no caso, a área da Sudam e também da Sudene. Temos duas unidades de processamento de soja e refino de óleo de soja, uma em Rondonópolis, na área da Sudam, e a outra em Barreiras, na Bahia. Foram investimentos mais recentes que se fizeram dentro da situação vigente. Foram, inclusive, relatadas pelos que me antecederam.

Mas vou ater-me à área têxtil, talvez só fazendo uma comparação, depois, com o que aconteceu na área de alimentos.

Então, quais foram os motivos que nos levaram para o Nordeste? No fim da década de 60 e início da década 70, não existiam no Brasil formas de fazer investimentos com recursos de longo prazo, investimentos necessários para remodelar e modernizar o nosso parque fabril. Realmente, o que existia era essa possibilidade de obterem-se recursos orçamentários via Finor, 3418 na época, e que permitiam, então, que se fizessem investimentos principalmente em empreendimentos que eram capital intensivo. No caso do setor têxtil, a fiação é um investimento capital intensivo, quer dizer, o investimento em máquinas, em prédios, em instalações é bastante elevado e talvez o mais elevado de todos. Mas utiliza relativamente pouca mão-de-obra.

O segundo motivo, sem dúvida, foi a existência, na ocasião, de uma produção de algodão de boa qualidade, cuja perspectiva era de crescimento no futuro. Um outro motivo era, também, a possibilidade de se ter custos de produção menores em razão da diferença salarial. Na época havia um salário mínimo diferenciado entre o Norte e Nordeste, havia também uma diferença acentuada nos salários pagos no Norte e no Sul, e isso também não deixou de ser um dos motivos. Mas diria que esse foi o motivo menos preponderante. O principal motivo foi a possibilidade de se ter acesso a recursos para empreendimentos de capital intensivo e o segundo a possibilidade de conseguir a matéria-prima para fazer operar essas unidades.

O mesmo aconteceu na área de processamento de soja. Acompanhamos a expansão da fronteira agrícola, tanto para a Bahia como para o Mato Grosso e, em vista disso, implantamos as nossas unidades lá por causa da matéria-prima e

também por causa da possibilidade de obtenção desses recursos.

Não queria alongar-me muito com relação a isso, mas registrar aqui aquilo que talvez já tenha sido dito e seja do conhecimento de todos, ou seja, se essas precondições ainda existem. Infelizmente já não existem no Nordeste hoje em dia. Quer dizer, há incentivos fiscais da Sudene, mas não são confiáveis porque não conseguem assegurar um cronograma de liberação com o qual as empresas possam contar.

Então, só para dar um exemplo; no último empreendimento que fizemos, justamente na área de processamento de soja, na Bahia, o projeto aprovado previa a liberação de recursos do Finor da ordem de US\$21 milhões. Quando esses recursos foram efetivamente liberados, eles equivaliam a US\$600 mil. Quer dizer, foi prejudicado o investidor, que, no caso, foram diversas empresas com recursos de incentivos fiscais para aplicar e foi prejudicado, naturalmente, o empreendedor porque teve que procurar em outras fontes mais caras a forma de terminar esse projeto. É o que está acontecendo, como já foi relatado. Nós, inclusive, abdicamos, tínhamos, no projeto Hering do Nordeste e Tekanor, diversas fases e abrimos mão disso junto à Sudene para a continuidade desses incentivos porque não vimos, no momento e também no futuro, possibilidade de termos confiança com relação à liberação e obtenção desses recursos.

Com relação à matéria-prima — também já foi citado aqui —, o Nordeste todo hoje busca o algodão no Sudeste, no Paraguai e até na Rússia. Hoje, temos oferta de algodão russo para processar nas nossas fábricas em Paulista. Também havia, na parte de incentivos fiscais, alguns estaduais, alguns Estados procuravam estabelecer algum tipo de diferencial em relação a outros, mas com o Confaz esse tipo de diferenciação hoje quase não existe mais, embora esse órgão seja um pouco mais flexível hoje. A maioria dos Estados, porém, até por causa da situação fiscal deles, não dá mais incentivos fiscais.

A mão-de-obra, como disse, não é um fator preponderante porque consideramos que a mão-de-obra do Nordeste — foi para nós uma agradável surpresa —, muito boa, muito produtiva, aprende facilmente a operar novos equipamentos, sofisticados, os de última geração, mas a diferença hoje do custo de mão-de-obra entre o Norte e Sul não existe mais. Se ainda existe algo em termos de salário real, o que o empregado leva para casa, há uma carga de encargos sociais sobre essa folha, que o que está acontecendo é que o empregado cada vez leva menos salário no bolso e cada vez mais a empresa está destinando recursos para um sistema que, todos sabemos, está falido.

Além disso, até pela precariedade da infra-estrutura que existe no Nordeste, as empresas são obrigadas a investir mais recursos em assistência social, quer dizer, assistência médica extensiva à família, coisa que não temos no Sul. Quanto à alimentação, normalmente no Sul, principalmente no setor de confecções, não servimos almoço porque ou as pessoas almoçam em casa antes, ou depois do turno — são dois turnos — mas, no Nordeste, não podemos fazer isso. Temos que dar refeição completa, e isso é também um encargo adicional. Então, hoje, não há mais diferença salarial no custo global do salário com relação ao Sul.

São basicamente esses pontos que se repetem para todas as empresas, não só para aquelas que vieram do Sul, mas também para as que se instalaram no Nordeste, procuraram se valer desses incentivos fiscais.

Na verdade, parece-me que esse sistema todo está exaurido. Precisa ser substituído por alguma outra coisa.

O nosso ponto de vista é de que fomos induzidos a isso. Ele privilegiou investimentos capital intensivos e não mão-de-obra intensivos. Hoje temos os grandes projetos do Nordeste que são o pólo petroquímico da Bahia, são grandes fábricas de alumínio no Maranhão e coisas desse tipo, mas que não trouxeram uma repercussão em termos de distribuição de renda no Nordeste suficiente para que o mercado desta região, com mais de quarenta milhões de pessoas, pudesse absorver a maior parte da produção que lá é gerada.

Acontece exatamente o que o Dr. Esmério falou: trazemos a matéria-prima do Sul, praticamente 100% do Sudeste, do Paraguai, talvez da Rússia, e voltamos por via terrestre, e mais de 70% da nossa produção são colocados no Sudeste e no Sul do País, com problema seriíssimos em termos de custo de transporte, tempo de atendimento aos clientes, pois hoje eles querem ser atendidos o mais rapidamente possível; eles não fazem mais estoques. Só o tempo de trânsito entre Recife, Paulista e São Paulo, por exemplo, já passa a ser um fator para que alguns clientes prefiram receber o produto das fábricas de Santa Catarina do que do Nordeste.

São alguns pontos que estão prejudicando essas fábricas, que eram rentáveis e que também, como foi citado, no nosso caso, pela crise e outros fatores, no último ano também, passaram a trabalhar no vermelho.

Esse é o depoimento que eu queria dar, e estou à disposição para o debate.

Quero, entretanto, acrescentar algumas poucas informações, uma vez que me limitei muito ao histórico. Reiteraria os números referentes a incentivos fiscais que comentei. Os investimentos da Rhodia somados na região totalizam 365 milhões de dólares; tivemos ajuda Finor, canalizada do nosso próprio imposto, inferior a 10%, e recolhemos, desde a nossa implantação, apenas no Estado de Pernambuco, 118 milhões de dólares de impostos, sem falar o próprio Imposto de Renda ao qual já estamos submetidos a 50%.

Diria que efetivamente, feito um balanço histórico se houve o aproveitamento econômico da unidade que está instalada lá, ele não foi ligado objetivamente à isenção do Imposto de Renda, que foi subsequente. Evidentemente, os incentivos à época foram fator de atração para deslocar a Rhodia para lá, além do próprio potencial do mercado que se anunciava. Em relação a esse crescimento do mercado, ele se frustrou parcialmente. É fato que uma parte importante da nossa produção feita em Recife é consumida no Sul.

Citaria um exemplo de uma logística que temos, reforçando um pouco as colocações do Ivo Hering, do Sr. Vieira. Nós, hoje, na cadeia polyester — é o nosso principal produto fabricado em Recife — acessamos uma matéria-prima no pólo petroquímico de Camaçari. Essa matéria-prima é transferida para São Paulo, na cidade de Paulínia, ao lado de Campinas. É transformada na matéria-prima do polyester, ou seja, viaja dois mil quilômetros, depois retorna de Paulínia e se desloca a Recife para ser processada, então, volta a subir mais três mil quilômetros aproximadamente.

Produzimos esses produtos de polyester na cidade de Recife e, em seguida, cerca de 60% dessa produção volta a São Paulo ou na região de São Paulo para ser comercializada. Estamos falando de movimentação de cerca de 50 mil toneladas por ano de matéria-prima, o que significa um passeio molecular absolutamente mortal, se não for compensado com outras performances industriais.

Até recentemente, as barreiras, as proteções alfandegárias que o Brasil se permitia ter, de uma certa forma, viabilizavam, ou pelo menos atenuavam, problemas dessa natureza. Evidentemente, com o mercado aberto, com taxas de proteção alfandegária praticamente inexistentes, não podemos nos permitir custos definitivos em cima de produtos da ordem de 10%, 12%, 20%, às vezes, do seu custo intrínseco, dada essa situação que está perenemente criada.

Para compensar isso, temos feito progressos e investimentos de competitividade, de produtividade na região, que, de certa forma, tentam atenuar essas sobrecargas perenes.

Uma outra constatação é de que efetivamente o que hoje poderia ser um fator de atração mais determinante seria a existência de uma infra-estrutura compensadora a esse fato. Foram citadas deficiências de cabotagem e de transporte ferroviário no Brasil. É-nos extremamente penoso deslocar toda essa produção com a infra-estrutura existente. Servimo-nos parcialmente de cabotagem a duras penas e, para os produtos acabados parcialmente, mais da metade é transportada por caminhões dada a deficiência.

Outra constatação é de que a nossa fábrica mais nobre do ponto de vista de técnica existente na região é justamente a de filmes de polyester com uma produção anual de 12.500 toneladas, das quais cerca de 7.000 são exportadas. Essas exportações vão aos Estados Unidos e à Europa, e temos hoje uma dificuldade de logística, porque a região ainda não é fortemente abastecida, ainda não está em rotas de navegação convenientes, pelo menos do ponto de vista de frequência, o que implica um sobrestoque na nossa fábrica ou sobrestoque do cliente, o que absolutamente não é a norma quando se fala de *just in time*, etc.

São efetivamente constatações que têm que ficar registradas. Hoje acredito que os custos de investimento para a região poderiam já se colocar em níveis mais adequados. Mas mais importante do que o próprio incentivo da isenção fiscal na alavancagem operacional seria criar as condições de se fazer investimentos que fossem, do ponto de vista do seu volume, absolutamente competitivos. Porque, com custos sobrecarregados eventualmente pela inexistência do mercado local do tamanho econômico, se tivermos que rentabilizar investimentos que eventualmente são mais caros do que o que normalmente custariam em outras regiões, acabamos criando uma inverdade econômica e acabaríamos por implantar fábricas que só poderiam sobreviver à custa de favores que teriam de ser perpetuados.

Hoje é a mentalidade da Rhodia, e é nessa direção que o projeto da Companhia Alcoolquímica está se colocando. São projetos que têm que se viabilizar absolutamente por si. A operação dele não pode contar. Ela pode ser facilitada para a implantação, mas não pode absolutamente imaginar poder viver de favores fiscais todo o seu tempo. Ou encontramos a verdade econômica de cada empreendimento, ou iremos viver sempre numa situação extremamente cara para a Nação.

O SR. JOSÉ CARLOS ALCÂNTARA — Gostaria de fazer uma pergunta aos companheiros: como foi o comportamento dos órgãos regionais na montagem do esquema de financiamentos das empresas? Como funcionaram as coisas que eram cometidas ou acenadas? Em que medida isso ajudou ou dificultou a execução dos projetos?

O SR. IVO HERING — Eu diria que, do ponto de vista de financiamento dos investimentos propriamente dito,

não foi o caso para a Rhodia, dada a origem do capital da empresa. Nunca tivemos acesso a nenhum financiamento especial para as implantações, salvo os aportes que foram proporcionados pelo Finor e que, na verdade, apenas canalizavam uma parte do imposto que a própria Rhodia gerava nas suas empresas na Região Sul — 25% desse imposto, se bem me lembro, eram destinados a essas implantações na região.

Infelizmente, à época, por falta de mecanismos de correção efetivamente de uma parcela substancial que destinamos a essa região, quando ela foi aportada nos projetos, ela tinha passado por tamanha corrosão econômica, que, como falei, no último projeto, abdicamos desse fato, porque realmente não justificava mais. No caso específico da Rhodia, nunca tivemos nenhum financiamento formal dos investimentos. Os aportes que a empresa fez foram de autogeração, e o que veio canalizado através do Finor infelizmente veio sempre muito corroído por culpa da inflação e da falta de mecanismos de correção.

O SR. RELATOR (Beni Veras) — Dr. Ivo, se eu pudesse montar uma visão... Acompanhamos três fases: uma inicial, heróica, em que existia uma estrutura dentro da Sudene de pessoas altamente interessadas em trazer investidores para o Nordeste. Constantemente recebíamos visitas de pessoas do próprio Superintendente da época, no Sul, para fazer palestras sobre o Nordeste. O sistema todo funcionava razoavelmente bem. Havia naturalmente aquela distorção de captação de recursos diretamente do investidor, que, para nós, empresa de um certo porte e conhecimento não trazia muitos problemas, mas sabemos que, para outros empreendimentos, principalmente novos, não tão conhecidos, criaram aquelas distorções de comissões exacerbadas, coisa assim. Mas o sistema funcionava muito bem, as liberações eram rápidas, havia uma certa defasagem, mas, enfim, sentíamos todo um ânimo, uma vontade de fazer acontecer.

Depois tivemos uma fase de amadurecimento, em que também a coisa passou a ser mais dirigista. Não dependia mais tanto da vontade do corpo técnico, enfim, da Superintendência da Sudene, a captação de investidores para o Nordeste, mas, sim, de políticas macroeconômicas. Foi a fase da implantação de certos pólos que foram privilegiados em detrimento de outros investimentos, e aí passamos a sofrer muito. Isso foi na década de 80. Os investimentos nos chamados setores tradicionais ou não dinâmicos, como se procurou, na época, criar essa dicotomia no Brasil, eles foram deixados de lado. Os recursos foram bastante canalizados por um dirigismo central.

A fase agora, da década de 90, é de um certo desânimo e acomodação, em que no sistema todo parece que não há sobra. Pelos poucos recursos que são destinados e pelo próprio custo de administração disso tudo, pelos projetos que não deram certo, parece que o sistema não gera um superávit suficiente para ele próprio criar esse dinamismo novamente.

São três fases assim. Talvez eu esteja sendo um pouco drástico, mas é assim que vejo as coisas.

O SR. ESMERIL STOCCO VIEIRA — A nossa experiência com relação à Sudene foi muito boa, com exceção do que foi mencionado de atrasos eventuais de liberação de recursos Finor. O pessoal da Sudene sempre nos atendeu de uma maneira muito eficiente, entusiasmado com a aprovação rápida na análise dos projetos.

No último projeto que fizemos em Sergipe, inaugurado agora em 90, as dificuldades que tivemos foi de não-cumprimento pelas autoridades governamentais no que se referia

à infra-estrutura necessária para o funcionamento adequado da fábrica. Como exemplo, tínhamos garantia de uma qualidade de energia necessária ao funcionamento normal de linhas contínuas de tingimento com controles automáticos de processos.

A qualidade da energia que recebíamos era um desastre, porque havia interrupções várias vezes ao dia. Linhas contínuas de tingimento, quando há queda de energia é um desastre, ocasionando um prejuízo violento para nós. Esse período levou mais de um ano, um ano e meio, para ser resolvido pelas autoridades, apesar de todo o empenho que eles tiveram. Sabíamos que era a pauta de recursos do Estado, o Governador foi muito franco conosco. Nós, inclusive, fizemos um empréstimo ao Estado, para que viabilizasse a construção de uma subestação, a Subestação de Urubu. Então, fizemos um financiamento, e o Estado nos ressarcia à medida em que ia recebendo ICM.

Esses foram os problemas que, dentro de um investimento, não se prevê o que isso ocasiona, em termos de custo adicional. Realmente tivemos, nos primeiros meses de operação, perdas de produção por qualidade acima de 20%, quando o normal numa operação dessa é 1,5%.

Isso foi um ônus bastante forte, mas entendemos que a falta de recursos do Estado era total.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Fialho) — Vamos dar início à nossa parte de debates.

Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Quero fazer dois registros e uma pergunta muito objetiva.

Primeiro, quero registrar mais uma vez a propriedade da ideia do Senador Beni Veras de constituir esta Comissão, e fazer votos que as conclusões a que estamos chegando, Senador Beni Veras, que serão sabiamente relatadas por V. Ex^a, resultem em algumas atitudes. E quanto menos numerosas melhor; quanto maior o rol, pior.

Por isso quero ser muito sintético. Eu teria muita coisa para perguntar, desperta-me muita curiosidade, evidentemente, a incursão de uma empresa catarinense numa área que conheço. Conheço fisicamente a região de Barreiras, sei do impacto que está tendo na região, a presença da Ceval, e de outras empresas que para lá se dirigem, movidas pela soja e movendo muita gente nesse sentido.

Mas vou me abster de fazer comentários e perguntas, e até obter esclarecimentos, em prol de uma única questão.

O Senador Beni Veras sabe que sou autor de um projeto de lei que faz parte de um conjunto de providências, ou faria parte se fosse aprovado, que tem como objetivo chegar ao seguinte ponto: a renúncia de receita que o Brasil praticou e pratica é ou não é um instrumento exaurido para promover a superação de desequilíbrios inter-regionais?

E o primeiro projeto, este projeto de lei, pratica uma intervenção, não uma cirurgia. Ele propõe que seja feita, permanentemente, uma avaliação de custo-benefício de cada forma de renúncia de receita que, na minha opinião, é um expediente exaurido, falido para induzir redução de desequilíbrio inter-regional.

Quero repetir que sou favorável à superação do desequilíbrio inter-regional; a segurança do País precisa disso, a sua própria existência precisa disso. Está aí a Itália para nos mostrar como isso é atual, está lá a Liga Lombarda fazendo 50 Deputados.

Está chegando o Senador Mansueto de Lavor, que tem uma preocupação nessa questão há mais tempo do que eu.

Estou falando sobre avaliação de incentivo e de renúncia de receita.

Estou lhe prestando uma homenagem *en passant*.

Então a minha pergunta é a seguinte: com base naquela observação que o Dr. Ivo Hering fez, de que a região não tinha renda para comprar, não tem renda para fazer com que as fábricas, lá instaladas, tenham um mercado local verdadeiro e auto-sustentável.

Esse expediente seria auto-sustentável e auto-sustentado se tivesse capacidade de produzir receita, renda e, na verdade, o que se pode observar é que o desequilíbrio intra-regional, dentro da região, piorou, muito embora o desequilíbrio inter-regional até tenha melhorado, até tenha sido atenuado por esses pólos, por esses mecanismos.

A minha pergunta aos três é a seguinte: está ou não está exaurido esse modelo? Têm alguma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Vicente Fialho) — A nossa sistemática de trabalho permite que os seus conferencistas possam se manifestar a critério da escolha dos três. De forma que eu deixaria a liberdade da manifestação para os três conferencistas.

O SR. IVO HERING — Naturalmente essa posição do Senador Esperidião Amin é bem mais ampla, acredito. Não só no aspecto de incentivos fiscais, mas talvez de uma série de outras formas. Quero dizer que é difícil responder a pergunta no sentido mais amplo.

Uma coisa me parece clara, um sistema centralizado que tenta desenvolver algum tipo de atividade, ele se exauriu. Nós vimos isso nas economias de comando do Leste Europeu, onde realmente não conseguiram criar aquele paraíso de distribuição de renda, de riqueza. Enfim, no momento em que eles saíram da cápsula ficou claro que o sistema não funciona.

Então, como o sistema utilizado no Brasil não deixa também de ter essa característica de sistema centralizado, de comando, por analogia, acredito que está exaurido nesse sentido. Talvez tenha que se achar alguma outra fórmula para que, mesmo assim, se consiga algum tipo de diferencial, em que talvez o mercado funcione mais ou a realidade do mercado funcione mais.

Embora isso possa implicar numa renúncia de receita para o Governo Federal, talvez uma das fórmulas seja a redução de encargos sociais sobre a mão-de-obra no Nordeste. Porque o que estamos assistindo é cada vez mais empresas indo para a economia informal. Então estão praticando, na verdade, esse tipo de procedimento. E há uma renúncia de receita, embora involuntária. Ou outras empresas que, por esses problemas todos, de terem de trazer a matéria-prima do Sul ou do exterior, tem custos de transporte na devolução desses produtos para o Sul, o mercado local não absorve. Quer dizer, eles precisam de algum diferencial em relação às empresas do Sul, do Sudeste, algum diferencial que compense isso, e onde o ponto principal é realmente esse: a mão-de-obra.

Realmente é um contingente enorme de pessoas que vivem à margem da economia nacional, ou, quando estão dentro da economia, estão dentro da economia informal, com todas as perversidades que isso cria. Quer dizer, a pessoa não tem carteira assinada, enfim, tudo aquilo que nós já conhecemos.

Fazendo uma comparação com os chamados tigres asiáticos, eles conseguiram realmente se desenvolver dentro desse processo do capitalismo selvagem, que naturalmente não estou pregando aqui, mas que tenha um diferencial. Hoje eles estão

num outro estágio e já estão na alta tecnologia. Hoje a mão-de-obra lá passa a ser uma mão-de-obra mais cara, e estamos sentindo isso, inclusive. Nossas exportações este ano tiveram um impulso enorme por conta dos Estados Unidos. Os Estados Unidos tradicionalmente buscavam os seus produtos em Hong Kong, em Taiwan, na Coreia, e hoje eles sentem que a mão-de-obra, lá, não é mais fator concorrencial, o produto lá ficou caro.

Então essa é minha visão, talvez um pouco estreita e talvez muito ligada a uma empresa que tem grande contingente de mão-de-obra. Mas é essa a minha visão dessa problemática.

O SR. JOSÉ CARLOS ALCÂNTARA — Eu concordaria. Acho extremamente oportuna a questão e concordaria pelo menos em grande parte com o depoimento do Ivo Hering.

Eu havia falado anteriormente que os subsídios e os incentivos não podem, em nenhuma hipótese, camuflar uma verdade econômica. É um fato que ainda determinadas regiões tenham que criar uma diferenciação no ato de atrair um investimento, aguardando que o mercado se coloque do tamanho oportuno, ou qualquer outro fato. Eu me inclinaria a dizer que hoje o que seria mais atraente seria a criação de um mercado local, o aproveitamento de uma potencialidade própria da região, de tal forma que agente não criemos justamente a ilusão de ótica. Não adianta implantar fábricas de determinados tipos em regiões que depois não tenham condições de sustentá-las, contrariando a realidade e a vocação.

Eu até diria que nós, quando tivemos resultado no Nordeste e não pagamos imposto, isso criava um certo ânimo. Mas desde 1990, com as dificuldades do Brasil, a abertura, o novo padrão de competitividade que nos tirou do resultado positivo, hoje percebemos que é mais agradável pagar imposto quando se tem resultado, ou não fazer resultado e não se aproveitar do mecanismo fiscal — acredito que tenha sido um pouco do depoimento do Vieira também. Eu tive a percepção que ficamos com saudades de pagar um pouco de imposto, tendo em vista os resultados dos últimos dois anos.

Então, eu diria que se alguma renúncia fiscal tivesse que ser feita, eu me inclinaria a dizer que ela deveria ser feita no ato de atrair o investimento, a infra-estrutura, até um apoio com mecanismos, que não sei se são de renúncia fiscal, do tipo até de uma conversão de dívida, para ficar num fato que já ocorreu. Enfim, algum apoio na implantação do investimento, parece-me que se foi feito seria, nesse ato, menos que na exploração e na alavancagem operacional da empresa na sequência.

O SR. ESMERIL STOCCO VIEIRA — É difícil agregar alguma coisa ao que foi dito. Eu apenas mencionaria o seguinte: estamos atravessando um momento de mudanças, de abertura de mercado no Brasil, de integração de blocos do mundo, de ruptura de outros blocos. E se olharmos um pouco o que aconteceu no mundo vemos que os países que ficaram fechados, ou os blocos que ficaram fechados, se distanciaram do resto do mundo. Então, o Brasil está entrando nesse processo de abertura. O investimento tem que ser competitivo. Quer dizer, o consumidor brasileiro não pode ser mais onerado por toda a ineficiência que existia até agora. Ineficiência da própria empresa, gorduras acumuladas; ineficiência pela distância, com transportes caríssimos; ineficiência burocrática do País.

O País está mudando, tem que mudar, a ele não vai se aproximar nunca do Primeiro Mundo.

Se olharmos também o que está acontecendo, por exemplo, na Europa, a integração da Alemanha Oriental com a

Ocidental, há um desnível violento, é uma integração complicada, que exige esforços e recursos elevados.

Os países do Leste Europeu, também. Ainda agora estive comparando os custos de uma empresa que nós acompanhemos muito de perto, na Alemanha, com os seus vizinhos da Tchecoslováquia, Hungria e Polónia.

Na Alemanha, nessa indústria que eu visitei, o custo da mão-de-obra é 31 *dewtchmark* por hora. Na Tchecoslováquia e Polónia, 4 e 4, 5. Então, eles estão com um problema danado de competitividade.

Nós aqui no Brasil temos que procurar nos preparar para enfrentar essa concorrência mundial com a abertura que está em processo de queda de barreiras.

Então, os investimentos na área do Nordeste deveriam ser selecionados de uma maneira que não precisassem de artifícios para serem competitivos, porque, senão, será um ônus, será um artificialismo.

Quando vemos aí o que foi mencionado que a matéria-prima vai daqui para o Nordeste, produtos semimanufaturados voltam para cá, depois retornam para ser finalizados no Nordeste, 8 mil quilômetros de frete caro. Então, acho que poderia apenas recomendar que o estudo fosse feito no sentido de investimentos que possam ser auto-sustentados, e que acompanhem o crescimento da região, para não ser onerado com custos falsos.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Fialho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Beni Veras.

O SR. RELATOR (Beni Veras) — Vejo algumas questões que foram levantadas pelos nossos palestristas que preocupam.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Sr. Presidente, o Relator já está fazendo as perguntas finais ou ainda posso usar a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) — V. Exª pode fazê-lo.

O SR. RELATOR BENI VERAS — Sr. Presidente, até prefiro deixar para depois, os meus comentários de maneira a desenvolver o debate com mais produtividade.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Eu teria duas perguntas a fazer se fosse o caso.

Estou perguntando porque me inscreveria para fazer duas perguntas já que o relator, geralmente, faz o fecho.

Sr. Presidente, não estou preferindo nenhum inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Élcio Alvares) — Não. Tem V. Exª a palavra.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — A primeira pergunta seria como os representantes de empresas encaram o estabelecimento de algumas zonas de processamento de exportação nas chamadas regiões deprimidas? É a primeira pergunta sobre a questão das zonas de processamento de exportação.

A segunda: em face do Mercosul, enquanto empresários, será melhor investir na Argentina, no Uruguai ou até no Paraguai, ou continuar tentando os incentivos, os "atrativos" dessas regiões chamadas deprimidas? Se realmente o Mercosul não vai alargar a área geográfica, se não é mais atrativo hoje investir, por exemplo, no Uruguai do que no Nordeste, apesar desse ou daquele incentivo? Se não é melhor investir no Paraguai do que na Amazônia na agropecuária, nas indústrias têxteis etc?

Sr. Presidente, são essas duas respostas que gostaria de ouvir sobre as ZPE e sobre a questão do problema do Mercosul.

O SR. ESMERIL STOCCO VIEIRA — Vou responder a parte de localização. Acho que a localização do empreendimento tem que estar numa posição geográfica que permite a otimização de sua competitividade, das suas vantagens competitivas. Então, se pretende atender a um mercado como o Mercosul, que está situado mais na região Sudeste e Sul do País, se o custo do transporte na região Norte Nordeste tira qualquer possibilidade de competição a localização teria que ser mais próxima dos centros consumidores, salvo se o transporte for eficiente e o custo que não prejudique o resultado do investimento.

A segunda pergunta sobre as ZPE, prefiro não responder. Tem muita origem política a nossa empresa é exportadora há mais de 20 anos não temos sentido necessidade de ZPE para exportar. Apenas sentimos que temos um custo de portuário e de transporte elevadas. Aí o problema maior: tornar os nossos portos e o nosso transporte marítimo a custo de nível internacional.

O SR. IVO HERING — Não sei se teria muita coisa a acrescentar ao que Esmeril Stocco Vieira falou. Evidentemente que a criação do Mercosul, tal como preconizada, deveria deslocar, ao menos parcialmente, o centro de gravidade da área de interesses de produção. Se eu citar apenas a experiência recente que estamos vivendo, efetivamente, a Rhodia tinha fábricas na Argentina, cuja escala, anunciado o Mercosul, passou a não se justificar.

Isso dito, acabamos de encerrar algumas produções na Argentina e pretendemos atingir esse mercado a partir das implantações industriais que estão aqui, ganham uma escala mais favorável a essa competição. Evidentemente, que o nosso concorrente será um produto que virá de qualquer outra parte do mundo.

Isso foi, nas nossas avaliações recentes, o que nos pareceu mais indicado de ser feito. Mas, evidentemente, como falou o Esmeril Stocco Vieira, produzir uma fibra poliéster em Recife e deslocá-la para qualquer área da Argentina ou Paraguai, só seremos capazes de fazer se tiver um sistema de transporte que seja performance. Por estranho que pareçam às vezes, é mais barato trazer um produto do Golfo do México para São Paulo do que de Recife para São Paulo. Deveríamos poder contar com essas facilidades, pelo menos ao nível do que os outros têm para ser competitivo.

O deslocamento do centro de gravidade existirá, particularmente, já fechamos fábricas na Argentina para atendê-las aqui, pensando a escala dessas fábricas e assim será.

Com relação às zonas de exportação, também não tenho, francamente, nenhuma vivência com elas. Somos exportadores a cerca de 15% do nosso faturamento, o que envolve pouco mais de 120, 130 milhões de dólares. As barreiras mais difíceis que temos encontrado na exportação, como foi citado, são custos portuários, são logísticas de cabotagem de transporte internacional. Não tenho nenhuma vivência com as ZPE, e não saberia explorá-las.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Com relação ao Mercosul, naturalmente, alguns desses países têm vantagens competitivas em relação ao Brasil. Certos produtos, sem dúvida nenhuma, até seria normal, que passassem a ser produzidos em outro país que tenha essa vantagem competitiva.

Naturalmente, o Brasil tem, intrinsecamente, vantagens competitivas pelo próprio tamanho, a escala como foi citado aqui. Então, acredito que os nossos vizinhos estão, talvez, muito mais preocupados do que nós.

Agora, existe um outro problema que me parece bastante sério. Os nossos vizinhos estão avançando muito mais celereamente em termos de desregulamentações, redução de impostos, aberturas que fazem com que nossos produtos, apesar de terem certas vantagens competitivas, poderão passar a não tê-las mais por causa de custos intrínsecos. Quer dizer, o Brasil, e isso é uma norma internacional reconhecida, que não se considera um incentivo o fato do produto na exportação não ser tributado. Isso é aceito pelo GATT, que o produto quando sai do país seja tributado no país de destino, quer dizer, ele pode sair sem impostos.

Acontece que a nossa parafernália tributária com uma série de impostos em cascata, e que não são recuperáveis, faz com que o Brasil cada vez mais exporte impostos. Vemos um movimento contrário na Argentina, no Paraguai e em outros lugares em que os impostos são diminuídos e reduzidos. Só não sentimos ainda o efeito maior disso porque existe hoje um problema cambial, o cruzeiro está desvalorizado em relação ao peso, por exemplo, no caso da Argentina, ou por problemas estruturais mesmo como o caso do Paraguai e Uruguai que são países ainda bastante atrasados em relação ao Brasil.

Mas, se o Brasil não tomar rapidamente essas iniciativas de equalizar o seu sistema tributário ao sistema vigente, principalmente na Argentina e também equalizar os seus custos, e aqui foi citado o caso que é muito momentâneo dos portos, que é uma coisa verdadeiramente, absurda, do século passado, que temos implantado neste país, que faz com que seja mais barato colocar uma mercadoria em Belém do Pará, num caminhão, e levar para o Rio Grande do Sul do que de navio. Quer dizer, dois portos e são coisas absurdas. Estamos cansados de levar latas de óleo de soja do Rio Grande do Sul para Pernambuco, para Bahia porque simplesmente o sistema de cabotagem é de tal forma atrasado e cheio de regulamentações que se torna inviável, enquanto que em outros países isso cada vez está mais livre.

Então, esse é o ponto que queria deixar claro.

Quer dizer, o Mercosul, não há, podemos ser perfeitamente competitivos, inclusive o Nordeste e outras regiões do Brasil, desde que as condições sejam as mesmas vigentes naqueles países. Temos essas mesmas condições.

Com relação às ZPE, o ideal seria que o Brasil fosse uma grande ZPE. Já se desmistificou graças a Deus, esse aspecto de que exportar é um mal; que, ao exportar, exporta-se o sangue do brasileiro. Foram essas teses que vigoraram na década de 80 ou pouco antes, definidas por pessoas que se diziam progressistas, mas que, na verdade, pouco entendiam do que estava acontecendo no mundo. Quer dizer, exportar hoje, ainda mais é do que adequar as empresas, enfim, sistema econômico à produtividade global. Fechar a economia, virar a economia para o mercado interno é coisa do passado, e o Brasil precisa ser uma grande ZPE. Para isso, precisamos desmontar uma série de custos que tornam essa ZPE, essa mega-ZPE improdutiva em relação a outros países.

O SR. IVO HERING — Muito obrigado. Só queria dizer que, se há, realmente, um processo mais acelerado dos nossos vizinhos, parceiros do Mercosul e o processo de desregulamentação nosso é lento e se encontra parado — como é o caso dos portos — e se temos uma conjuntura desfavorável,

no momento, por questão da inflação — os vizinhos estão tendo mais sucesso do que nós, pelo menos por enquanto, no controle da inflação, gostaria de saber se isso não vai resultar numa emigração de capitais para investimento, capitais brasileiros e multinacionais instalados aqui no País, para investimento nos países vizinhos — essa é a questão. Se esse fluxo já não está existindo, se já não se verificam empresas e empresários que planejam, não digo que se deva deslocar, mas dar prioridade a instalações industriais na Argentina, no Uruguai e no Paraguai. Há essa inclinação para esse fluxo migratório de capitais nacionais e internacionais aqui sediados para os parceiros do Mercosul? Gostaria de ouvir a respeito para complementar minha pergunta.

O SR. JOSÉ CARLOS ALCÂNTARA — Acredito que os meus colegas que são ligados a grupos que têm muito mais experiência internacional talvez tenham condições melhores de responder esta pergunta. Eu só sinto alguns sintomas. Por exemplo, no setor de soja, já houve uma instalação de uma grande indústria de processamento de soja no Paraguai por pessoas ligadas ao Grupo Bamerindus.

Essa unidade de processamento tem uma vantagem competitiva tremenda em relação às unidades de processamento instaladas no Brasil. Existe alguma coisa também em termos de Bolívia. A Argentina, na verdade, é uma grande incógnita porque os investimentos hoje, pelo fato da supervalorização da moeda da Argentina, não se tornam ainda investimentos viáveis e interessantes.

Hoje se faz muito mais, pelo menos onde atuamos. É um processo contrário; o Brasil está exportando tremendamente para a Argentina. Ainda agora vi uma estatística dos primeiros meses, do Porto de Itajaí, de Santa Catarina. Nos primeiros cinco meses do ano, a exportação do Porto no ano anterior tinha sido de 5 milhões de dólares e este ano são 60 milhões de dólares, para se ter um idéia do volume do aumento das exportações para a Argentina, no caso.

O grande risco é o processo contrário: que, através do Mercosul, multinacionais se utilizem desse canal para passar a trazer produtos para dentro do Brasil, maquiando esses produtos; quer dizer, fazer uma maquiagem, na verdade, querendo atingir o grande mercado que o Brasil tem. Não podemos esquecer que o PIB da Argentina não chega a 20% do PIB do Brasil.

No caso da minha empresa, que eu tinha citado anteriormente, o que se passou foi exatamente o contrário. Fechamos fábricas na Argentina, porque entendíamos que as vantagens competitivas, neste caso, estavam nas fábricas que já temos implantadas no Brasil. Mas eu diria que essa fuga, ou esse interesse de produzir localmente, eventualmente, pode se dar-se. Mais uma vez, se não tivermos condição, de colocar, de forma competitiva, um produto que eventualmente vai ser consumido na Argentina, é fatal que a alternativa será ou produzir localmente, ou abandonar o mercado.

Nas circunstâncias da nossa empresa, deu-se o contrário; mas eu em alguns momentos, em algumas profissões, em algumas circunstâncias, creio que poderá haver o contrário, desde que as condições de competitividade, de infra-estrutura sejam mais vantajadas.

O SR. ESMERIL STOCLO VIEIRA — Tenho acompanhado o que está ocorrendo na Argentina, por necessidade de prever o que pode acontecer após a vigência plena do Mercosul. A Argentina está vivendo um momento de euforia e otimismo do povo, com a inflação abaixo de 1% ao mês,

com um aumento de consumo real, mas com o câmbio já estabilizado há mais de um ano. A grande pergunta é: por quanto tempo se agüentará esta estabilização cambial? Muitos acreditam que por dois anos ainda, sustentado pelas privatizações. Fica aí, uma incógnita. Por quanto tempo perdurará essa situação? Porque, com o câmbio atual, como o Dr. Ivo mencionou, para o argentino exportar, está caro; e para importar, está barato.

Cito apenas um exemplo: no setor têxtil da Argentina, o consumo hoje é representado por 30% de importados, do Brasil e de outras partes do mundo.

Na integração de um bloco, a localização de investimentos vai variar por atividade, dependendo das vantagens competitivas de cada atividade. Fiz uma análise profunda do setor têxtil. O Brasil é altamente competitivo. A indústria argentina vai ter problemas sérios. Pode ser que, na parte agrícola, pela fertilidade das terras, não é minha área de conhecimento, mas dizem que necessita muito menos adubagem e tem produtividade por unidade muito maior do que aqui, haja vantagens competitivas deles. Aí, vai-se distribuir o investimento, um pouco, de acordo com as vantagens competitivas dentro do bloco.

Agora, a preocupação que foi mencionada é de um policiamento de certificados de origem, porque há países, neste caso não seria propriamente a Argentina, mas o Paraguai e o Uruguai, que costumam fazer "corredor" de mercadorias. A alfândega brasileira tem que se preparar para estar atenta. Nós temos feito contatos, inclusive com o Embaixador Rubens Barbosa, e ele está muito a par do assunto, muito atento. Esses cuidados serão necessários. Há ainda a equalização cambial, que terá que ser ajustada de alguma maneira, assim como uma reforma tributária, que iguale um pouco, para que os produtos brasileiros não sejam onerados com a exportação de impostos que tirariam a competitividade.

Tudo, indica no momento, indica que, se houver imigração de capitais brasileiros, será muito pequena. É a impressão que se tem no momento.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Fialho) — Passamos a palavra ao Deputado Luiz Girão.

O SR. LUIZ GIRÃO — Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Beni Veral, companheiros. Como bem disse o Senador Esperidião Amin, foi realmente muito apropriada a idéia do Senador Beni Veras em requerer a instalação desta Comissão, para que possamos ter uma idéia global do que acontece neste País, em termos desses desequilíbrios regionais. Mas é necessário, como disse também o Senador Esperidião Amin, que nós façamos constatações e tomemos decisões.

Muitas e muitas vezes, no Congresso Nacional, já se tentou reunir condições para que a situação, principalmente nordestina, pudesse ser amenizada, mas acaba ficando mais difícil.

Quero agradecer, também, as presenças dos Drs. Ivo Hering, José Carlos Alcântara e do Dr. Vieira, da Sanbra, e lembrar o quanto é difícil domar o capital, com relação à sua fluidez. Passamos a página da História, olhamos o Grupo Bunge y Born e vemos o quanto foi importante, para o nordeste brasileiro, a Sanbra. Naquela época, quando o nordeste brasileiro vivia praticamente do extrativismo, instalaram-se doze ou vinte empresas da Sanbra, montadas pelo grupo Santistas, que adquiriam óleo de mamona, oiticica, cera de carnaúba e algodão mocó. Praticamente quase todo o lucro daquela época, no Brasil, era a interveniência no setor primário, de compras e exportação de produtos da estação nordestina. Hoje em dia, quando se passa pelo interior da Paraíba, de

Pernambuco ou do Ceará, vê-se aquela quantidade de "elefantes brancos" fechados à chave, porque já não é mais economicamente importante, para o grupo Bunge y Born, operar aquelas empresas que são deficitárias hoje, porque já não há mais extrativismo, toda a condição de extrair do Nordeste praticamente parou. Preocupo-me muito quando vejo que o que houve no Nordeste. Temos que ser sinceros; houve um mal gerenciamento dos recursos que possam ter ido para lá. Além de mal gerenciados, foram muito poucos os recursos.

Eu diria ao Senador Esperidião Amin, se S. Ex^a estivesse presente, que não podemos, de forma alguma, renunciar a qualquer tipo de recurso a mais para aquela região. Não há outra forma de fazer o desenvolvimento, que não seja ou renunciando a receitas ou fazendo investimentos fortes, para que possamos sair da situação em que nos encontramos. Foi assim em Israel, foi assim em Santa Catarina, foi Assim no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Foi o Governo brasileiro, com o lucro da Sanbra, que fez com que ela se tornasse grande em outras regiões, porque o capital foi investido onde tinha melhor retorno. Temos que reconhecer isso, e não podemos, de forma alguma, criar "empresas de proveta" como se criou com o mal gerenciamento. Não vou citar exemplos aqui. Temos que ter empresa como a Rhodia, realmente competentes. Vi o que a empresa Rhodia fez o ano passado, quando saiu de um prejuízo de 20 bilhões de cruzeiros. O capital não tem pena, ele precisa ser sempre lucrativo. Não interessa se haverá desemprego, não há outra forma; tem-se que encontrar uma maneira para que a empresa seja lucrativa. Se a empresa é deficitária, amanhã irá à falência, e a demissão será total. Não tenho dúvidas de que teremos que ser, cada vez mais, competentes, o que talvez não tenha ocorrido com os investimentos nordestinos, até mal direcionados. Eu não podia, nem poderia concordar, de forma nenhuma, que a solução seja renunciar a tudo e deixar que a miséria se perpetue cada vez mais. Eu pergunto: quando se fez a indústria siderúrgica nacional, não foram feitos pesados investimentos públicos? O que fez com que houvesse, no Rio de Janeiro, aquele boom de desenvolvimento da época de Getúlio Vargas? Depois, com Juscelino Kubitschek, se não fossem os investimentos públicos feitos na região Centro-Oeste, feitos em Brasília, será que teríamos aqui, em Goiás ou no cerrado, esse desenvolvimento todo? Investimentos também de nordestinos, às vezes até com seu suor, seu sangue. Se não fosse dessa forma, como nós poderíamos ter um Centro-Oeste desenvolvido? Como teríamos São Paulo nessas condições, se Juscelino não tivesse possibilitado empresas como a Willys, a General Motors e a Ford, a fazermos seus investimentos em São Paulo?

A hora, nobre Senador Beni Veras, é de reflexão. Nós temos que exigir. A forma como esses recursos vão chegar me interessa muito pouco, mas até pode ser, admito, com renúncia de receita. É necessário, entretanto, que seja feita com competência. Temos que reconhecer que, de alguma forma, os nossos políticos se tornaram menos competentes à medida que esses anos passaram. É fácil, até porque nossa base cultural é relativamente pequena, em relação à base cultural do alemão, do holandês que habitou Santa Catarina, que emigrou e veio para cá desenvolver aquela região.

Precisamos de pesados investimentos na área de educação. Isso foi dito aqui e o meu companheiro Ariosto Holanda é testemunha da luta que temos, hoje, para recuperar a situação educacional nordestina, porque sem educação, sem cultura, sem base, não adianta colocar dinheiro naquela região, porque é dinheiro que vai sair todo, é dinheiro que vai ser

perdido. Só se vai criar mercado no Nordeste, depois que se desenvolver a educação. Esse é o meu ponto de vista.

Aí vem a minha pergunta: Será que o problema desses desníveis regionais não está na educação? Tenho certeza de que os investimentos foram muito poucos. Não tenho dúvidas de que, se olharmos os investimentos, por exemplo, feitos em Itaipu, e somarmos todo o dinheiro distribuído pela Sudene às mil Rhodias que possam existir por lá, esse montante será sempre menor do que se gastou em Itaipu, para garantir a energia, para que o projeto da Bunge y Born pudesse funcionar corretamente.

Então, é sobre isso que eu quero falar; sobre as injustiças que se têm praticado, a vida inteira, contra o Nordeste.

E ainda se vem, com hipocrisia, dizer que o problema é do nordestino. Reconhecemos que há erros, reconhecemos tranqüilamente que os políticos nordestinos têm sido de pior qualidade do que é, por exemplo, o Senador Esperidião Amin, quando agora responde o Governo com um bofete, para que, por um minuto, Santa Catarina possa ter um dia de Enchova, como se fosse pouca a quantidade de seca. Toda vez que Santa Catarina alaga, é sinal de que vamos ter seca no Nordeste, porque o fenômeno que aquece as águas do Pacífico e faz chover em Santa Catarina é mesmo fenômeno do "El Niño", que faz com que o Nordeste fique com 118 cidades em estado de calamidade pública e faz com que o Governador do Estado do Ceará viaje de avião, de ponta a ponta, tentando ver se alguma coisa pode ser feita. E a miséria volta, novamente. Enquanto isso, as adutoras, e as grandes obras hídricas consomem o orçamento, porque a liberação do dinheiro não acontece. E os políticos nordestinos, até como eu, acabam tendo que se conformar com alguma coisa. Não podemos, Senador Beni Veras, terminar o nosso mandato sem que alguma coisa tenha sido feita, em termos grandes, para que se possa mudar o foco de pensamento sobre o Nordeste e o nordestino. Ou fazemos isso ou não seremos mais respeitados por aqueles que nos colocaram aqui.

Tenho certeza de que os companheiros concordam com isso que estou dizendo. É verdade o que estou dizendo do grupo Bunge Y Born, porque eu o conheço. É verdade que sempre fomos os responsáveis por tudo isso o que foi feito no Nordeste, porque o capital faz e é normal que ele faça. Hoje não temos uma agricultura da mandioca desenvolvida e um hábito alimentar da mandioca, porque era muito mais fácil ao Governo subsidiar o trigo, colocar o trigo pronto nos moinhos, sem gasto de capital e sem riscos, com um mercado cativo. Enquanto isso, o pequeno agricultor da mandioca tinha que correr todos os riscos, todas as intempéries. O milho, que podia ser um alimento nordestino, porque é um alimento brasileiro, foi deixado de lado por necessidade de se fazer importação e por necessidade de se manter esse cartel miserável que é o cartel brasileiro do funcionário público. Hoje, graças a Deus, de uma forma ou de outra, o político brasileiro tenta tirar esse corporativismo predatório, que toma conta desta Nação.

Tenho a certeza de que a própria Bunge Y Born é também responsável, por não ter feito um trabalho sério na área do algodão. Hoje estamos sem nenhuma produtividade de algodão mocó, responsável pela instalação da Henrig lá além de outras, porque tinha fibras longas. Estamos hoje sem qualquer produtividade, porque o capital nunca se lembrou que era necessário apoiar a base, que é a agricultura do cearense, a agricultura do nordestino, e essa praticamente perdeu a sua capacidade de competir. Hoje está lá, simplesmente uma

"indústria de proveta", trazendo algodão do Paraguai, de Santa Catarina, ou do Paraná, para processar, fazer tecido no Ceará, e voltar para o Sul, de novo, com malha pronta ou com tecido pronto, uma forma absurda, como também é absurdo o que foi feito na Zona Franca, criando um "mercado de proveta". Isso não é o que queremos, ou o que queríamos.

Mas não podemos, por causa desse erro, acreditar que vamos continuar a cometer erros e cortar todos os recursos, como quer o Senador Esperidião Amin, para o Nordeste.

Não acreditamos no planejamento globalizado, centralizado, muito ao gosto do brasileiro. Como podemos deixar que eles, aqui, resolvam os investimentos nordestinos?

É necessário que esta comissão tome decisões, Senador Beni Veras. Que se faça urgente, o que o Deputado Vicente Fialho quis fazer, como Ministro da Irrigação: a irrigação no Nordeste. Levemos para lá o pessoal da Cotia, o pessoal da Batavo gente que realmente tem cultura. E recolocamos o Nordeste na posição que ele pode ter. Vamos acreditar que como disse aqui a nossa Tânia Bacelar que o Nordeste não tem defeitos, que a nossa falta de chuva, a nossa falta de água é, acima de tudo, uma virtude. Vamos aproveitar os defeitos e transformá-los em virtudes, porque seremos um grande país, amanhã.

Era a minha participação.

Os Senhores concordam que o problema do Nordeste é sobretudo educacional. Pergunto-lhes se o problema do Nordeste é realmente climático, devido à seca, ou se é problema de educação.

O SR. JOSÉ CARLOS ALCÂNTARA — Em relação ao problema de educação, apenas comentando o que se passou conosco, efetivamente, quando nos dirigimos para o Nordeste, tivemos muita dificuldade no recrutamento da mão-de-obra necessária, porque, à época, efetivamente, a qualidade da mão-de-obra recrutada no local não era do padrão que o tipo de investimento exigia. Naquela época, expatriamos, do Sul efetivamente, um pacote de pessoas que operaram as fábricas do Nordeste. Hoje, a situação não ocorre dessa forma. Houve um desenvolvimento do nível do ensino na Região e, hoje as nossas fábricas do Nordeste são conduzidas por pessoal da Região. Não há um único caso de expatriação, de funcionário do Sul que opere no Nordeste. É uma constatação.

Evidentemente, é absolutamente imperativo que, no oferecimento de infra-estrutura, a educação tenha a sua absoluta prioridade. A educação, o nível cultural, o desenvolvimento das universidades, criando pólos de excelência em torno delas. É isso o que efetivamente vai fazer contar. Estamos absolutamente convencidos, e tem sido um discurso freqüente do Presidente da Rhodia, de que temos que desenvolver a universidade, aproximar a universidade da escola, fazer um crescimento do nível cultural. É esse o grande fator que desempatará a competição num futuro próximo. Eu concordo que a educação é absolutamente prioritária em todo esse processo.

O SR. IVO HERING — Eu também concordo com o Deputado, com relação ao aspecto educacional. S. Ex^a vê isso num aspecto mais amplo, quase cultural. Talvez o grande drama a que assistimos no Nordeste é que, por uma razão ou outra, foi uma região que não passou pelo processo da revolução industrial. O Sul teve a felicidade de, através de programas de colonização, seja de italianos, de alemães, mais recentemente, de japoneses...

O SR. — Nosrdestinos também.

O SR. — Nordestinos também. Mas o que quero colocar é o seguinte: esses imigrantes já vieram com conhecimento. Eles passaram pelo processo da revolução industrial e vieram para cá. Quer dizer, nossos próprios antepassados já tinham conhecimento de como montar uma indústria têxtil, outros tinham conhecimento de como fazer uma agricultura mais avançada. E o Nordeste, uma das primeiras regiões a serem colonizadas, ainda teve um tipo de colonização, como foi muito bem citado aqui, extrativista. À medida que o extrativismo foi se esgotando, não se conseguiu criar, paralelamente, ou pelo menos não suficiente, aquela figura do especialista, daquele que sabe. Não a do engenheiro, que no Nordeste tem que chegar, já foi citado aqui; também não temos mais ninguém do Sul; o de que precisamos é da disseminação desses conhecimentos.

Como eu também trabalho no setor de soja, verificamos isso claramente. Os chamados "gaúchos" que não são só gaúchos, são catarinenses, paranaenses e outros, vieram até aqui, hoje estão até no Maranhão, no Sul do Piauí, no além São Francisco, introduzindo uma cultura em terras que estavam completamente abandonadas, estavam à disposição e, hoje, são fatores importantíssimos para a instalação de empresas, para a movimentação de carga e coisas do tipo.

Mas, por quê? Não porque o nordestino seja indolente ou não goste de trabalhar; ele, simplesmente, não tem o conhecimento técnico para fazer uma cultura de soja a nível de competitividade internacional, e isso o pessoal que veio do Sul conseguiu absorver, até pela tradição das gerações, e aplicar nos cerrados. Esse é o grande drama do Nordeste e de outras regiões do Brasil; é o grande problema que precisamos realmente vencer; como conseguir disseminar esse conhecimento.

E a industrialização tem sido um processo para isso. Hoje já temos grandes pólos de confecção em Pernambuco, no Ceará, com pessoas que não precisam mais aprender de ninguém, já sabem como fazer. Esse conhecimento precisaria ser disseminado, principalmente na agricultura, que é o ponto nevrálgico da questão.

O SR. ESMERIL STOCO VIEIRA — Em termos de educação, concordo plenamente com o que foi dito. Creio que todos os países necessitam de investimento, e a região do Nordeste, sem dúvida alguma. O que os Tigres Asiáticos investem em educação é impressionante; o Japão, a Coreia, todos os que "explodiram" no mundo. Agora, a nossa experiência também. Como foi mencionado, no Nordeste, investimos muito no início, em um treinamento que foi bem absorvido. Levou um pouco mais de tempo, por falta de tradição, mas foi absorvido plenamente, gerando produtividade suficiente, tanto que em cada uma de nossas unidades, temos uma ou duas pessoas do Sul e nada mais; são todos da região, técnicos e engenheiros. Apenas temos as pessoas da parte financeira e, em duas fábricas, gerentes do Sul que se familiarizaram tanto com o Nordeste que não querem voltar para o Sul. E, na terceira fábrica, pessoas do próprio local.

O Deputado Luiz Girão mencionou o caso da Sanbra, e não quero ficar com a impressão de que ela abandonou o Nordeste. Ela apenas se afastou de uma atividade que estava desaparecendo, porque o algodão, da maneira como era produzido, estava sem futuro. Ela se afastou dessa atividade e diminuiu a sua participação também no beneficiamento de algodão no Sul; não é só no Nordeste; aqui também ela enco-

lheu. Mas o grupo substituiu essa atividade, que era quase primária, por investimentos muito mais importantes. Além da área têxtil, tem a Coral do Nordeste que é uma empresa muito importante; agora mesmo, os últimos investimentos do grupo, no Brasil, não foram feitos no Sudeste, mas no Nordeste. Tem a fábrica que citei, em Sergipe, e está para ser inaugurada uma fábrica moderníssima, em Suape, de óleos e gorduras vegetais, realizada totalmente com recursos próprios — 100% — e moderníssima.

O grupo está dando muita atenção contribuindo e participando. Consideramo-nos parte dessa região.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Fialho) — Dado o avançado da hora, gostaria de fazer aos companheiros desta Comissão uma sugestão que foi dada pelo Deputado Ariosto Holanda na última reunião. Os interpeladores fariam as suas indagações, e, depois, os Srs. conferencistas fariam os seus comentários, ao invés de fazermos os comentários após cada interpelador. V. Ex.^{as} estão de acordo? (Pausa.)

Então, dentro dessa nova linha, passo a palavra ao Sr. Deputado Ariosto Holanda.

O SR. ARIOSTO HOLANDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Srs. Conferencistas. Creio que estamos aqui na busca de soluções para encontrar o equilíbrio regional tão almejado. Concordo quando o companheiro Luiz Girão fala que poucos foram os recursos para a nossa região, mas eu também gostaria de dizer que também muitos foram os recursos para poucos. Por conta disso, houve uma concentração de renda muito grande. Na minha visão, o modelo adotado, baseado em incentivos, fracassou porque se esqueceram da peça mais importante: o homem. Para mim, qualquer alternativa de desenvolvimento só é real se o objetivo for o homem e o seu meio. Nunca se pensou num planejamento estratégico com base nos recursos naturais da região, naquele planejamento que pensamos: do que dispomos e do que podemos obter. O que pode derivar dos recursos naturais na área mineral, vegetal, animal? O tem mercado? E do que tem mercado, qual é, no momento, a tecnologia mais adequada, aquela que, numa região ávida de emprego, seja mais aberta para o trabalho?

Houve uma indisciplina muito grande. Quanto ao incentivo, penso que tem que haver uma maneira de conseguir investidores, mas ele tem que ser disciplinado. Ao faltar essa política estratégica de desenvolvimento para a região, a que se adotou e que foi muito comentada lá era a política do deputado 3418, porque 3418 era o incentivo da Sudene. Quem tinha o seu deputado, levava o projeto, era aprovado. Aí, houve o que o Dr. Esmeril Stocco Vieira abordou. Normalmente, passaram a ser indústrias não auto-sustentadas. Na hora em que os incentivos eram tirados, ela caía, porque eram incentivos baseados no Imposto de Renda, no ICM, na própria estrutura dos distritos industriais. Dei o exemplo de dois aqui. Um, foi o problema do Pólo Metal mecânico, onde se montou uma estrutura metalmeccânica com base numa matéria-prima, o laminado, que vinha da CSN ou da Cosipa, a preço CIF uniforme. Agora, estamos pagando caro. Quando se privatiza, quem paga o frete? Estão abalando todo o setor metalmeccânico, criaram uma fantasia. Preço CIF uniforme, a matéria-prima, quem está pagando esse transporte? Alguém está pagando. Com a avicultura, ocorreu a mesma coisa. Montaram um complexo de avicultura no Ceará. Mas, e o milho? Disseram que seria trazido do Centro-Oeste, porque é preço CIF uniforme. Então, acabaram com isso, e aí está o setor

na hora em que se pretende desenvolvimento com base em favores, nessa política que considero nociva porque leva sempre à corrupção, o subsídio fácil leva à corrupção, à concentração da renda, isso tem que ser revisto. Esqueceram-se do homem por quê? — Ai, entro na colocação do companheiro — porque até o mercado de trabalho perdemos. Quando levaram o pólo metalmeccânico, os engenheiros vieram do Centro-Sul, que dispunha de mão-de-obra mais qualificada, porque ninguém tinha tradição nenhuma, ninguém tinha cultura, e nunca foi definida uma estratégia de capacitação dos nossos recursos humanos.

Num seminário feito na Sudene, chegamos à triste conclusão de que, depois de vinte anos, a área industrial quadruplicou no Nordeste; a área agrícola duplicou, mas a pobreza aumentou exponencialmente. É um modelo que foi perverso e tem que ser revisto. O objetivo que vejo por trás de qualquer modelo é o homem.

Para mim, interessa muito indagar dos senhores. Temos aqui representantes de três grandes empresas, e acabamos de fechar um relatório da CPI do Atraso Tecnológico do País. Se estamos atrasados tecnologicamente em relação aos outros países mais avançados, imaginem os senhores o Norte e o Nordeste em relação aos países mais avançados. Ouvimos mais de cem depoimentos; do setor produtivo vieram empresários de várias áreas e, para surpresa nossa, todos foram unânimes em dizer o seguinte: a razão maior do atraso tecnológico está na degradação da base educacional do País. Se observarmos, a Ciência e Tecnologia apontam o final de uma cadeia que começa com uma educação de base, com ensino profissionalizante, com a universidade. Temos um país com 30 milhões de analfabetos, uma evasão escolar de 80%, ensino profissionalizante neste País não existe. Dados apontam que hoje só temos 20 mil técnicos de nível médio, quando deveríamos ter oito milhões de técnicos. Quem ensina em nível médio neste País são as escolas técnicas, em crise, ou o Senai, cumprindo ainda algumas etapas. Isso foi muito marcante.

O que se percebeu, também, foi a pouca participação da empresa nacional no processo de desenvolvimento tecnológico do País. Faço uma crítica aos senhores em termos de empresa nacional. Detectamos que a empresa nacional só participa com 7% de todos os recursos para a Ciência e Tecnologia no País. Se compararmos com os países mais avançados — Japão e Alemanha — é o inverso. O Governo só participa com 10%, 20%. No Japão, 67% é a empresa japonesa; Alemanha, na ordem de 50%; Estados Unidos, também. Aqui, há pouca participação da empresa nacional nesse processo. É como se o modelo de substituição de importações subsistisse, mas baseado puramente em trazer equipamentos para cá sem desenvolver tecnologia.

Com base nessas colocações, gostaria de fazer três perguntas bem diretas.

Que investimentos a empresa dos senhores faz realmente na área da capacitação de recursos humanos, treinamento pessoal, pelo menos uma ordem de grandeza, e também pesquisa e desenvolvimento tecnológico? Muita gente entende tecnologia como uma mercadoria que se compra. Tecnologia é algo que está na cabeça das pessoas. Compram-se máquinas e equipamentos. Pode-se até comprar uma máquina e equipamentos de uma matriz lá fora, mas daqui a cinco anos estará obsoleta, porque não temos a base da geração da pesquisa. Montamos indústrias na base de compra de máquinas e equipamentos. O setor têxtil, hoje, está quase todo sucateado, porque não desenvolvemos pesquisa nessa área.

A Rhodia investe muito em pesquisa, mas lá fora, um valor de quase dois bilhões de dólares. Mas, pelo que me consta, não há um processo de transferência dessa tecnologia. Apenas é implementado aqui o resultado da pesquisa.

A segunda pergunta, que acredito já foi respondida: Que importância os expositores dão à área da educação e do desenvolvimento científico tecnológico para o País?

Dentro da visão dos senhores, os desequilíbrios regionais não tendem a se acentuar com o avanço tecnológico que aí está? Vou explicar por quê: a base que pode absorver Ciência e Tecnologia ainda é o centro-sul. Estamos na era do conhecimento. As empresas mais capacitadas estão realmente aqui no centro-sul. Como foi muito bem dito, é a cultura do imigrante que está aí. Até nisso fomos penalizados. Não tivemos aquele imigrante que transferisse conhecimentos. Com esse avanço tecnológico que estamos conseguindo, isso não tende a aumentar o desequilíbrio regional, em face da pobreza e da educação que existe no Norte e no Nordeste?

O SR. PRESIDENTE (Vicente Fialho) — Passo a palavra ao Sr. Deputado B. Sá.

O SR. B. SÁ — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Dr. José Carlos Alcântara, Diretor Financeiro da Rhodia, Dr. Esmeril Stocco Vieira, Dr. Ivo Hering, lamento muito, mas ainda não consegui, nesta Casa, desenvolver o dom da onipresença. Esta Casa tem uma característica curiosa: marca quatro, cinco, seis reuniões na mesma hora, num determinado dia, como esta quinta-feira. Eu estava numa reunião da Câmara e não pude vir aqui mais cedo, eu, que tenho bebido muitas informações neste seminário que em tão boa hora foi estimulado pelo Senhor Beni Veras e que está nos aportando subsídios indispensáveis para aquilo que se pretende fazer no próximo ano, antes que tudo a reforma constitucional.

Gostaria de fazer algumas observações sobre indagações que foram feitas e de respostas que os senhores já apresentaram. Esse seminário sobre desequilíbrios inter-regionais tem feito, mais do que nunca, assaltar em mim uma dúvida: se o maior problema hoje de diferença inter-regional, neste País, não é a questão do preconceito. Quando uma pessoa faz uma observação, como foi aqui pelo Deputado Luiz Girão, de que incentivos fiscais para o Nordeste, a região mais atrasada que possuímos, deveriam ser extintos e aplicar esses recursos naquela regiões que são mais desenvolvidas, perdoem-me, mas estão usando o que chamo de complexo da centopéia, vulgarmente conhecida como lacraia. A lacraia, se não me engano, é um ovovivíparo. Quando os filhotes nascem, aderem às costas da mãe e sugam dela tudo, e a sublimação da mãe é justamente ter aqueles filhotes, porque ela não terá mais vida, ela vai desaparecer. Assim é que vejo a questão em alguns aspectos — e isso não é nenhuma observação jocosa — é séria.

Ontem à noite, a esposa de um colega médico, há mais de dez anos radicado em Criciúma, conversando comigo, queixou-se amargamente da forma como estão sendo tratados lá em Criciúma, dizendo inclusive que existem inscrições murais com os dizeres “fora, nordestinos! Nordestinos, vão para a casa de vocês!” Ela sentiu a discriminação na própria repartição onde trabalha e na escola onde estuda. Fico, nessa hora, a observar se a questão desse preconceito que começa a crescer, sobretudo a partir do Sul, não vai! terminar, o que lamentamos, num conflito de muito maiores proporções, um conflito de ordem técnica, como está acontecendo hoje na Tchecoslováquia e na Iugoslávia, que está totalmente fragmentada;

na região na Ásia Central, na Turquia, no próprio Iraque e assim por diante.

Quando falo no complexo da centopéia, digo que usaram tudo que o Nordeste podia oferecer e ainda continuam a usar. Agora, depois que estão bem, querem chutá-lo, botá-lo para fora. Neste seminário, já tivemos oportunidade de chamar a atenção para o fato de que, nos idos das décadas de 20, 30, 40 e até na década de 50, quando aconteciam os fenômenos cíclicos, como o que hoje estamos vivendo da seca do Nordeste, o Governo Federal, em vez de aplicar recursos naquela região — não só recursos de imediato, sobretudo recursos perenes, que fizessem com que aquela região aprendesse a conviver com a seca, indo não só desde o preparo da infra-estrutura material até o preparo do capital humano, como a educação consistente e voltada para a adaptação e a convivência com a seca — incentivou os nordestinos a irem embora para os seringais da Amazônia, para povoar a Amazônia, ou então para a região sul do Paraná e São Paulo, sobretudo na época do boom da agricultura cafeeira. Os nossos problemas, que continuam até hoje, sempre foram bordejados, colocados através de um *by pass*, até melhores dias. É a situação que vivemos hoje, lamentavelmente, Srs. conferencistas.

O jornal *Folha de S. Paulo* traz hoje uma reportagem extremamente didática sobre o fenômeno *el niño*, com a sua repercussão simultânea no Nordeste, provocando seca, e aqui no Sul as enchentes. Só que o Governo, em vez de tomar as providências cabíveis e justas, tanto para o Sul, que está sofrendo por uma razão, como para o Nordeste que está sofrendo por outra decorrência do mesmo fenômeno, utiliza de maneira vil, dois pesos e duas medidas. Imediatamente Santa Catarina recebe dinheiro, e nós como deputados do Estado do Piauí, há três meses protestamos aqui no plenário, nos ministérios, junto aos Ministros Bornhausen, Ricardo Fiúza, na Defesa Civil. Não é um protesto só deste deputado, mas de toda a Bancada do Estado do Piauí, do Sr. Governador e nenhum recurso até hoje chegou lá, onde mais uma vez se desenha, de maneira grave, o genocídio provocado por uma estiagem prolongada que não levou nenhuma produção àquela região.

Temos sido, Srs. Conferencistas, críticos nesta Casa, de maneira, muitas vezes irresponsável, como os incentivos fiscais têm sido aplicados na região nordestina e como acabou de falar aqui o colega Ariosto Holanda. Acharmos que eles não só devem ser mantidos como aumentados, só que aplicados de maneira correta que envolva um tratamento multidisciplinar dentro de um planejamento global para toda a região nordestina, obedecidas as idiossincrasias, com os problemas de cada uma de suas sublocalidades.

Somos de uma região do nordeste do Estado do Piauí, já se discute neste Seminário os desequilíbrios inter-regionais e intra-regionais; o Piauí, dos dez estados nordestinos, incluindo o norte de Minas, é o mais atrasado de longe, em relação aos demais.

Por último, gostaria de fazer uma observação sobre a questão do extrativismo grosseiro que foi colocado. Cresci no Piauí tendo informações sobre a cultura extrativista da carnaúba. Ainda hoje ela é trabalhada da mesma forma como há séculos? De maneira sazonal, nesta época, a partir do final de junho, começo de julho, começam a surgir uns empreguinhos para tirar a palha da carnaúba, tanto do olho como da folha, para fazer o pó-bandeira e o pó-do-olho e dali ser processada grosseiramente e exportada a cera, sobretudo para o sul do País, mas também para o exterior; por um valor

que não compensa absolutamente. Os que ainda fazem a exploração o fazem por dois motivos: primeiro, porque ninguém investe na carnaúba, ela é uma planta nativa, reproduz-se nos vales dos rios do Piauí e do Ceará em grande quantidade; em segundo lugar, porque a mão de obra é tão miserável, a quantidade de pessoas miseráveis é tão grande, numa época dessa surge como uma bênção de Deus, pelo menos eles estão ganhando alguns tostões, sobretudo quando há uma frustração brutal de safra, como essa que está acontecendo. A mesma coisa acontece com a oiticica e já aconteceu com a maniçoba.

Mas, quero chamar a atenção para um artigo belíssimo do Bispo Dom Lucas Moreira Neves, no *Jornal do Brasil* de ontem sobre o pilocarpó do Jaborandi, que é uma plantinha que existe em grande quantidade no Piauí, subindo pelo Maranhão até à Amazônia. O Laboratório Merk do Brasil pega essa plantinha, tira das suas folhas a pilocarpina, que é uma substância utilizada no tratamento do glaucoma, produz lá fora e vende aqui por um preço muitas vezes superior. O que fica para nós? A extração grosseira, manual, na maioria das vezes, destruindo a flora, a natureza. A mesma coisa vale para a favadantas, que existe em grande quantidade no Piauí e Maranhão e que é explorado pelo mesmo laboratório de maneira grosseira, extrativista, sem nenhum reinvestimento, com destruição de matas e florestas.

Volta-se, por fim, à questão da biodiversidade. Por que não fazer um investimento para que os daqui, nativos, que como o senhor bem falou, nem são burros nem preguiçosos. Apenas lhes falta oportunidade, e quando nos referimos a multinacionais ou transnacionais, já sabendo, como disse o Deputado Luiz Girão, que o capital não tem pena, não tem meios termos, quer lucrar e vencer, se no Brasil somos explorados, eventualmente ou ao longo de muito tempo, por multinacionais ou transnacionais, a culpa é nossa. Da mesma forma, como a situação nordestina está ainda nesse atraso, a culpa é de suas elites que lá se encontram e tiram proveito dessa situação.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Fialho) — Concedo a palavra ao Deputado Oswaldo Coelho.

O SR. OSWALDO COELHO — Parece-me que eu não devia nem usar da oportunidade de falar, mas parlamentar é parlamentar. O ex-Ministro da Fazenda do Paquistão diz que se as oportunidades não viajarem em direção às pessoas, as pessoas viajarão em direção às oportunidades. O que ocorre com o Nordeste é exatamente isso, ele é um problema nacional. Tenho participado da vida pública e parece que o Nordeste é apenas um problema nordestino mas, quer ver V. Ex^a, aqui só tem nordestino. Quando se fala em desigualdades, desequilíbrios regionais só interessa o Nordeste, mais uma vez, então, o problema é nacional. Se essa idéia brilhante do Senador Beni Veras concluisse que esse debate chegou a esse ponto: "Olha, o Nordeste é problema nacional", estaríamos bem.

Também imagino, e quero concordar com o Deputado Ariosto, com o Beni que o nosso problema maior é educação mesmo. Na zona rural do Sul há 11% de analfabetos; no Nordeste 52%. Um companheiro diz que as nossas fábricas já treinaram o pessoal que está bem, mas elas não irão bem enquanto estiverem cercadas de consumidores analfabetos que não têm poder de compra, e aí terão de emigrar ou fechar as portas.

Quando começou a Constituinte tive uma idéia e estou arrependido de não tê-lo feito. O primeiro artigo dizia o seguinte: "Ficam suspensos os trabalhos da Constituinte. Os

Srs. Constituinte vão conhecer o Brasil para o qual vão legislar". Tenho uma sensação muito grande de culpa por não ter lançado essa idéia, que deveria ter sido vitoriosa. Nesta Casa, pela dimensão territorial que temos, legislamos sobre o que não conhecemos. Nem os do Norte conhecem o Sul, nem os do Sul conhecem o Norte. Somos muito à-toa por falta de conhecimento mesmo.

Consegui, com o apoio de muitos companheiros, escrever um artigo no Ato das Disposições Transitórias, é o art. 60 que diz que dos 18% dos recursos do ensino, pelo menos 9% irá para o ensino fundamental. Está escrito lá. Foi uma luta, foi o último artigo da Constituição porque ninguém queria votar isso. O lobby das universidades, o lobby dos partidos chamados progressistas, todos povoados de professores universitários que pensavam que íamos tirar dinheiro da universidade, e realmente íamos tirar, porque esse artigo que existia, que é o chamado Calmon, dizia que 12%, 13% e agora 18% era para o ensino, mas 99% para o ensino universitário.

Este País é extravagante. Enquanto todos os países têm o ensino fundamental universitário, aqui não tem. A Alemanha, em 1860, já tinha universalizado; o Japão, na virada do século e os países todos do Primeiro mundo já cuidaram disso; e nós continuamos com uma massa de analfabetos enorme. As estatísticas dizem que temos 18% de analfabetos, mas nesses 18% estão aqueles que fazem somente o nome, se for pra escrever um pouquinho; para saber um pouco de aritmética, já serão 40%; na última concepção da ONU que diz que ele tem que ter alguma percepção de informática, dessas coisas modernas, aí vamos ter 80 milhões de analfabetos.

Esse é o grande peso. Infelizmente esse grande peso está nas regiões carentes; Nordeste e Norte. No Rio Grande do Sul há 11% de analfabetos na zona rural, mas no Nordeste 52%. Era essa visão que gostaria de mostrar e dizer que a coisa tem que começar a mudar. Sabem V. Ex^{as} qual a obediência que se faz à Constituição? Nenhuma. Absolutamente nenhuma! A LDO determina o cumprimento do dispositivo constitucional, mas o Executivo não manda a proposta de acordo com a Constituição; o Executivo erra, o Congresso erra e o Judiciário erra porque todos os anos protesto perante o Supremo para declarar a inconstitucionalidade do orçamento e ele faz ouvidos de mercador. Parece que no Supremo só há múmias engravatadas indiferentes à sorte dos outros. E eles também são Poder. Sabem quanto desses 9% devidos no ano passado tinha no orçamento? 2%. Mas, este ano, houve uma evolução, foi menos de um, foi nove décimos.

Os nossos problemas passam por aí. Falou-se no transporte, no turismo; conheço o Reno, já fui duas vezes lá, são 999km navegáveis, mas conheço também o São Francisco, são 1.370km absolutamente abandonados. Não é problema nacional a navegação fluvial do São Francisco. Tem um porto e um pólo de petróleo em Juazeiro, tem o porto de Pirapora, ferrovia de um lado e de outro, tem eclusas, mas falta aplicar ali centavo de mel coado para melhorar o tráfego através de corredores. Não há quem entenda isso: Ministros, Secretário de Transportes, vão lá, são notificados, as dotações são postas no orçamento, e nada. O Nordeste precisa ser problema nacional; enquanto não for, com nossas braçadas, não vamos chegar.

Quero dizer que participo das apreensões do Bessar, desse abandono e da fratura da alma nacional. São essas as minhas preocupações, não me conformo com esse estado de coisas. Fico muito satisfeito que esse assunto seja posto em debate,

mas está sendo em debate nordestinamente, mais uma vez. Aqui não é um foro nacional, mas nordestino dos nossos gritos, dos nossos berros, das nossas preocupações.

Termino dizendo aquilo que já disse: A indústria vai lá; treina seu pessoal e parece que vai bem. Vai nada! Como é que vai bem se está cercada de analfabetos. Vou fazer uma pergunta: "Quem aqui tem empregado ou tem o emprego para um analfabeto? Pediria até a V. Ex^a, Sr. Presidente, que deixasse livre o Plenário para responder (Pausa.) Ninguém! Absolutamente ninguém! E como são numerosos não é? Na minha cidade houve um concurso, todos compareceram e depois os analfabetos se juntaram e disseram ao Prefeito: "Que dia é o nosso concurso dos analfabetos?"

A Constituição cidadã diz que todos têm oportunidades, todos são bons, todos devem ter sua vez, e onde está o concurso para os analfabetos? Precisamos nos ocupar dos assuntos que vão gerar efeito. Quando vejo o meu São Francisco — dizendo que é meu, ele é tão grande para pertencer a uma pessoa só — já fui à Califórnia, acho que temos muito mais potencialidade, o São Francisco tem potencialidade para irrigar dois milhões de hectares e está irrigando apenas 200 mil. O grande percentual, 60%, é no Rio Grande do Sul, não nas regiões semi-áridas. Aí vêm as injustiças, o encargo financeiro do crédito no Brasil é o mesmo para o Paraná e o Ceará. Todo mundo sabe que isso não pode mas, essa injustiça persiste. A Casa criou o Fundo de Desenvolvimento Regional, no Banco do Nordeste, ali parece que é uma casa de cegos e loucos, pois eles não se entendem, não sabem o que é semi-árido, continuam indiferentes ao propósito do legislador constituinte e as coisas ficam realmente difíceis.

Mas, graças a Deus, estamos com esse foro aqui e o Senador Beni Veras foi inspirado para que tivéssemos a oportunidade de fazer esse debate nordestino. De qualquer maneira, vamos nos lamuriar aqui, durante quarenta e cinco dias, e nos prepararmos para os grandes debates da reforma constitucional. Os grandes Estados já querem mudar dispositivos constitucionais para permitir que tenham mais de metade dos deputados e senadores; isso já está acontecendo. Fui autor de um dispositivo constitucional, que por equívoco não foi aprovado, do voto ponderado, quando o Presidente da República seria eleito pela vontade nacional, e não pela vontade de maiorias localizadas, como na Alemanha, nos Estados Unidos, na Argentina, na Itália, respeitando a vontade nacional. Perdi 36 votos; como deixei de discutir o assunto, os estados grandes estão dizendo que o voto do paulista não pode ser igual ao do acreano. Querem que um estado grande, que não tem sintonia com a realidade dos outros estados, tenham uma bancada de duzentos, trezentos deputados e aí, sim, vai ser estabelecida a felicidade nacional, porque um rico vai fazer a gestão de toda a coisa pública no Brasil. Para essas coisas, estou prevenido. Quando a Constituição dizia que a proposta que o máximo de uma representação de um estado era de 60 deputados, a maior autoridade desta Casa propôs a vantagem para os estados, lutei contra isso e ficou nos 60 mesmo.

Estou dizendo isso aqui, por ser um **forum** nordestino a fim de que fiquemos advertidos para essas coisas. Senão, depois disso, como o Governador Fleury já disse que está errada a atual representação, já quer avançar, fiquemos preparados para a nossa luta na reforma constitucional que vem por aí.

Mas, peço desculpas a V. Ex^a, essa dose de emoção é nata, está adubada pela minha responsabilidade do voto que tenho e não posso falar, senão como os meus falariam.

Não interpele, dou apenas a minha contribuição nessa forma. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE Vicente Fialho.) — Passarei a palavra aos Srs. Conferencistas para se manifestarem, tecerem suas considerações a respeito das ingadações feitas pelos Srs. Deputados.

O SR. JOSÉ CARLOS ALCÂNTARA — Não sei se registrei todas as questões, algumas delas foram muito precisas: os incentivos que fazemos na área de capacitação de pessoal, de pesquisa e desenvolvimento — foi citado o caso da Rodhia — e o nível de investimentos que são feitos pelo conjunto do grupo do mundo inteiro. A Rodhia gasta no Brasil, atualmente, cerca de vinte e cinco milhões de dólares por ano em pesquisa e desenvolvimento. Isso representa perto de 2,5% a 3% do faturamento da empresa, e o grupo, em termos mundiais, gasta mais. Agora é preciso ressaltar o fato de que o mix de profissões que tem o grupo a nível mundial e a nível de Brasil não é igual. O grupo tem um faturamento a nível mundial de dezesseis bilhões de dólares, dos quais a metade é feita com profissões que são identificadas com ciências da vida, do tipo farmacêuticas e agroquímicas. Essas mesmas profissões que são demandadoras de pesquisa diferenciada, no Brasil, representam cerca de 20% do faturamento. Então, a Rodhia no Brasil tem um nível de aplicação adequada, mas não é uniforme no grupo, porque o Mix também não é. Vinte por cento do faturamento da Rodhia no Brasil são feitos com atividades ligadas às ciências da vida, do tipo farmacêutica, veterinária e agroquímica. E no grupo essas mesmas profissões respondem por 50% do faturamento, entre investimentos e despesas operacionais ligadas aos centros de pesquisa.

Foi reiterada a importância da educação — não tenho mais o que acrescentar. É absolutamente evidente. A sua importância foi colocada pelo Deputado, como, por exemplo, o problema da discriminação do nordestino. Insisto apenas que essa discriminação não ocorre a nível da nossa empresa, pois estamos implantados no Nordeste, estamos crescendo lá. Temos, evidentemente, muita mão-de-obra do Nordeste que nos acode do Sul. Não consigo acrescentar mais nada a isso. O registro foi esse, mas pude observar as reações e perceber as dificuldades, empecilhos, as reclamações de onde vêm e por que vêm.

O SR. IVO HERING — Acho que realmente existe um consenso quanto ao aspecto educacional, a necessidade de maiores investimentos e maior retorno desses investimentos na área educacional.

Com relação à parte de treinamento de pessoal, sem dúvida, hoje, o fator mais importante por que a nossa empresa atualmente está passando — e isso, inclusive, já aconteceu em outros países — é que está havendo uma total mudança na forma de administrar uma empresa. Está desaparecendo o sistema de pirâmides, o sistema militar de comando, e o que se está conseguindo hoje é muito mais um sistema participativo, em que a pessoa, só na fábrica, tem capacidade não só de identificar os problemas, mas também de corrigi-los e participar muito mais na problemática global da empresa. Esse é o maior investimento que estamos fazendo. Há alguns anos temos mandado pessoas para o Japão, para os Estados Unidos, para empresas brasileiras que têm experiência nessa área.

Hoje estamos muito felizes, pois conseguimos implantar uma série de processos como círculo de controle de qualidade, como formas de soluções de problemas, células de produção em que termina aquele sistema de trabalho tayloriano, da sequência de operações, um sistema automático em que o operário é apenas um apertador de parafusos. Isso está trazendo resultados muito grandes, mas, naturalmente, exige uma base educacional. Se a pessoa for analfabeta ou for uma pessoa sem um certo nível educacional, ela não tem condições de absover essas coisas. E, cada vez mais, os níveis que havia nas empresas estão sendo reduzidos. Isso lemos diariamente em revistas especializadas: empresas que implantaram essa mudança, ou seja, tinham sete níveis e passaram para cinco ou quatro. Cada vez mais, a administração mais estratégica está chegando a nível do operário. Com isso, muda não só o relacionamento, mas também a qualidade do operário dentro da empresa. Estou falando disso, porque somos uma empresa de mão-de-obra intensiva, em que muitas operações não podem ser realmente substituídas por robôs, ou robotizadas, ou coisa assim. Realmente, dependemos da aplicação do operário. Estou muito à vontade para dizer isto, inclusive, eu já havia falado anteriormente que, no Nordeste, essas mesmas práticas estão sendo aplicadas, e estamos tendo resultados muito bons, semelhantes aos do Sul. Isso demonstra claramente que o potencial existe; basta que seja desenvolvido.

Concordo plenamente com a posição de que o Nordeste é um problema nacional, como também o são o Centro-Oeste e o Sul. Não podemos, de forma alguma, estimular qualquer tipo de separatismo ou de seccionismo. Se isso está existindo, parte de pessoas que representam uma minoria completamente fora da realidade e que não deverá ser levada muito a sério. Isso sempre surge nos momentos em que se procura algum tipo de bode expiatório para um problema que o País está passando — a História nos mostra isso. Não podemos comparar o Brasil à Iugoslávia; o que acontece lá não pode acontecer neste País. Somos ainda uma empresa de nível nacional; um belo dia, talvez venhamos a ser uma empresa transnacional, assim como outras empresas brasileiras. Dentro dessa visão, não podemos ter dois pesos e duas medidas, quer dizer, atuar no Sul e no Nordeste como vamos atuar talvez no Paraguai ou na Argentina.

Com relação ao aspecto da tecnologia, naturalmente o setor em que atuamos é diferente. Por exemplo, a Rodhia é uma empresa que trabalha com tecnologia de ponta, em que os investimentos são tremendos. Hoje vemos grandes grupos transnacionais se unindo para desenvolver novas tecnologias. Não é nem mais o problema de uma Rodhia ou de uma Merk, como foi citado aqui. Elas se juntam para desenvolver, porque elas mesmas não têm mais o capital ou recursos suficientes. Às vezes, os países entram, como acontece, por exemplo, no Japão, em que a participação do Estado para ajudar as empresas a investir é muito grande. O nosso setor é de baixo desenvolvimento tecnológico, e a nossa principal aplicação é realmente em novas tecnologias de processo, de administração de pessoas e na melhora na produtividade dessas pessoas. Parece-me que essas foram os pontos colocados e, se por acaso esqueci alguma coisa, por favor, digam-me.

O SR. ESMERIL STOCCO VIEIRA — Começando pela discriminação, concordo com o que os colegas falaram, nunca percebi nada nesse sentido, dentro das nossas empresas não existe, dentro da sociedade que convivo nunca percebi. Foi

citado um caso que deve ser totalmente isolado e fora, vamos dizer, da formação do brasileiro.

O que acredito que possa estar ocorrendo, talvez pelo aumento de desemprego em algum lugar ou momento, isso cria maior competição pelos empregos existentes. Isso pode estar ocorrendo, mas deve ser isolado. O temperamento do brasileiro, sabemos que não é para isso, felizmente. Quanto ao aspecto educação, acredito que aqui não temos que acrescentar nada. Educação é um dos problemas fundamentais do País e uma responsabilidade do Governo. Educação, saúde e transporte são responsabilidades fundamentais de qualquer Governo.

Foi também mencionado sobre desenvolvimento e tecnologia, isto é, como investimos e como se acompanha. Na nossa empresa produzimos na área têxtil produtos básicos, e esses produtos básicos não exigem investimentos de pesquisa, nem de desenvolvimento tão forte como em tecnologia de ponta. O que vamos fazer aí é, periodicamente, percorrer os centros de moda do mundo de desenvolvimento têxtil, que é a Itália, França, Estados Unidos, Japão. Nosso pessoal de marketing viaja duas, três vezes por ano, vendo o que está aparecendo na linha de produtos que fabricamos. Temos, também, uma equipe técnica que periodicamente viaja duas vezes por ano, visitando empresas similares às nossas e fabricantes de máquinas têxtil para ver o que está ocorrendo de novidades. Então, através dessas informações assinamos também revistas especializadas, publicações especializadas para acompanharmos essa evolução que está havendo. Também estimulamos o nosso pessoal, através de cursos internos, através de bolsas de estudo; qualquer funcionário nosso pode fazer qualquer curso que ele queira, porque reembolsamos no final do ano o valor despendido. A única condição é que seja aprovado. Não pode repetir o ano. Então, a escolha é livre, e procuramos levantar todo o nível educacional do pessoal, e aí damos liberdade dentro do que ele deseja estudar. Não fazemos restrição alguma; o tratamento é o mesmo no Sul, Sudeste e no Nordeste. Não há distinção de tratamento. Através da Fundação Moinho Santista premiamos anualmente os notáveis da ciência, das artes no Brasil, através de um processo com trinta e sete anos de premiação, em que pessoas as mais notáveis do Brasil recebem prêmios escolhidos e dentro de um critério muito rigoroso e muito justo, eu diria. Então, com isso procuramos contribuir com o desenvolvimento do pessoal.

Fora mencionado o aspecto de investimentos de alta tecnologia, se não aumentariam a diferença entre o Sul e o Nordeste.

O SR. B. SÁ — Avanço tecnológico.

O SR. ESMERIL STOCCO VIEIRA — Tecnológico.

O SR. B. SÁ — As empresas se capacitam mais, e isso aumentaria a disparidade.

O SR. ESMERIL STOCCO VIEIRA — Não vejo isso. Vejo mais é o problema da escolha do lugar onde deve ser implantada a empresa. Se a escolha, por algumas razões de avaliação de sucesso do projeto, for em alguma área do Nordeste, essa última tecnologia é aplicada nessa instalação. Então, citei os dois últimos investimentos do grupo na área têxtil e outro na área de alimentos que têm a última tecnologia; superior, inclusive, a que temos no Sul.

O SR. B. SÁ — Nesse cenário do avanço tecnológico, isso estaria apontando para uma concentração maior — digamos assim — de conhecimento no Sul do que no Nordeste.

O SR. ESMERIL STOCCO VIEIRA — Eu vejo que para aplicação da última tecnologia — pelo menos as empresas sentem no nosso caso — é mais uma disponibilidade capital e de investimento, de financiamento. Este é que está sendo o problema, e não tanto a preocupação se ela vai no local "j" ou "x".

A dificuldade para acompanhar a evolução tecnológica, que está havendo no mundo, é falta de financiamento a custos do que nossa concorrência no exterior tem. Vamos citar um exemplo: qualquer empresa têxtil na Europa, nos Estados Unidos ou no Oriente — são os países de maior capacidade de produção — têm, primeiro, um custo de maquinário sem risco político, porque para países que estão com os seus pagamentos complicados há sempre um ad valorem de risco há um custo de transporte elevado, taxas aduaneiras pesadas e tudo o mais. Então, o custo em si do investimento já é maior, sem falar do custo de financiamento. Hoje os países concorrentes têm acesso aos financiamentos internacionais que, no Brasil, no momento, não está tendo, agora que está havendo alguma possibilidade de captação de dinheiro mais barato lá fora. E aí a diferença de custo de investimentos e o custo de capital é muito forte. Este é o ponto principal. A absorção da tecnologia não é problema, mesmo com o nível baixo de educação que existe no País. O problema é de falta de recursos e de custos de recursos, que é o problema maior. O treinamento e a educação, a preparação se pode fazer mesmo dentro da empresa, apesar da deficiência geral do País.

Reforço o ponto de que a localização, às vezes, é penalizada por problemas de infra-estrutura; que é o caso do transporte, da distribuição e cargas tributárias, que está nas mãos dos senhores. V. Ex^{as} têm que resolver este problema, se não o País fica amarrado. Esse é o maior desafio que eu vejo para começar a minimizar as desigualdades. Quando falamos de desigualdade regional, ela existe, mas hoje existe desigualdade social dentro das próprias cidades. O senhor pega o exemplo de São Paulo, que é considerada a capital econômica do País, tem dois milhões de pessoas vivendo em favelas; no Rio de Janeiro nem se fala. Então, o problema não é o Nordeste contra o Sul, é o problema de distribuição de renda da sociedade brasileira. E aí eu concordo com o Dr. Ivo Hering que o problema é nacional, não é regional. O regional é algo específico por razões climáticas e tudo o mais. Mas o problema de desigualdade é nacional. Acho que respondi as perguntas de V. Ex^{as}. Agora, faço um apelo para que resolvam os problemas básicos deste País para começarmos a caminhar.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Fialho) — Passamos a palavra aos comentários finais do Sr. Relator Beni Veras da Comissão Mista.

O SR. RELATOR (Beni Veras) — Companheiros, nós sabemos que o problema da desigualdade inter-regional brasileira é complexo, de ampla envergadura e que atinge as mais variadas formas. Tentamos, hoje, discutir a questão da participação da empresa privada e o desenvolvimento da região periférica. Trouxemos três empresários de absoluta qualificação, que nos brindaram com sinceridade, que é fundamental, de uma maneira que possa nos facilitar a identificação dos problemas reais que as empresas enfrentam para investir na região Nordeste. O Dr. Ivo Hering disse uma coisa que não se pode fugir; não há como camuflar uma verdade econômica. Ela existe, você pode tentar escondê-la, mas ela aparece

em um dado momento. Uma realidade econômica que não se pode esconder é que o Nordeste não tem mercado. É uma região que a política que se exerceu sobre ela não propiciou a oportunidade de surgimento de um mercado econômico e dinâmico, capaz de absorver produtos industriais, dar sustentação às fábricas, criar emprego, etc.

As empresas não podem ter considerações juntas, que não sejam a funcionalidade do ambiente em que elas se situam. Ninguém vai ser tão mau gestor, ao ponto de montar a fábrica onde ela não deva estar apenas para ser bonzinho com a região, com a cidade com a população. As empresas vão, necessariamente, para onde elas encontram espaço econômico que lhes permita ter lucros e resultados, para poder ser próspera.

Então ninguém vai para o Nordeste se ele não tem condições de dar a essas empresas o espaço econômico adequado ao seu desenvolvimento. É ilusão de nossa parte acharmos que, por altruísmo, ou por qualquer outra razão, as empresas iriam desenvolver o Nordeste por sua própria iniciativa.

Acho que nós é que temos o problema nas mãos, a solução é criar na região dinamismo econômico. Creio que os sistemas que lá estão implantados para atração industrial não são suficientes para compensar as desvantagens que a região apresenta.

Os incentivos foram desgastados ao longo do tempo. Eles cometeram o grande pecado de não ter previsibilidade. Porque no caso de uma empresa séria ela só irá para o Nordeste com base num plano de incorporação de recursos e esse plano precisa ser respeitado. Se ela faz um projeto para o Nordeste, chega lá, os recursos são liberados com atraso, três, quatro, cinco até seis meses, com uma inflação de 20% sem correção monetária, o que é um logro para o empresário, depois de o empresário ter o seu projeto aprovado dentro de um certo cronograma que não será respeitado. Depois ele tem que transacionar com o órgão público de maneira deformada, porque o órgão se corrompeu, como se corrompe os órgãos de financiamento do Nordeste.

As primeiras que saem são as empresas sérias, porque elas não têm flexibilidade, nem condições ou cultura, para transacionar esse tipo de corrupção. Ficam as empresas marginais que usam os recursos, mas que se preparam para o uso defeituoso desses recursos. Elas dão a propina, mas criam o "caixa dois". Elas têm o atraso, mas criam mecanismos internos de transferências de recursos para empresa, para empresários mas não para o mercado.

Foi o que houve no Nordeste.

Então quando pessoas sérias — como as que aqui estão — nos dizem que estão criando empresas sem os incentivos,

sem a utilização dos incentivos, é porque os incentivos não estão aptos a ajudar essas empresas a se instalarem na região.

O desencanto que aparece nas palavras do Dr. Ivo Hering é por mim partilhado. Realmente, a região não se mostrou capaz de incorporar um processo moderno de desenvolvimento industrial. Esse é um problema que temos que enfrentar, porque temos de encontrar uma forma alternativa de desenvolvimento da região, porque chegamos apenas da iniciativa privada, mantidas as deformações econômicas da Região, não ? lá. Creio que, nesse caso, o sistema está velho, superado e não é capaz de resolver os problemas da região. Temos que trilhar outros caminhos.

Ouvi, com muita atenção, o que aqui foi falado e acredito que devamos incorporar isso à nossa cultura, para podermos examinar o problema e encontrar a solução. Não serão os outros que irão resolver os problemas do Nordeste, mas, somente nós.

Antes de mais nada essa é uma visão clara e não preconceituosa dos problemas regionais. Não podemos buscar culpados que não seja essa realidade econômica que a região vive e que não lhe dá condição de deslanchar.

Quando vemos o projeto FINOR, por exemplo, privilegia uma região que tem uma enorme mão-de-obra disponível, que privilegia os investimentos em capital é porque há algo de muito errado nisso.

É verdade. Se você tenta em um projeto da Sudene, por exemplo, incorporar um equipamento, é relativamente fácil. O equipamento tem uma forma de ser comprovado, mas se você tenta incorporar capital de giro, a coisa muda de figura. É difícil, no mecanismo do FINDOR, incorporar capital de giro. É fácil incorporar equipamento. Então isso indica um caminho para o empresário: ele investe no espaço onde há maior intensidade de capital. Não é o que convém à região. A ela seria interessante que se utilizassem investimento que tenham maior intensidade de mão-de-obra.

Mas esses são nossos problemas e espero que saímos desta reunião com a convicção de que algumas realidades foram postas à mostra.

Agradeço a todos que aqui vieram tão gentilmente, esperando que tenhamos novas oportunidades para que V. Ex^{as} possam continuar agregando informações à nossa Comissão a fim de que busquemos soluções para todos esses problemas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Fialho) — Agradeço a presença dos senhores conferencistas, demos por encerrada esta reunião.

Está encerrada a reunião.

(A reunião é encerrada às 13 horas e 35 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 286.706,00 até 1º/11/92

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 286.706,00 até 1º/11/92

J. avulso Cr\$ 2.048,00 até 1º/11/92

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

JANEIRO A MARÇO 1991
ANO 28 - NÚMERO 109

Em circulação com estas matérias:

HOMENAGEM

Luiz Viana Filho - *Edivaldo M. Boaventura*

Afonso Arinos - *Jarbas Maranhão*

COLABORAÇÃO

A reforma monetária cruzeiro - *Letacio Jansen*

O planejamento na economia brasileira - *Clovis V. do Couto e Silva*

Os valores e a Constituição de 1988 - *Eduardo Silva Costa*

A Constituição Brasileira de 1988; subsídios para os comparatistas - *Ana Lucia de Lyra Tavares*

Inovações constitucionais - *Silveira Neto*

O pluralismo jurídico na Constituição de 1988 - *Silvio Dobrowolski*

A segurança pública na Constituição - *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

A Constituição Federal de 1988 e o mandato de segurança contra ato judicial - *Alvaro Lazzarini*

A propósito da extradição: a impossibilidade do STF apreciar o mérito do processo de extradição, indisponibilidade do controle jurisdicional na extradição - *Negi Calixto*

Cinco temas controvertidos do Direito Penal - *Edilson Pereira Nobre Júnior*

O Direito Internacional e os Direitos dos Povos - *Pedro Pinto Leite*

O "status" jurídico dos países sem litoral e as regras da Convenção de Montego Bay

sobre o Direito do Mar - *Georgenor de Sousa Franco Filho*

Sobre o Direito Natural na Revolução Francesa - *Marcela Varejão*

"Ermächtigung": proposta de leitura da hermenêutica na Teoria Pura do Direito - *Gladston Mamede*

Direito Romano em Gramsci - *Ronaldo Poletti*
A filiação ilegítima e a constituição de 1988 - *Clayton Reis*

Solidariedade e fiança - *Arnoldo Wald*

Proteção jurídica das embalagens - *Carlos Alberto Bittar*

Contratos estipulados por computador: declaración de voluntad. Forma y momento de su perfeccionamiento - *Daniel E. Moeremans y Carlos E. Saltor*

A Ação Civil Pública no Estatuto da Criança e do Adolescente - *Hugo Negro Mazzilli*

Recurso adesivo e ordem constitucional: são compatíveis? - *José Pitas*

A arte e o obsceno - *Everardo da Cunha Luna*

A PMCE, os servidores militares e a Carta Estadual/89 - *Adauto Rodrigues de Oliveira Leite*

O Conselho Constitucional Francês: ator da lei, mas nunca seu autor! - *Paulo Rodrigues Vieira*

Os Direitos Fundamentais na Lei Fundamental de Bonn - *Luis Afonso Heck*

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado - CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 110

(abril a junho de 1991)

Está circulando o nº 110 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número com 398 páginas, contém as seguintes matérias:

Assinatura para 1991 (nº 109 a 112).

Cr\$ 4.500,00

COLABORAÇÃO

A primeira Constituição Republicana do Brasil -
Alcides de Mendonça Lima
Tarefa dos partidos políticos no processo de integração da América Latina - *André Franco Montoro*
Os actos legislativos no Direito Constitucional Português - *Jorge Miranda*
Konrad Hesse: Uma nova crença na Constituição - *Inocêncio Mártires Coelho*
Os Direitos Humanos como limitações ao poder constituinte - *Leomar Barros Amorim de Sousa*
Revisão constitucional - *Geraldo Ataliba*
Direito Constitucional Brasileiro (Reflexões sobre aspectos elementares) - *Sebastião Baptista Affonso*
Mandado de injunção - *Marcelo Duarte*
As Medidas Provisórias no Sistema Jurídico-Constitucional Brasileiro - *Fran Figueiredo*
Aspectos do Regime Constitucional da Desapropriação - *Vitor Rolf Laubé*
A liberdade de expressão e a propaganda eleitoral ilícita - *Geraldo Brindeiro*
Questões e direitos relativos à mulher nas Constituições do Brasil e de Minas Gerais - *Anamaria Vaz de Assis Medina*
Fundações privadas instituídas pelo Poder Público - *Adilson Abreu Dallari*

Auditoria e avaliação da execução - *Rosinethe Monteiro Soares*
Soberania do Poder Judiciário - *Antônio de Pádua Ribeiro*
O Poder Normativo da Justiça do Trabalho - *Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*
A Escola Judicial - *Sálvio de Figueiredo Teixeira*

Da constitucionalidade do bloqueio de valores - *Adriano Perácio de Paula*
O Programa Brasileiro de Privatização de Empresas Estatais - *Marcos Juruena Villela Souto*
Tratamento jurídico dispensado no Brasil ao capital estrangeiro - *Werter R. Faria*
Agricultura e inflação sob o capitalismo periférico - *Mauro Márcio Oliveira*
A pau e pedra: notas sobre o vandalismo - *José Arthur Rios*
Dois momentos decisivos na vida de Rui Barbosa - *Rubem Nogueira*

PESQUISA - Direito Comparado

Lei inglesa de proteção ao consumidor, 1961
Lei inglesa de segurança do consumidor, 1978 ...
Emenda à lei inglesa de segurança do consumidor, 1986
Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones: 311-3578 e 311-3579

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência FCT Senado Federal - CGA 470775.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS